

## **A DOCTRINA DO CHOQUE**

**Origens e Perspectivas do Neoliberalismo: Meias Verdades**

**Coletânea – P.Timm org.**

**2016**

***Oi, esta terra ainda vai cumprir seu ideal...!***

**Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 – Revolução dos Cravos em Portugal, Marcello Caetano, Prim. Miistro daquele país, foi destituído de todos os seus cargos, tendo sido acordado aquando da sua rendição no Quartel do Carmo em Lisboa a sua condução imediata, pelo Capitão Salgueiro Maia, para o Aeroporto da Portela, exilando-se no Brasil . A seguir ao golpe de Estado, vaticinou:**

*“Sem o Ultramar estamos reduzidos à indigência, ou seja, à caridade das nações ricas, pelo que é ridículo continuar a falar de independência nacional. Para uma nação que estava em vésperas de se transformar numa pequena Suíça, a revolução foi o princípio do fim. Restam-nos o Sol, o Turismo, a pobreza crónica, a emigração em massa e as divisas da emigração, mas só enquanto durarem.*

*As matérias-primas vamos agora adquiri-las às potências que delas se apossaram, ao preço que os lautos vendedores houverem por bem fixar. Tal é o preço por que os Portugueses terão de pagar as suas ilusões de liberdade.”*

Publicado por Alessandro Galvão – FB – Covilhã, PT – AGO 2016

\*



## **A Doutrina do Choque (The Shock Doctrine) - Naomi Klein** **[completo]**

A Doutrina do Choque - filme documentário baseado no livro homônimo de Naomi Klein e que condensa uma tese de implantação do "capitalismo de desastre" e a implantação do modelo neoliberal com ditadura militar, caso do Chile. Daí vem o neologismo "linha chilena" e o evidente fedor putrefato desta experiência desumana derivado. Para ver, comentar, debater e difundir. - [Bruno Lima Rocha](#)

Tragédia em Nova Orleans, 2005. Enquanto o mundo assiste ao flagelo dos moradores com as inundações causadas por tempestades que estouraram os...

YOUTUBE.COM

### **INDICE**

### **PARTE I – O CHOQUE NEOLIBERAL**

#### **Leituras recomendadas:**

#### **Idolatria do Mercado**

**Assmann-y-Hinkelammert-A-Idolatria-do-Mercado-pdf.pdf -  
versão 1**

Formato de documento portátil

**Baixar** **Visualizar**

[Curtir](#) · [Comentar](#)

## Resumo Balanço Do Neoliberalismo Perry Anderson Grátis Artigos

...

[www.trabalhosfeitos.com/topicos/resumo-balanço-do...perry-anderson/0](http://www.trabalhosfeitos.com/topicos/resumo-balanço-do...perry-anderson/0)

Editora Vozes, 1999, p.75 a 89) Pos-neoliberalismo- **Perry Anderson** (In ... governo **FHC** e o neoliberalismo\* João José de Oliveira Negrão\*\* Resumo O .... em especial sua **crítica** contundente às intervenções do Estado nos campos ..... sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, **1996**; Anderson, **1996**). 4.

## **PDF]As reformas trabalhista e sindical no Brasil nos Governos Cardoso e ...**

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34658/000789808.pdf?sequence=1>

de N Dal Molin - 2011 - [Citado por 2](#) - [Artigos relacionados](#)

Palavras-Chaves: Governo **FHC**; Governo LULA; Reforma do Estado; Reformas. Trabalhista .... 33. 1.2.1 A caracterização do neoliberalismo: Giddens e **Perry. Anderson**. 33 ... observado, apesar das **críticas** à estrutura sindical corporativista, o Novo ... Para Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida (**1996**), a opção pelo.

### **1.Ordoliberalismo**

### **2. Anarcocapitalismo**

---

### **3.Catastroika**

### **4.O fim do Forum Social Mundial -FSM**

### **5. As primárias Democratas à sombra do neoliberalismo - David Coates - New Yorker**

### **6.La Generación del '80 llama dos veces. El Liberalismo en la propuesta Macrista. - Fernando Casullo**

**7. O impeachment e o realinhamento neoliberal na América Latina -  
Gobierno de Cordoba, Yenny Muñoa/CubaMINREX e Lula  
Marques/Agência PT**

**9. Bela, recatada e do lar - Laura Carvalho**

**10. Bela, Recatada e do Lar: um comentário - Carlos Eduardo  
Gonçalves**

## **PARTE II – A CRISE DO NEOLIBERALISMO**

### **PARTE II**

#### **1. Críticas ao neoliberalismo**

[-https://pt.wikipedia.org/wiki/Cr%C3%ADticas\\_ao\\_neoliberalismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cr%C3%ADticas_ao_neoliberalismo)

---

#### **2.Três Nobel de economia surram neoliberais**

Postado em **28 de maio de 2013** por **Juremir Machado**  
- Publicado cpovo – POA RS

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2013/05/4293/tres-nobel-de-economia-surram-neoliberais/>

#### **3.Não deu certo**

**Além do Consenso de Washington" propõe o abandono  
do neoliberalismo e dos mandamentos que provocaram  
o desemprego, aumentaram a pobreza e esvaziaram as  
geladeiras na América Latina**

**Célia Chaim**

[http://istoe.com.br/26083\\_NAO+DEU+CERTO/](http://istoe.com.br/26083_NAO+DEU+CERTO/)

#### **4. Notícias Finanças Tecnologias Estilo de Vida**

#### **Cotações Mais Joshua Roberts / REUTERS Stiglitz diz-nos por que razão o “neoliberalismo morreu” 22**

<https://pt-br.insider.pro/economics/2016-08-22/stiglitz-diz-nos-por-que-razao-o-neoliberalismo-morreu/>

#### **5. O fim do neoliberalismo? J. Stiglitz**

[http://arquivoetc.blogspot.pt/2008/07/o-fim-do-neoliberalismo-joseph-e\\_16.html](http://arquivoetc.blogspot.pt/2008/07/o-fim-do-neoliberalismo-joseph-e_16.html)

#### **6.FMI x FMI - O Fundo Monetário Internacional (FMI)**

#### **está rachado. Gilson Schwartz**

<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/iconomia/2016/05/27/fmi-x-fmi/>

#### **7. A LIQUIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO - Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo –**

<http://www.alemdeconomia.com.br/blog/?p=18428>

#### **8.Free exchange - The consensus crumbles**

[http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21701501-economists-who-foresaw-backlash-against-globalisation-consensus?fsrc=scn%2Ftw\\_ec%2Fthe\\_consensus\\_crumbles](http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21701501-economists-who-foresaw-backlash-against-globalisation-consensus?fsrc=scn%2Ftw_ec%2Fthe_consensus_crumbles)

#### **9. Mercado versus Estado\_Falsa dicotomia- Mariana Mazzucato**

<HTTP://PLATAFORMAPOLITICASOCIAL.COM.BR/ESTADO-VS-MERCADOS-UMA-FALSA-DICOTOMIA/>

## PARTE III – BRASIL DE RÉ/Temer

### 1. O impeachment e o realinhamento neoliberal na América Latina

- Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais —

publicado 13/04/2016 05h07, última modificação 13/04/2016

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-impeachment-e-o-realinhamento-neoliberal-na-america-latina>

### 2. Entrevista Naomi Klein: "A Democracia brasileira está sob ataque Aliança RECOs"

[http://port.pravda.ru/cplp/brasil/04-06-2016/41096-democracia\\_brasileira-0/](http://port.pravda.ru/cplp/brasil/04-06-2016/41096-democracia_brasileira-0/)

<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1551d3aa34c04723>

### 3. Busca de nexos políticos - Paulo Metri –

: <http://www.paulometri.blogspot.com.br/>

### 4. O mundo do FMI e o mundo de Temer – Marcelo Zero

<http://www.brasil247.com/>

### 5. CARLOS LESSA - BNDES quer privatizar o Brasil. A sociedade quer isso?

Publicado em [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)

## 1. Ordoliberalismo

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ordoliberalismo>

<p>Parte da <b>série</b> sobre</p> <div style="background-color: black; color: white; padding: 5px; display: flex; align-items: center;"> <span style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">Liberalismo</span> </div> <p><b>Desenvolvimento</b><a href="#">[Expandir]</a></p> <p><b>Ideias</b><a href="#">[Expandir]</a></p> <p><b>Variantes</b><a href="#">[Expandir]</a></p> <p><b>Pessoas</b><a href="#">[Expandir]</a></p> <p><b>Organizações</b><a href="#">[Expandir]</a></p> <hr/> <p><b><u>Economia</u></b></p> <p><u>Política</u></p> <hr/> <p><u>v</u> • <u>e</u></p>
--

**Ordoliberalismo**, também chamado **ordoliberalismo alemão**, é uma escola de pensamento econômico liberal, que enfatiza a necessidade de o Estado assegurar a correção das imperfeições dos mercados para permitir que estes se aproximem dos níveis de eficiência segundo o seu potencial teórico.

É uma doutrina econômica adotada principalmente na Alemanha do pós-guerra, que se autodenomina de "terceira via" entre o socialismo e o capitalismo.

Foi criada por economistas e juristas alemães como [Wilhelm Röpke](#), [Walter Eucken](#), [Franz Böhm](#), [Hans Großmann-Doerth](#), [Alfred Müller-Armack](#) e [Alexander Rüstow](#) juntamente com a [Escola de Friburgo](#), entre 1930 e 1950. Os ideais *ordoliberais*, com algumas modificações, inspiraram a criação da [economia social de mercado](#) na Alemanha do pós segunda guerra mundial e o conseqüente [Wirtschaftswunder](#) ("milagre econômico", em alemão), sendo considerada a variante alemã do [Neoliberalismo](#), com algumas diferenças importantes.

Existem três pontos fundamentais no conceito *ordoliberal*:

1. criar uma "ordem" (*ordo*) que evite as falhas dos mercados, dificultando o abuso de poder econômico;
2. organizar a economia com mercados eficientes e competitivos;
3. assegurar uma "ordem" forte para uma economia justa numa economia social de mercado.

## Índice

[\[esconder\]](#)

- [1Diferenciação linguística](#)
- [2Teoria](#)
- [3Ver também](#)
- [4Referências](#)

Diferenciação linguística[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

---

No início, alguns ordoliberais se chamavam "neoliberais" para diferenciarem-se do [liberalismo clássico](#). No entanto, nomeadamente Walter Eucken e Franz Böhm, fundador da Ordoliberalism e da [Escola de Friburgo](#),<sup>[1]</sup> sempre rejeitaram o termo neoliberalismo.<sup>[2]</sup>

Teoria[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

---

A teoria Ordoliberal defende que o Estado deve criar um ambiente legal adequado para a economia e manter um nível saudável de [concorrência](#) através de medidas que aderem aos [princípios do mercado](#). Este é o fundamento de sua legitimidade.<sup>[3]</sup> A preocupação é que, se o Estado não tomar medidas ativas para

fomentar a concorrência, surgirão empresas com o monopólio (ou oligopólio), que não só irá subverter as vantagens oferecidas pela economia de mercado mas também, eventualmente, prejudicar governo, uma vez que um forte poder econômico pode ser transformado em poder político.<sup>[4]</sup>

A ideia Ordoliberal de uma economia social de mercado é muitas vezes vista como uma alternativa progressista além da esquerda e direita ainda que, claramente, proponha intervenções estatais no mercado.

Ver também[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

- [Desenvolvimentismo](#)
- [Libertarianismo Bleeding-Heart](#)
- [Distributismo](#)

## Referências

---

1. [Ir para cima](#)↑ Nils Goldschmidt (2005). *Wirtschaft, Politik und Freiheit: Freiburger Wirtschaftswissenschaftler und der Widerstand* Mohr Siebeck [S.l.] ISBN 978-3-16-148520-6. Consultado em 24 de fevereiro de 2015. p. 315
2. [Ir para cima](#)↑ Lüder Gerken (1 de janeiro de 2000). *Walter Eucken und sein Werk: Rückblick auf den Vordenker der sozialen Marktwirtschaft* Mohr Siebeck [S.l.] ISBN 978-3-16-147503-0. Consultado em 24 de fevereiro de 2015. p. 37
3. [Ir para cima](#)↑ Megay, Edward N. (1970). «Anti-Pluralist Liberalism: The German Neoliberals». *Political Science Quarterly* Political Science Quarterly, Vol. 85, No. 3 [S.l.] **85** (3): 422–442.[doi:10.2307/2147878](#). [JSTOR 2147878](#).
4. [Ir para cima](#)↑ Massimiliano, Vatiéro (2010). «The Ordoliberal notion of market power: an institutionalist reassessment». *European Competition Journal* [S.l.: s.n.] **6** (3): 689–707.[doi:10.5235/ecj.v6n3.689](#).

## 2. Anarcocapitalismo

---

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Anarcocapitalismo>

(Redirecionado

de [Anarco-capitalismo](#))

## Parte da série sobre [Capitalismo](#)



**Movimentos** [\[Expandir\]](#)

**Variantes** [\[Expandir\]](#)

**Escolas de pensamento** [\[Expandir\]](#)

**Origens** [\[Expandir\]](#)

**Pessoas** [\[Expandir\]](#)

**Teorias** [\[Expandir\]](#)

**Ideias** [\[Expandir\]](#)

**Tópicos** [\[Expandir\]](#)

**Tópicos relacionados** [\[Expandir\]](#)

[v](#) • [e](#)

O **Anarcocapitalismo**, por vezes designado por **anarquismo de propriedade privada** ou **anarquismo de livre mercado**, entre outras designações, é uma versão radical do [liberalismo clássico](#) e [anarquismo individualista](#)<sup>[1][2][3][4][5]</sup> que tem como postulado que quaisquer [formas de governo](#) estatais são desnecessárias e prejudiciais à liberdade e ao bem estar humano.<sup>[2]</sup> Defende a eliminação completa do [Estado](#) em favor da soberania individual em um [livre mercado](#). O economista [Murray Rothbard](#) é creditado por ter cunhado o termo na década de 1940,<sup>[6]</sup> porém ideias similares já eram defendidas por economistas anteriores, tais como [Gustave de Molinari](#).

Em uma sociedade anarcocapitalista, todos os serviços, produtos e espaços ocupados seriam [privados](#). Terras inabitadas seriam

passíveis de apropriação e locais hoje tidos como públicos, tais como ruas, estradas, praças, áreas verdes, etc. seriam providos apenas por entidades (indivíduos ou empresas) privadas interessadas. Serviços e produtos que hoje são fornecidos exclusiva ou primariamente pelo Estado, tais como manutenção de vias, [energia elétrica](#), [encanamento](#), [dinheiro](#), [tribunais](#) e patrulhamento, seriam prestados por empresas privadas dedicadas a essas funções, que seriam contratadas por quem delas necessitasse e estes fornecedores concorreriam entre si num [livre mercado](#). De acordo com a doutrina anarcocapitalista, toda ação humana, incluindo leis, justiça e economia, seria pautada apenas pelo [direito natural](#) e pelos mecanismos do mercado ao invés de ser através da política. Anarcocapitalistas vêem o capitalismo de livre mercado como a base para uma livre e próspera sociedade. Murray Rothbard disse que a diferença entre o capitalismo de livre mercado e o "capitalismo de estado" é a diferença entre "trocas voluntárias e pacíficas e uma parceria de conluio entre empresas e governo que usa a coerção para subverter o livre mercado".<sup>[7][8]</sup> Capitalismo, como usado pelos anarcocapitalistas, não deve ser confundido com o capitalismo monopolista de estado, capitalismo de compadrio, corporativismo ou economias mistas contemporâneas, em que os incentivos e desincentivos do mercado são distorcidos por intervenção do Estado.<sup>[9]</sup> Assim, eles rejeitam o estado, com base na afirmação de que os estados são entidades agressoras que restringem as liberdades individuais e violam os direitos que dizem defender ao roubar a propriedade dos indivíduos sob forma de tributação e expropriação, ao tomar para si o monopólio sobre o uso da força, usar seus poderes coercitivos para beneficiar algumas empresas e/ou indivíduos em detrimento dos outros, ao criar ambiente propício ao surgimento de monopólios<sup>[10]</sup>, ao restringir o comércio e as trocas voluntárias entre pessoas, ao escravizar com a instituição do ensino obrigatório e da [consciência](#), entre outros atos coercitivos.

De tal visão apresentada, anarcocapitalistas defendem uma sociedade baseada no comércio voluntário de propriedade privada e serviços (incluindo o dinheiro, os bens de consumo, a terra e os bens de capital), a fim de maximizar a liberdade individual e a prosperidade. Também reconhecem caridade e arranjos comunais como parte da mesma ética voluntária.<sup>[11]</sup> Embora anarcocapitalistas são conhecidos por afirmar o direito de propriedade privada (não-pública individualizada ou conjunta), alguns propõem que uma propriedade pública não-estatal ou propriedade da comunidade também podem existir em uma sociedade anarcocapitalista.<sup>[12]</sup> O

essencial é que a propriedade seja adquirida e transferida sem a ajuda ou impedimento do estado. Libertários anarcocapitalistas acreditam que a única maneira justa e/ou economicamente mais benéfica para adquirir propriedade são através do comércio voluntário, de se presentear ou de apropriação original baseada no trabalho, em vez do uso de agressão ou fraude.<sup>[13][14]</sup>

Os defensores do anarcocapitalismo concebem a sua filosofia política enquanto parte da tradição [anarquista](#), no entanto, diferente de outras vertentes anarquistas, e na perspectiva de muitas destas, os anarcocapitalistas negam a maioria das possíveis formas de dominação existentes no [capitalismo](#) e no chamado [livre mercado](#), acreditam que todas as explorações e injustiças são criadas pelo Estado que beneficia seus favoritos.<sup>[15]</sup>

## Índice

[\[esconder\]](#)

- [1Anarcocapitalismo como parte da tradição liberal](#)
- [2Anarcocapitalismo em relação à tradição Anarcoindividualista](#)
- [3Utilitarismo \*versus\* Lei Natural](#)
- [4Princípio de não-agressão e o direito à propriedade](#)
- [5Anarcocapitalismo, Multinacionais e Contratos](#)
- [6Argumentos contra e a favor do Anarcocapitalismo](#)
- [7Lista de anarcocapitalistas](#)
- [8Ver também](#)
- [9Referências](#)
- [10Ligações externas](#)

Anarcocapitalismo como parte da tradição liberal[\[editar\]](#) | [editar código-fonte](#)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Anarcocapitalismo>

Parte da [série](#) sobre



Desenvolvimento[\[Expandir\]](#)

**Ideias**[\[Expandir\]](#)

**Variantes**[\[Expandir\]](#)

**Pessoas**[\[Expandir\]](#)

**Organizações**[\[Expandir\]](#)

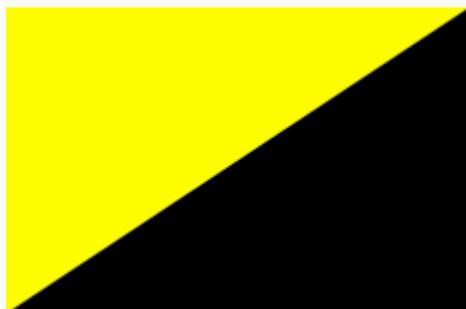
**Economia**

Política

v • e



Bandeira Gadsden, a primeira adotada pelos liberais radicais anarcocapitalistas como símbolo. Abaixo do desenho de uma cascavel os dizeres "Não pise em mim"<sup>[16]</sup>



Bandeira adotada pelos anarcocapitalistas (1960s).<sup>[17]</sup>

Uma visão descreve o anarcocapitalismo como uma variedade radical do liberalismo e, portanto, nada teria a ver com qualquer forma de anarquismo, nessa linha de pensamento considera-se o anarcocapitalismo como uma versão antiestatal do liberalismo e não uma versão capitalista do anarquismo. Os anarcocapitalistas consideram os liberais não-anarquistas como amigos que cometem o erro menor (mas significativo) de aceitar uma forma de governo,

mas consideram os anarquistas de esquerda como perigosos coletivistas com os quais têm pouquíssimo em comum. <sup>[carece de fontes]</sup>

Como parte da tradição liberal, o anarcocapitalismo baseia-se nas noções de liberdade individual e na lei natural. Os intelectuais liberais têm, desde o início, estudado a dinâmica do desenvolvimento da ordem nas sociedades, fenômeno que foi associado recentemente à cibernética. Esta tradição remonta a John Locke, aos 'Levellers' ingleses do século XVII, aos primeiros economistas e filósofos franceses e ingleses; há mesmo quem incluía Cícero e Aristóteles entre os primeiros liberais (embora não entre os anarquistas). <sup>[carece de fontes]</sup>

O repúdio ao centralismo estatal é uma parte essencial da tradição liberal - talvez a sua principal característica - mas, ou por pessimismo em relação à inevitabilidade do governo, ou por falta de fundamentos teóricos ou por medo de repressão e censura por parte do governo, a questão do anarcocapitalismo não foi explícita e abertamente discutida até o século XIX. Todos os liberais acreditam na tese "o setor governamental deve ser tão pequeno quanto possível"; os anarcocapitalistas acreditam que os governos devem ser eliminados e os minarquistas acreditam e aceitam que um setor governamental mínimo é aceitável e desejável, em especial na aplicação da lei e da justiça. Alguns liberais clássicos, como Ayn Rand, opuseram-se veementemente ao anarcocapitalismo. Grande parte dos pensadores liberais nunca pôs em causa os governos, considerando-os inevitáveis, se não em teoria, pelo menos na prática, e, num futuro próximo - para estes pensadores, o anarquismo, bom ou mau, não passa de um sonho, ou de um pesadelo. <sup>[carece de fontes]</sup>

O primeiro pensador liberal que desenvolveu uma teoria completa do anarquismo foi Gustave de Molinari em 1849, embora alguns liberais ingleses e americanos já tivessem proposto o anarquismo sem o teorizar, e alguns economistas franceses já o tivessem teorizado sem o propor como tal. Havia uma grande tradição liberal em França e nos Estados Unidos depois de Gustave de Molinari, mas o anarquismo nunca atraiu uma larga audiência - mesmo assim ainda podemos citar alguns nomes importantes: Henry David Thoreau, Auberon Herbert, Emile Faguet, Lysander Spooner e Benjamin Tucker. <sup>[carece de fontes]</sup>

Só a meados do século XX é que o anarcocapitalismo floresceu, principalmente graças a Murray Rothbard, quando pensadores clássicos austríacos fugidos ao nazismo começaram a ensinar nos

EUA, surgindo uma nova geração de pensadores que resultou da fusão das escolas europeia e americana.<sup>[carece de fontes]</sup>

Entre os anarco capitalistas proeminentes estão: [David Friedman](#), [Jan Narveson](#), [Anthony de Jasay](#), [Gary Greenberg](#), [Brian Giovannini](#), [Walter Block](#) e [Hans-Hermann Hoppe](#).<sup>[carece de fontes]</sup>

Anarcocapitalismo em relação à tradição Anarcoindividualista[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---



Bandeira anarcocapitalista com o A no círculo e o Cifrão.<sup>[17]</sup>

Os anarcocapitalistas estão convencidos que o Estado é fundamentalmente mau, e que os indivíduos devem ser livres de todas as formas de coerção coletiva. No entanto, de um ponto de vista econômico se distanciam da maior parte dos anarcoindividualistas que refutam o capitalismo como uma forma de produção e dominação tão opressora quanto o estado.<sup>[18]</sup>

Embora os anarcocapitalistas apontem relação com o [anarquismo individualista](#), muitos anarcoindividualistas proeminentes possuem ideias que vão contra as maiores bases do anarcocapitalismo, como [Lysander Spooner](#) que fora vigorosamente contra o trabalho assalariado.<sup>[19]</sup> ou mesmo [Benjamin Tucker](#), que se considerava socialista.<sup>[20]</sup>

Diferentes grupos anarquistas se posicionam de forma diversa frente aos possíveis vínculos existentes entre o [anarquismo individualista](#) e o anarcocapitalismo. Enquanto os próprios anarcocapitalistas consideram-se uma vertente desta tradição anarcoindividualista<sup>[14]</sup>, outros grupos e vertentes anarquistas, incluindo diversos anarcoindividualistas, questionam fortemente a validade desta relação e herança.

Grande parte dos movimentos e vertentes anarquistas (e não só aquelas identificadas à chamada esquerda) considera que o [anarcoindividualismo](#) é essencialmente anticapitalista e rejeita a ideia dos anarcocapitalistas de que o anarcocapitalismo pertença à

qualquer tradição [anarquista](#). Em alguns meios libertários o anarcocapitalismo é mesmo considerado uma distorção estratégica de alguns setores do capitalismo globalizado cujo intuito é reduzir a influência dos estados sobre o mercado, abolir os direitos trabalhistas e avançar com as políticas de [privatização](#) e mercantilização do mundo.<sup>[21]</sup>

## Utilitarismo *versus* Lei Natural[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

Os libertários em geral, e os anarcocapitalistas em particular, desenvolveram duas abordagens diferentes às suas teorias: uma abordagem utilitarista, e uma abordagem do ponto de vista da lei natural. Alguns deles defendem uma abordagem e rejeitam a outra; outros, como Bastiat, reivindicam uma harmonia entre as duas abordagens complementares.<sup>[carece de fontes]</sup>

A abordagem do ponto de vista da lei natural (veja por exemplo [Murray Rothbard](#) e seu livro [Power and market](#)) defende que a existência do estado é imoral, e que o capitalismo ilimitado é o único sistema político ético, ou antes um sistema antipolítico. A abordagem utilitarista (veja por exemplo [David Friedman](#)) defende que a abolição do estado a favor da iniciativa privada é economicamente mais eficiente. Os defensores da harmonia entre a abordagem do ponto de vista da lei natural e a abordagem utilitaristas consideram estes argumentos equivalentes.<sup>[carece de fontes]</sup>

A noção dos direitos de propriedade é um elemento fundamental do anarcocapitalismo. A abordagem do ponto de vista da lei natural, defende que os seres humanos têm o direito natural ao seu próprio corpo e ao resultado de seu trabalho; e que eles podem usá-lo ou recusarem-se a usá-lo como lhes aprouver, desde que não atentando contra a propriedade de um outro indivíduo. A abordagem utilitarista defende que definir os direitos de propriedade desta maneira, é a forma mais eficiente de impedir conflitos destrutivos entre indivíduos e promover esforços produtivos. Na verdade, a posse do corpo de cada um, em conjunto com o respeito às reivindicações anteriores, conferem naturalmente a posse dos resultados do trabalho de cada um uma vez que, alguém que possui seu próprio corpo, pode interromper o trabalho se lhe for recusada a propriedade de seus resultados.<sup>[carece de fontes]</sup>

O anarcocapitalismo rejeita qualquer tipo "de direito positivo" (como o "direito a ser protegido pelos outros", o "direito a ser alimentado pelos outros", o "direito a um salário mínimo pago pelos outros"), e defende todos os tipos" de direitos negativos, como o "direito a não

ser atacado", o "direito a não ser roubado", e o "direito a não ter o salário confiscado pelos outros"). Difere do minarquismo apenas na noção de que o direito à segurança é também um direito positivo que deve ser rejeitado. Este é um bem que não deve ser fornecido pelo estado. A segurança deve ser garantida por cada um em livre associação com os outros membros da sociedade.

Princípio de não-agressão e o direito à propriedade[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

Sendo um princípio ético aceitável somente se aplicável universalmente a todos os componentes de um grupo, a base ética da doutrina anarcocapitalista encontra-se em posição privilegiada já que assenta-se sobre um único direito: O direito à propriedade, o qual justifica-se na constatação de que todo ser humano é proprietário único e inalienável de seu próprio corpo e, por consequência, dos frutos do trabalho realizado por este corpo. Do direito a propriedade pode-se derivar uma infinidade de leis e princípios destacando-se, pela sua importância, o Princípio de Não Agressão (PNA), ou seja, o direito de não sofrer agressões injustas contra sua propriedade (seu corpo ou suas posses). Ao mesmo tempo em que reafirma o direito à propriedade, o PNA legitima o direito à legítima defesa, ou seja, de que um proprietário defenda-se, com uso de violência se necessário, de uma agressão injusta.<sup>[22]</sup> As pessoas comumente confundem o direito à propriedade com "direito à possuir coisas", isso é uma demonstração de um entendimento limitado do conceito de propriedade já que ela começa, irredutivelmente, na própria existência do corpo humano.

Anarcocapitalismo, Multinacionais e Contratos[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

Os anarcocapitalistas acreditam que os negócios privados, resultantes de contratos voluntários, são a melhor forma de organização econômica (quer do ponto de vista moral, quer do ponto de vista da eficiência), mas não apoiam a forma como os estados atualmente protegem as grandes empresas. Em particular, os anarcocapitalistas consideram que a responsabilidade limitada atribuída às empresas prejudicam todos aqueles que são impedidos de processar os seus proprietários por danos ou dívidas. Segundo eles, outros privilégios ilegítimos incluem vários subsídios e regulamentos para 'trabalhadores' e 'empregadores' oficiais ,

proteção particular dada aos contratos oficiais de trabalho em detrimento dos contratos privados, etc. [carece de fontes]

Para os anarcocapitalistas, os contratos e, em particular, os contratos de trabalho, são um caso particular de troca livre e voluntária de propriedade (propriedade do tempo e do trabalho de cada um, dos bens de consumo e de capital de cada um, etc.). Os indivíduos podem fazer o que entenderem com a sua propriedade, para se protegerem de contratos indesejáveis; mas não podem esperar a proteção do estado: o mero facto de dois (ou mais) indivíduos terem concordado com um contrato, não significa que toda a sociedade seja obrigada a zelar pelo cumprimento do contrato nem que seja obrigada a proteger as partes dos acidentes da vida e da interferência de terceiros. [carece de fontes]

Em geral, os anarcocapitalistas recusam reconhecer a qualquer um a autoridade para declarar o que é 'oficial' e o que é 'não oficial' - qualquer um pode declarar qualquer coisa "oficial" para si. E cada um é livre para valorar, ou não, àquilo que outros indivíduos declarem "oficial". Desta forma, os contratos "oficiais" de casamento, emprego ou de negócios não merecem, à luz do anarcocapitalismo, nenhum valor especial - embora os contratos mais comuns e mais antigos possam beneficiar da jurisprudência acumulada que os menos comuns e mais recentes. [carece de fontes]

Argumentos contra e a favor do Anarcocapitalismo [\[editar | editar código-fonte\]](#)

---

Como o anarcocapitalismo é uma versão radical do libertarianismo, aplicam-se-lhe os mesmo argumentos válidos para o libertarianismo e o capitalismo. Exceptuam-se os argumentos relacionados com o sistema de justiça, em relação aos quais o anarcocapitalismo se distingue das outras ideologias baseadas no liberalismo clássico. [carece de fontes]

Um erro comum sobre o libertarianismo em geral e o anarcocapitalismo em particular, consiste em considerá-los teorias econômicas ou políticas. Não são. São teorias da Lei - sobre o que é ou não legítimo fazer. Isto em particular desmonta as afirmações simplistas segundo as quais, a sociedade atual ou qualquer outra sociedade já é libertária, desde que todos sejam livres para obedecer ou desobedecer e escolher continuar obedecendo as regras do sistema: De fato, os libertários têm uma teoria da lei natural e, enquanto uma lei verdadeira não suplante a lei natural, a sociedade não é libertária. Particularmente deveria ser respeitado o

direito de qualquer um de afastar-se de um governo que ele considere inadequado (vide [secessão urbana](#)). Caso contrário, então não cooperação é moralmente justificável (veja [desobediência civil](#)).<sup>[*carece de fontes*]</sup>

Portanto, por exemplo, considerando argumentos morais ou utilitaristas, os libertários não se opõem a monopólios de facto (companhias que conseguiram tornar-se no único fornecedor de um determinado serviço), mas opõem-se a monopólios de jure (companhias cujo monopólio seja garantido por lei e cujos competidores sejam perseguidos pela força pública). Para os libertários, monopólios ou quase monopólios de facto podem existir, mas de forma transitória, devido a alguma inovação técnica ou organizacional recente que ainda não tenha sido copiada pelos competidores; teoricamente, esses monopólios não têm o poder de abusar, porque os seus consumidores podem sempre parar de lhes comprar os produtos e passar a ser fornecidos pelos competidores, que irão subir da pobreza à afluência no instante em que o monopolista começar a fazer exigências "excessivas". O lema dos libertários em geral, e dos anarcocapitalistas em particular, é "votar com os próprios pés e os próprios dólares" em vez de "votar com a própria voz e os dólares de todos os outros" - escolha individual em vez de escolha colectiva. Aplicando este raciocínio à protecção dos direitos de propriedade individual, os anarcocapitalistas não temem monopólios ou oligopólios locais no mercado da justiça, desde que sejam respeitados os direitos individuais de suceder e escolher por si mesmo a agência de defesa ou arrancar com uma nova.<sup>[*carece de fontes*]</sup>

Para certas correntes anarquistas, os anarcocapitalistas não respeitam os *princípios anarquistas*, sendo apenas uma releitura do Liberalismo, ou uma outra denominação, pois não prima pela [solidariedade](#) e vida em [comunidade](#) (sendo estes os principais pontos destas correntes anarquistas) já que defendem a desigualdade de acesso aos recursos de produção. Em suma, afirmam que é apenas uma versão do capitalismo e do seu desenvolvimento histórico. Para essas correntes anarquistas a existência do capitalismo é algo a ser superado, o que confronta os ideais dos anarcocapitalistas, apesar de ambos verem o Estado como elemento desnecessário.<sup>[*carece de fontes*]</sup>

Lista de anarcocapitalistas[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

- [David Friedman](#)

- [Hans-Hermann Hoppe](#)
- [Murray Rothbard](#)
- [Walter Block](#)
- [Jesus Huerta de Soto](#)

Ver também[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

- [Libertarianismo](#)
- [Anarquismo](#)
- [Capitalismo](#)
- [Liberalismo clássico](#)
- [Simbolismo anarcocapitalista](#)

## Referências

---

1. [Ir para cima](#)↑ Edward Stringham - [Anarchy and the Law: The Political Economy of Choice](#). Transaction Publishers, 2007. **"Private-property anarchism, also known as anarchist libertarianism, individualist anarchism, and anarcho-capitalism, is a political philosophy and set of economic and legal arguments that maintains that markets and contracts should provide law and that the rule of law itself can only be understood as a private institution. Anarchist libertarians argue that, to check government against abuse, the state itself must be replaced by a social order of self-government based on contracts. Anarchy and the Law presents the most important essays explaining, debating, and examining historical examples of these stateless orders."**
2. [↑ Ir para: a b](#) Ronald Hamowy, SAGE - [Anarcho-capitalism. The Encyclopedia of Libertarianism](#) p. 13
3. [Ir para cima](#)↑ William Outhwaite - [Individualist anarchism](#) "Anarchism", The Blackwell Dictionary of Modern Social Thought. p. 13
4. [Ir para cima](#)↑ Geoffrey Ostergaard - ["Anarchism as a tradition of political thought"](#), Resisting the Nation State, Peace Pledge Union: "Indeed, one form of anarchism, individualist, may be seen as liberalism taken to its extreme - some would say - logical conclusion. **Individualist, as distinct from socialist, anarchism has been particularly strong in the USA from the time of Josiah Warren (1798-1874) onwards and is expressed today by Murray Rothbard and the school of 'anarcho-capitalists'.**"

5. [Ir para cima↑](#) Robert E. Goodin, Philip Pettit, Ed. Wiley-Blackwell - [A Companion to Contemporary Political Philosophy](#), Anarchism (Varieties and options within anarchism, p. 231)
6. [Ir para cima↑](#) Michael Oliver (25 de fevereiro de 1972). [«Exclusive Interview With Murray Rothbard»](#) (PDF). The Banner.
7. [Ir para cima↑](#) Murray N. Rothbard. [«A Future of Peace and Capitalism»](#).
8. [Ir para cima↑](#) Murray N. Rothbard. [«Left and Right: Prospects of Liberty»](#).
9. [Ir para cima↑](#) Adams, Ian. *Political Ideology Today* [S.l.: s.n.] [ISBN 0719060206](#).
10. [Ir para cima↑](#) Brian LaSorsa. <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1728>. Falta o |titulo= (Ajuda)
11. [Ir para cima↑](#) Karl Hess (1969). [«The Death of Politics»](#).
12. [Ir para cima↑](#) HOLCOMBE, Randall G. . ["Common Property in Anarcho-Capitalism"](#). *Journal of Libertarian Studies*, Volume 19, No. 2 (Spring 2005):3–29..
13. [Ir para cima↑](#) Avrigh, Paul (1996). *Anarchist Voices: An Oral History of Anarchism in America*, p. 282 [S.l.: s.n.]
14. [↑ Ir para: a b](#) Edward Stringham - [Anarchy and the Law: The Political Economy of Choice](#). Transaction Publishers, 2007.
15. [Ir para cima↑](#) [Anatomia do Estado](#)
16. [Ir para cima↑](#) [Gadsden flag](#)
17. [↑ Ir para: a b](#) [Murray Rothbard](#), [The Betrayal of the American Right](#) p. 188. [Ludwig von Mises Institute](#), 2007.
18. [Ir para cima↑](#) Meltzer, Albert. *Anarchism: Arguments For and Against*. AK Press, 2000. p 50
19. [Ir para cima↑](#) [A LETTER TO GROVER CLEVELAND, LYSANDER SPOONER. BOSTON, MAY 15, 1886.](#)
20. [Ir para cima↑](#) [State Socialism and Anarchism: HOW FAR THEY AGREE, AND WHEREIN THEY DIFFER](#)
21. [Ir para cima↑](#) [Meltzer, Albert](#) - *Anarchism: Arguments For and Against*. AK Press, 2000. pp. 114-115
22. [Ir para cima↑](#) Murray N. Rothbard - *A ética da liberdade*. Disponível em: <http://www.mises.org.br/EbookDownload.aspx?file=12.pdf>

### 3.CATASTROIKA

[Home](#) · [Vídeo](#) · [Catastroika](#)

[ANTIGONOVO](#)

17/12/2015 [DOCUMENTÁRIO](#), [JORNALÍSTICO](#) [CRISE](#)  
[ECONÔMICA](#), [GRÉCIA](#)

[http://controversia.com.br/my-product/catastroika?utm\\_source=wysija&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Boletim+Controversia](http://controversia.com.br/my-product/catastroika?utm_source=wysija&utm_medium=email&utm_campaign=Boletim+Controversia)

O novo documentário da equipa responsável por Dividocracia chama-se Castastroika e faz um relato avassalador sobre o impacte da privatização massiva de bens públicos e sobre toda a ideologia neoliberal que está por detrás.

Catastroika denuncia exemplos concretos na Rússia, Chile, Inglaterra, França, Estados Unidos e, obviamente, na Grécia, em sectores como os transportes, a água ou a energia. Produzido através de contribuições do público, conta com o testemunho de nomes como Slavoj Žižek, Naomi Klein, Luis Sepúlveda, Ken Loach, Dean Baker e Aditya Chakraborty.

De forma deliberada e com uma motivação ideológica clara, os governos daqueles países estrangulam ou estrangularam serviços públicos fundamentais, elegendo os funcionários públicos como bodes expiatórios, para apresentarem, em seguida, a privatização como solução óbvia e inevitável. Sacrifica-se a qualidade, a segurança e a sustentabilidade, provocando, invariavelmente, uma deterioração generalizada da qualidade de vida dos cidadãos.

As consequências mais devastadores registam-se nos países obrigados, por credores e instituições internacionais (como a Troika), a proceder a privatizações massivas, como contrapartida dos planos de «resgate». Catastroika evidencia, por exemplo, que o endividamento consiste numa estratégia para suspender a democracia e implementar medidas que nunca nenhum regime democrático ousou sequer propor antes de serem testadas nas ditaduras do Chile e da Turquia. O objectivo é a transferência para mãos privadas da riqueza gerada, ao longo dos tempos, pelos cidadãos. Nada disto seria possível, num país democrático, sem a implementação de medidas de austeridade que deixem a economia refém dos mecanismos da especulação e da chantagem — o que

implica, como se está a ver na Grécia, o total aniquilamento das estruturas basilares da sociedade, nomeadamente as que garantem a sustentabilidade, a coesão social e níveis de vida condignos.

Se a Grécia é o melhor exemplo da relação entre a dividocracia e a catastroika, ela é também, nestes dias, a prova de que as pessoas não abdicaram da responsabilidade de exigir um futuro. Cá e lá, é importante saber o que está em jogo — e Catastroika rompe com o discurso hegemónico omnipresente nos media convencionais, tornando bem claro que o desafio que temos pela frente é optar entre a luta ou a barbárie.

#### **4.Fórum Social: o fim de um ciclo?**

<http://www.brasil247.com/pt/247/rs247/236324/F%C3%B3rum-Social-o-fim-de-um-ciclo.htm>

***Jeferson Miola***

Nestes tempos vertiginosos na América do Sul, com crises agudas no Brasil, Venezuela e Argentina, uma crise ao interior da tradição de esquerda/progressista está passando despercebida. Trata-se da crise de existência e de destino histórico vivida pelo Fórum Social Mundial [FSM] e pelo seu Conselho Internacional [CI].

Pablo Solón, um intelectual orgânico que teve transcendência na luta contra a ALCA e o neoliberalismo na região e no processo de construção da Revolução Democrática na Bolívia, instiga a discussão estratégica sobre o pós-fim do ciclo do FSM e do CI.

O fator que estimulou a manifestação de Pablo Solón foi o intercâmbio de mensagens no CI sobre a realização ou não de um Tribunal Ético sobre o golpe no Brasil – iniciativa proposta por estrangeiros e que, curiosamente, parece não ter encontrado, no seio das organizações brasileiras que integram o Conselho Internacional, a mesma receptividade que encontrou junto a organizações internacionais daquela instância.

Em mensagem ao CI, Pablo propõe que na próxima edição do FSM em Montreal, em agosto de 2016, se realize um “*bonito funeral do Fórum e do Conselho Internacional*”. Entende ele:

*“Na vida tudo tem seu ciclo. Tudo nasce, cresce e morre para dar lugar a algo distinto. Muitas vezes se quer viver mais do que seu ciclo, e então se converte em uma espécie de zumbi; quer dizer, algo que existe, porém já não tem a vitalidade que tinha antes.*

*Com o maior respeito a todos vocês, eu creio que isso aconteceu com o FSM. O Fórum Social Mundial e o Conselho Internacional cumpriram seu ciclo, e o melhor a fazer é organizar um bonito funeral; uma digna morte, reconhecendo seu aporte, resgatando todas as lições, e fazendo um chamando a todos os atores jovens e antigos a que pensem nos novos caminhos a seguir.*

...

*Como será o novo que sucederá o FSM? Não sabemos, mas não tenhamos medo. O vazio que o Fórum deixa será preenchido com iniciativas diferentes que irão se construindo a partir das necessidades da nova realidade.*

*Não seria bom que em Montreal façamos um grande funeral do FSM com festa, lágrimas e muita convicção?*

*Às vezes o novo não encontra seu leito próprio porque estamos muito obcecados com o velho. Quase sempre o velho morre para reviver no novo”.*

A análise do Pablo Solón é coerente com este tempo histórico. O FSM, assim como outras organizações e processos – tanto as de caráter político-partidário como outras – exibem incapacidades e falências relevantes diante das exigências do período. Isso é da vida.

Novos atores, novos processos e novas dinâmicas estão sendo testadas nos nossos países, com suas dialéticas próprias. E esses novos atores, processos e dinâmicas parecem não encontrar no Fórum um espaço-processo de expressão que em algum tempo do passado encontravam.

A resistência democrática no Brasil, por exemplo, revela a pujança e a têmpera revolucionária das juventudes, das mulheres e setores culturais que não encontraram ressonância nas organizações brasileiras do CI. A dinâmica que anima a luta política intensa e radicalizada em defesa da democracia e da Constituição, suplantou a letargia de atores político-partidários e sociais [como o FSM] que já não exercem a mesma capacidade convocatória e de encanto que exerciam nos anos iniciais do século 21.

Esta maravilhosa resistência contra esta direita reacionária que assume feições fascistas em cada país da região, tem de ser canalizada para o esforço de reconstrução de uma ampla aliança democrático-popular no sul do hemisfério latino-americano, como ponto de partida para a construção do “*algo distinto*” a que se refere Solón. A retomada dos planos imperialistas para a região, inclusive, é o pano de fundo desta nova etapa de lutas e resistências.

A presente conjuntura cobra um esforço adicional de reconstrução de um sujeito histórico que aglutine os movimentos sociais, os partidos políticos progressistas e de esquerda e as organizações civis na resistência contra a restauração neoliberal e conservadora em curso na região e no mundo inteiro.

Um outro mundo é necessário, mas é imperativo inventar-se formas novas para conquistá-lo e para torná-lo possível.

### **A íntegra da mensagem de Pablo Solón ao CI:**

*“Estimado Chico, Boaventura, Francine, Gina, Rita, Candido y todos los amigos del CI*

*He seguido con mucho interés el intercambio de emails. Apoyo mucho la idea de un Tribunal Ético sobre el golpe en Brasil y toda acción que vaya en sentido de denunciar y revertir este gran atropello. Sin embargo, esta vez me quiero referir al futuro del FSM y el CI.*

*En la vida todo tiene su ciclo. Todo nace, crece y muere para dar paso a algo distinto. Muchas veces uno quiere vivir mas allá de su ciclo y entonces se convierte en una suerte de zombi. Es decir algo que existe pero que ya no tiene la vitalidad que tenia antes. Nosotros los seres humanos tendemos a aferrarnos a las cosas y espacios que logramos y muchas veces estiramos su existencia. Ese es el caso de muchas campañas, redes, movimientos, alianzas que cumplieron un rol muy importante pero que hoy día arrastran su existencia sin mayor incidencia.*

*Con el mayor respeto a todos ustedes yo creo que eso le ha pasado al FSM. El Foro Social Mundial y el Consejo Internacional cumplieron su ciclo y lo mejor es organizarles un hermoso funeral, una digna muerte, reconociendo su aporte, rescatando todas las lecciones, y haciendo un llamado a todos los actores jóvenes y viejos a que piensen en nuevos caminos a seguir.*

*El FSM cumplió su ciclo porque estuvo ligado a la emergencia de movimientos sociales a principios de siglo que lograron contener de*

*diferentes formas el avance del neoliberalismo, llegando incluso a catapultar diferentes tipos de gobiernos progresistas que alcanzaron algunos logros pero que fracasaron en construir alternativas estructurales frente al neoliberalismo. Hoy estamos viviendo el fin del ciclo de gobiernos progresistas en Latinoamérica y también de los movimientos que los impulsamos.*

*¿Cómo será lo nuevo que remplace al FSM? No lo sabemos, pero no le tengamos miedo. El vacío que deje el FSM será llenado por iniciativas diferentes que se irán construyendo a partir de las necesidades de la nueva realidad.*

*Hoy estamos en medio de una lucha donde tenemos que resistir, frenar y derrotar la arremetida neoliberal que está en curso, y al mismo tiempo reflexionar de manera cruda sobre nuestros errores y los llamados gobiernos progresistas para así dotarnos de nuevas alternativas sistémicas y estrategias.*

*¿No sería bueno que en Montreal le hagamos al FSM un gran funeral con fiesta, lagrimas y mucha convicción? ¿Si no es en Montreal hasta cuando lo dejaremos languidecer? ¿Y que mejor despedida que un llamamiento muy corto a quienes no vinieron al FSM a imaginarnos y construir juntos nuevas iniciativas más acordes con la nueva situación?*

*A veces lo nuevo no encuentra su cauce porque estamos muy obsesionados con lo viejo. Casi siempre lo viejo muere para revivir en lo nuevo.*

*Un fuerte abrazo*

*Pablo Solón”.*

## **5.As primárias Democratras à sombra do neoliberalismo**

03/06/2016 – Copyleft -

<http://cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FInternacional%2FAs-primarias-Democratras-a-sombra-do-neoliberalismo%2F6%2F36228>

Sob a liderança de Bill Clinton e Tony Blair, os partidos de centro-esquerda abandonaram suas políticas mais progressistas por uma aceitação da ortodoxia.

**David Coates - New Yorker**



A batalha das primárias do Partido Democrata entre Hillary Clinton e Bernie Sanders está sendo travada à sombra do “neoliberalismo” - à sombra das políticas econômicas e da filosofia econômica geral abraçadas, com sucesso, por Ronald Reagan nos Estados Unidos e por Margaret Thatcher no Reino Unido. Neoliberalismo é aquela filosofia econômica que prefere o mercado a governos como alocador de recursos e prefere soluções a problemas sociais individuais e privadas antes que coletivas e públicas. Nas últimas três décadas, foi a ortodoxia que comandou os dois lados do Atlântico, mas quando o neoliberalismo foi proposto pela primeira vez – na segunda metade da década de 70 – ainda não o era. Significou, então, uma ruptura revolucionária com a ortodoxia anterior - aquela ligada aos escritos de John Maynard Keynes e às políticas do New Deal e que tinha mercados geridos pelos governos e os problemas sociais resolvidos pelo por políticas de gasto público.

A revolução neoliberal de Reagan/Thatcher manteve os Democratas fora da Casa Branca e os Trabalhistas fora do poder em Londres, durante três ciclos eleitorais. Ao fim do terceiro ciclo,

os líderes políticos dos dois partidos chegaram à mesma visão. Decidiram que a única maneira de voltar ao poder seria atendendo às demandas do eleitorado de Reagan e Thatcher nos termos neoliberais.

Sob a liderança de Bill Clinton nos EUA e Tony Blair no Reino Unido, ambos partidos de centro-esquerda abandonaram suas políticas mais progressistas iniciais por uma aceitação explícita e acomodação aos princípios da nova ortodoxia conservadora. Eles desistiram de seus papéis de progressistas na “taxação e no gasto” para adotar “novas” posturas. Eles se afastaram das políticas industriais ativas que regulavam os negócios e acabaram com o “bem estar social como o conhecemos”. Para deixar ainda mais clara sua acomodação aos princípios neoliberais para seus eleitores passaram a se autodenominar “Novos Democratas ou “Democratas Centristas” e “Novos Trabalhistas”.

Para Bill Clinton e Tony Blair, ser um progressista nos anos 1990 significava ser um Reaganista/Thatcherista mais civilizado e bondoso e tomar como garantido, sem nunca questionar, os princípios e práticas neoliberais essenciais que incluíam:

#### **(Lista A)**

- **Diminuir impostos corporativos e pessoais para encorajar inovações, o empreendedorismo e a criação de empregos;**
- **Redução da rede de bem estar social para evitar dependência e aumentar o incentivo ao trabalho;**

- A desregulação de mercados de trabalho pelo enfraquecimento dos sindicatos;**
- A desregulação paralela da atividade empresarial, e a comemoração da desigualdade de renda**
- A privatização de empresas públicas e a exposição do setor público às forças de mercado.**

A “terceira via”, que aceitou as políticas Reaganistas/Thatcheristas funcionou por um tempo. Houve um grande crescimento da oferta de empregos nos EUA nos anos 1990, e os Novos Trabalhistas de fato expandiram a economia do Reino Unido sem recessões entre os anos de 1997 a 2007. Mas depois as rodas do ônibus do neoliberalismo travaram. Instituições financeiras frouxamente reguladas desencadearam, primeiro uma enorme crise de crédito e depois a maior recessão econômica já conhecida desde 1930. Entre o final de 2008 e princípios de 2009, ninguém mais era um neoliberal apaixonado. Administração de demanda keynesiana, grandes injeções de gasto público e uma direção rigorosa do sistema bancário estiveram em voga novamente. Mas só por um breve período. Logo os conservadores de ambos os países encontraram outras explicações para a crise dizendo a seus eleitores que foram os gastos do governo que causaram a crise (ao contrário do que realmente aconteceu). Até mesmo Democratas moderados como Barack Obama se acharam incapazes de governar do outro lado, porque a ala Republicana da classe política estava, novamente, retrocedendo para posições neoliberais ainda mais  
extremas..

## **Divergência**

Duas coisas, então, aconteceram que vieram a orientar as escolhas que se tem agora. No lado Democrata aqui nos EUA, tanto um desafio moderado como um radical à ortodoxia neoliberal começaram a se formar. Hillary Clinton e Bernie Sanders podem, agora, personificar esses desafios, mas ele não são seus únicos arquitetos. Ao contrário, ao longo de toda a coalizão Democrata como um todo, os últimos sete anos testemunharam a presença crescente dessas duas tendências de preferências políticas, conectadas mas concorrendo uma com a outra, no debate de políticas progressistas.

A lista moderada inclui:

### **(Lista B)**

- **A manutenção da demanda através de gastos públicos e de tolerância com a dívida pública**
- **A prevenção de outras crises financeiras ao tornar mais rígida a supervisão financeira**
- **A rota da infraestrutura para o crescimento (gasto público em modernização de estradas, pontes, ferrovias e internet)**
- **Taxação progressiva para reduzir a desigualdade excessiva e para distribuir o custo dos recursos para o bem estar social entre aqueles mais capazes de suporta-lo**
- **Maiores direitos para as mulheres e minorias no trabalho,**

**mais assistência infantil e licença parental remunerada**

**- Movimento em direção a políticas energéticas sem carbono**

A lista mais radical inclui a agenda moderada mas acrescenta o que segue:

**(Lista C)**

- Mais direitos para os sindicatos, e um forte aumento no salário mínimo e na previdência social;**
- Ataque sistêmico nas fontes de pobreza, com ações afirmativas enquanto a pobreza persistir;**
- A desconstrução do sistema de encarceramento em massa e o fim da política conhecida como “guerra às drogas”;**
- Nova política de comércio exterior para reverter a terceirização de empregos bem remunerados;**
- O desmembramento dos bancos que são “grande demais para quebrar”**
- Menos gastos com as forças armadas e com guerras internacionais: mais atenção com a nação em seu interior e menos no exterior**

Essas listagens contêm dimensões norte-americanas muito específicas (como os importantes fim do encarceramento em massa

e redução das guerras no exterior). Mas elas não são, em sua essência, listas exclusivas aos norte-americanos. Mudanças paralelas sobre esses entendimentos e as políticas estão em debate e disputa em muitos partidos de centro-esquerda da Europeu Ocidental agora. Elas certamente estão no Partido Trabalhista britânico, onde sua liderança mudou recentemente para Jeremy Corbyn, em muitas formas um equivalente a Bernie Sanders no Reino Unido. Das mesma forma, o ministro da Economia francesa, Emmanuel Macron, candidato potencial à presidência, está promovendo uma estratégia de “terceira via” no Partido Socialista francês contra seus rivais do centro ou da esquerda como Arnaud Montebourg – e estão encontrando uma forte resistência. Sigmar Gabriel, líder dos social-democratas da Alemanha ou SPD, está sob ataque da esquerda de dentro e fora desse partido pela sua conciliação, como vice-chanceler com as políticas conservadoras de Angela Merkel.

Em todas as economias capitalistas avançadas, a batalha pós-2008 para o retorno à prosperidade generalizada e segurança do emprego, é, de fato, necessário à centro-esquerda de reexaminar a sabedoria de sua acomodação inicial ao neoliberalismo. É essa reavaliação que está no coração do embate atual nas primárias presidenciais do Partido Democrata, entre Clinton e Sanders.

### **Desafios previsíveis**

As três políticas em vigência aqui listadas não são as mesmas. Seus centros de gravidade são diferentes porque as análises que as embasam também diferem. E porque elas são diferentes, assim como as histórias que as conduziram, Clinton, em particular, tem

um problema em dobro com sua base eleitoral em potencial.

Seu primeiro problema é este. Quando ela era uma primeira-dama politicamente ativa durante a presidência de seu marido, a política econômica no mandato operou de acordo com a Lista A. Então uma pergunta que Hillary deve responder agora é se a política econômica em uma segunda presidência Clinton será similar àquela, ou será diferente? Seus oponentes Republicanos tentarão esfregá-la com a esponja 'Bill Clinton', apontando para a infidelidade sexual e uma possível corrupção financeira ou pior. Seus críticos progressistas deveriam se preocupar mais com a extensão com que as atividades globais da Fundação Clinton estão apontando para o compromisso de seu marido com os princípios neoliberais. Porque se não houve uma ruptura, e ele continua entre seus conselheiros, ela, de fato, realizou uma ruptura, e quanto ela conseguirá suportar nessa ruptura?

E então há o segundo problema, o maior deles. Se a resposta para a primeira pergunta é que sim, as políticas serão diferentes, mas operadas na Lista B (que é basicamente a política econômica bloqueada do mandato Obama), ou irão se estender para abranger algumas dimensões (ou a totalidade) da Lista C, como agora acreditam serem essenciais muitos apoiadores radicais de Sanders? Quão radicalizada Clinton se tornou? O quanto disso é show e o quanto disso é real?

O maior medo da esquerda na coalizão Democrata, é que a ruptura com a lista Clinton original (Lista A) ainda seja tênue e que Clinton dirá coisas radicais (das outras listas incluindo a Lista C) somente para ser eleita. E então, quando estiver no cargo, ela retornará à Lista A, triangulando com Republicanos neoliberais à maneira do primeiro mandato Clinton. É, portanto, uma tarefa vital para ela

entre agora e novembro reassegurar seus apoiadores progressistas de que ela não irá fazer nada disso, porque somente se essa garantia for próxima – **somente se a profundidade da ruptura com seu próprio passado estiver clara** – a vasta maioria dos mobilizados por Sanders irá se portar como soldados na batalha eleitoral para salvar os EUA de um mandato Trump. E ela irá precisar desses soldados.

## **6.La Generación del '80 llama dos veces. El Liberalismo en la propuesta Macrista.**



Por **Fernando Casullo**, el 5 de junio de 2016.



El año pasado, la Alianza Cambiemos sacudió el tablero de l@ polític@ al ganarle al Frente para la Victoria y alzarse con la trifecta de Nación, CABA y PBA. Así, en una misma contienda electoral se llevó puesto varios mitos caros a la patria politológica: el del invicto del peronismo pos 2001 (y su secular hambre de victoria), el del cerrojo inviolable de la Provincia de Buenos Aires y sus barones sedientos de poder y, sobre todo, aquel que rezaba que sin despliegue territorial propio era imposible llevarse el ticket al Sillón de Rivadavia. Desde ya que cada una de esas ideas estaba

cimentada en una red de medias verdades que podían fallar, pero nadie suponía que iban a caer todas de golpe. Pero sucedió, Cambiemos -con el PRO de primus inter pares- instrumentó una disciplina partidaria bismarckiana que combinada con una actitud desprejuiciada a la hora de construir vínculos electorales se llevó puesto el Abismo de Helm peronista. Un David que se enfrentó a Goliat pero con twitter y focus group en vez de honda.

El batacazo del 2015 (todavía en proceso de metabolización) disparó la búsqueda de la trama ideológica detrás de la sorpresa, claro está. En un año plagado de elecciones de pronto todo fue relato y subtextos y a partir del 10D es Cambiemos quien debe construir su propia épica y estética. Este objetivo fue asumido de forma clara, y tal vez un poco urgente, por sus propios protagonistas: ya existe hasta un libro “Cambiamos. Mauricio Macri Presidente. Día a Día la campaña por dentro de Hernán Iglesias Illia”, ghost writer y actual funcionario del gobierno nacional. El libro narra, en tono de road movie política, las vicisitudes del movimiento macrista victorioso (y se dedica a desmontar, con éxito dispar, los prejuicios en torno al carácter “cheto” de su formación). Sin embargo, y dejando un poco de lado ese tipo de relato eufórico, puede pensarse en intentar una primera aproximación al intento de trazar la grilla ideológica de Cambiemos en una duración más larga. Varios aspectos ya fueron esbozados en los últimos meses, en especial en el lúcido Mundo Pro de Vommaro, Morresi y Bellotti. Pero el libro es -según reza el subtítulo- una anatomía de un partido para ganar... resta ahora hacer el mismo trabajo sobre un partido que ganó.

A la hora de atribuirle una, o varias, tradiciones ideológicas a Cambiemos han picado en punta dos familias de ideas: el Desarrollismo y el Liberalismo. En el caso del primero, la vinculación no fue novedosa y más bien resultó parte de un consenso tácito neokeynesiano previo a las elecciones del 2015. Ya hace unos meses decíamos con Santiago Rodríguez Rey: “Hoy, los principales candidatos, los que según las encuestas que pululan en los medios dicen que sumarán el 90% de los votos, se dicen desarrollistas. El progresismo, por su lado, apenas si lucha por el 5% y parece cerca de retirarse de la pasarela. El desarrollismo ya está aquí, llegó para quedarse y no se va a ir”.<sup>1</sup> En efecto, el siglo XXI repleto de discusiones sobre el precio de las commodities y una nueva matriz productiva para Latinoamérica resultó tierra fértil para el tropo Desarrollista y el discurso de Cambiemos no fue la

excepción. De hecho todo lo contrario, vía el Desarrollismo encontró el punto de fuga para pegarle a la bestia populista y la blitzkrieg aramburesca desplegada contra la administración saliente se concentró de hecho en un ministerio de la “Modernización”, ideal caro a la grilla frondizista.

Un poco más creativo, y todavía in progress, resulta el linkeo con el Liberalismo, y sin embargo es una relación que todos más o menos reconocen. Tanto para criticarlo (ubicarlo en el rancio linaje de los Martínez de Hoz), como para ponerle una ficha (pensarlo como el gestor de una nueva Generación del 80, presto a retomar el camino que nos llevará a ser Australia o Canadá), muchos piensan que Cambiemos en general y el PRO en particular, tienen algo de Liberal. Incluso los más osados aseguran que la CEOcracia montada en estos meses es un poco la hija dilecta de la combinación del Liberalismo con el Desarrollismo.

Ahora bien, ¿qué hay más allá de la vulgata o la diatriba?, ¿es posible calibrar el octanaje del Liberalismo del motor macrista?, ¿se puede ubicar en el universo liberal a un partido que hizo de eludir los etiquetamientos parte de su fortaleza? Y por otro lado, ¿existe esa cosa llamada Liberalismo que queremos adosarle a Cambiemos?, ¿puede haber una doctrina tan amplia que permita poner bajo el mismo cielo al roquismo, al radicalismo antipersonalista, a las Dictaduras Militares?, ¿vive ese animal mitológico de la historia de las ideas rastreado con denuedo por liberales, revisionistas, nacionalistas, corporativistas y hasta neutrales? No olvidemos que nuestro MacGyver historiográfico, Tulio Halperin Donghi, sentenció alguna vez que la Argentina es un país que nació liberal, ¿pero lo siguió siendo en las otras etapas de su vida?

### **El Liberalismo: un objeto opaco**

“Abandona la esperanza si entras aquí”, rezaba lacónica la puerta ubicada en el vestíbulo del infierno del Dante. La misma sentencia podría aplicar para aquellos que quisieran definir con un mínimo de precisión los contornos del Liberalismo en nuestro país. En Argentina, como en América Latina, el derrotero del liberalismo ha sido por demás sinuoso desde su consolidación en la segunda mitad del siglo XIX. Sin embargo, ya a finales de ese siglo el Liberalismo estaba presente de alguna forma en todas las fuerzas políticas. Mas nunca existió de forma pura sino combinado con un complejo ideario que involucraba el Republicanismo (ese hermano siamés, a

veces sinónimo, veces antónimo, a veces parónimo), el Conservadurismo, el Historicismo, el Radicalismo francés, el Positivismo, el Socialcristianismo. Tal vez sea necesario bajar un poco más la lupa a la hora de reconocerlo a aquel entre tanta mezcla.

El primer ajuste de cuentas que podría hacerse, resulta de desacoplar el derrotero intelectual del Liberalismo con la cronología propia de la historia política. En efecto, camionadas de buenas investigaciones empíricas han demostrado con claridad que nuestras élites políticas y sociales han sido mucho más eclécticas (y hasta camaleónicas) de lo que quisiéramos reconocer. Argentina engendró de esta manera liberales de fuste que no vacilaron en los 30 a irse por la alcantarilla del autoritarismo y hasta del fascismo. Y la misma sentencia vale, pero a la inversa: en uno de los momentos más hostiles para el Liberalismo, como fue el primer Peronismo, vemos cómo luego de la polémica nacionalización de los trenes, las líneas no pasaron a llamarse Chacho Peñaloza o Gaucho Rivero. Se llamaron en cambio Roca, Alberdi o Urquiza (este hubiera sido por demás reemplazable por el caudillo López Jordán), quienes siguieron en el panteón de próceres de un gobierno popular. De hecho, también es necesario anotar que el Liberalismo no fue un fenómeno exclusivo de las elites y muchas veces resultó defendido por los sectores medios y hasta populares, por cierto que en un tempo distinto y mucho más tibiamente. La segunda previsión, y de hecho la más importante, tiene que ver con la definición del núcleo duro de la doctrina liberal y su despliegue hegemónico en los años de la Generación del 80. En las últimas dos décadas la historiografía ha llamado la atención sobre la heterogeneidad del mentado Orden Conservador y la irreductibilidad del mismo a un acontecer monolítico. Sucesivos autores han argumentado la complejidad del ideario de fin de siglo argentino, en especial la imposibilidad de simplificar las opciones de la época a los términos liberal y conservador. La cultura política del período roquista no debe ser exagerada en su homogeneidad (y es una precaución que bien vale tener en cuenta para el tablero actual poblado de Moyanos, Carriós, Prat Gays y Urtubeys). Un mitrista de bien no hubiera vacilado en criticar a los roquistas por ser poco liberales. Así como los roquistas se pasaron toda la campaña electoral de 1886 mirado con liberales sospechas a los principales candidatos, Juárez Celman o Dardo Rocha, a quienes encontraban demasiado advenedizos y propensos a cierto ejercicio impúdico del poder.

Queda claro entonces que no se trata de encontrar el eslabón perdido entre Mitre y Alsogaray y de hecho esa sola idea debe revisarse y requiere de mayor precisión a la hora de definir al Liberalismo argentino. Es necesario ganar en precisión para generar una definición operativa de una doctrina vital todavía a comienzos del siglo XXI, incluso asumiendo que sus contornos siempre serán bastante móviles.

### **Los must del buen liberal**

Definir al Liberalismo en una columna es imposible (como tal vez también lo sea en trabajos de mayor aliento). Incluso separando el Liberalismo económico del político, hilvanar con algo de precisión un cuerpo de ideas que vayan de Adam Smith hasta Milton Friedman, pasando por John Stuart Mill y Alfred Marshall o desde Alexis de Tocqueville hasta John Rawls, es una empresa que no se intentará aquí (y no está del todo claro que tenga sentido hacerlo, más allá de la necesidad de escritura de manuales). Se intentará, en cambio, condensar el Liberalismo realmente existente en una serie de elementos identificables. Desde ya que los puntos que anotaremos no conforman una definición absoluto, sino que resultarán más como los ingredientes de un asado. En efecto, aquellos pueden ir variando y hay eternas discusiones sobre cuál es más importante, pero a la hora de mirarlo crepitar en la parrilla, todos reconocen que se trata de un noble asadito.

Un punto central a la hora de identificar un núcleo liberal va por el lado de las formas republicanas de gobierno y la búsqueda constante de equilibrio entre los poderes. Charles Hale señaló con acierto que uno de los aspectos centrales de la herencia liberal latinoamericana fue su entusiasmo por los sistemas constitucionales. Según él, la independencia política se conquistó en momentos de la codificación, donde se creía en el poder de las leyes escritas que, concebidas racionalmente, podrían distribuir el poder de manera eficaz y garantizar la libertad individual. Fue aquel carácter institucionalista el que le dio un tono de poca radicalidad al Liberalismo latinoamericano. En este subcontinente casi todas las transformaciones de se lograron mediante reformas y no por revoluciones -como pasó con las revueltas de 1830 en Europa-. Así Frank Safford encuentra en la legalidad uno de los puntos de mayor perdurabilidad de aquella doctrina. Para este autor, a pesar de los altibajos que tuvo dicho cuerpo de ideas a lo largo del siglo XX, es en el terreno de sus actitudes constitucionales donde mantiene una

fundamental vigencia en el presente. ¿Puede, a su vez, hablarse de algunas especificidades del caso argentino? Para Paula Alonso y Marcela Ternavasio hay cuestiones propias del Liberalismo gaucho. Por ejemplo, la ausencia de luchas con grupos conservadores (gran diferencia por ejemplo con México, donde corrió más sangre bajo sus puentes) y los escasos desafíos de la Iglesia y luego del socialismo. Estas características forjaron un Liberalismo con menos necesidad de precisar sus principios y amojonar sus contornos que en otros países. Un modo argentino definido con mucha menos pasión que con la que fue defendido o atacado. Una suerte de fideicomiso ideológico que a lo largo de décadas pagó dividendos a casi todos los miembros de la clase política argentina, tanto para denostarlo como ensalzarlo. Aunque no lo veamos el Liberalismo siempre está.

La pregunta entonces cae de madura, ¿por qué hubiese el macrismo desaprovechado la oportunidad de abreviar de esta fuente genérica?, ¿no sería casi hasta lógico al tratarse este de una construcción política amplia y que se movió con comodidad en el terreno de lo ambiguo (incluso mostrando más cintura que el peronismo, el histórico campeón en la labilidad doctrinaria)?

### **La Generación del 2016**

Sin duda alguna, Cambiemos tiene dentro de su amplia matriz ideológica y discursiva, una fuerte apelación al Liberalismo en general y a la Generación del 80 en particular (en esto continuó un camino que recorrió de forma mucho más explícita el Recrear de López Murphy, muy dado al Alberdismo gore). Tal vez lo que más se nos aparezca como el intento en clave siglo XXI de emular a la generación del '80 sea el Plan Belgrano, un ambicioso proyecto de infraestructura para el norte argentino que supuestamente viene a subsanar décadas de atraso. De todos modos tampoco esta es una empresa del todo original y la apelación a planes de gran transformación nacional suele aparecer en distintos etapas de la historia. Recordemos así los festejos del Sesquicentenario de la patria en 1960 y el Plan de Desarrollo urdido por el Frondizismo o los intentos por cambiar la matriz productiva del Plan Trienal del Perón herbívoro. Tal vez sí la originalidad del macrismo sea en vincularse de manera tan directa con los padres de la Argentina moderna (y un poco a contrapelo de los últimos años donde el clima de época fue más bien marcadamente revisionista). En un apurado punteo de por dónde va la agenda liberal de Cambiemos

deberíamos anotar en primer lugar una notoria apuesta por la consolidación de los mecanismos de control de los poderes. En efecto, este fue uno de los tópicos altos de la campaña (con Carrió haciendo las veces de Capitán Ahab enfurecida contra la ballena blanca del Populismo de las Cadenas Nacionales y los Congreso escribanías). De todos modos la defensa de los valores republicanos, tan sentida a la hora de ser oposición, bien puede volverse un tiro en el pie al momento del control del Ejecutivo, como bien muestra la experiencia del poco ortodoxo intento de nombrar Jueces de la Corte en Comisión. El escándalo de los Panamá Papers, descartado como problema de forma demasiado ansiosa por el gobierno, debe ser leído en esa línea. Si la agenda de Cambiemos estuvo por meses dominada por la lucha contra la corrupción, y a tal fin sus partidarios usaron los más estridentes métodos, refugiarse ahora en los tecnicismos legales de las sociedades offshore tiene gusto a poco. El caso de Laura Alonso, personaje que en una voltereta pasó de furibunda tuitera a tibia funcionaria anticorrupción, muestra con claridad aquella encrucijada. Denunciar que el kirchnerismo no puede apelar a ese discurso, tampoco sirve de mucho. Sin dudas que sobre el particular a Cambiemos lo estarán monitoreando propios y ajenos y la oposición, incluso cristinista, invocará a la sombra terrible de Alberdi cada vez que le resulte útil. También podemos anotar dentro del uso del ideario de la Generación del 80 el discurso cosmopolita de “vuelta al mundo” que ha caracterizado la mirada sobre relaciones internacionales del actual gobierno. Un corrimiento del eje Mercosur-BRICS y un acercamiento manifiesta al de Estados Unidos – Alianza del Pacífico parecen ser las claves multilaterales en este sentido. El riesgo en esta dinámica de realineamiento tiene que ver sobre todo con los costos que puedan llegar a pagarse en un momento tenso de la geopolítica.

En el terreno de las políticas económicas el giro liberal se ve corporizada en el pago a los Hold Outs y la vuelta al crédito con menores tasas. Este es, de nuevo, un punto de coincidencia con el Desarrollismo. Recordemos el Plan Presbisch durante la Revolución Libertadora, el que abrió la puerta para sumarse al FMI, que cuestionaba duramente al Peronismo por no haber tomado entonces el tren de Bretton Woods. Menos desarrollista y más claramente liberal en lo económico es la apuesta macrista por el aperturismo de las exportaciones e importaciones, algo no tan a tono por caso, con Frondizi y su trato privilegiado a la industria automotriz (esto más allá del buen trato al gran capital extranjero

que el bueno de Silvio debió procurar para poder escapar a la trampa de la restricción externa).

Tal vez las apuestas más arriesgadas del Liberalismo sui géneris macrista sean dos. Primero, la reformulación de las relaciones entre la Nación y las provincias, puestas en tensión con la discusión sobre una nueva Ley de Coparticipación. El flujo de recursos en el marco del federalismo caleidoscópico que supimos construir es un tema sensible desde los orígenes mismos del régimen del 80 (como supieron mostrarnos Oszlak y Botana). Y en segundo lugar, el giro anticlerical de gran parte del discurso oficial sobre la vida privada, que tuvo su corolario en la fría visita de nuestro primer magistrado al Papa Francisco. Aquí debe anotarse en la génesis un complejo juego de rupturas y continuidades entre los líderes, que pasaron de ser Mauricio y Jorge Bergoglio a el Presidente y su Santidad casi sin darse cuenta. Algo similar a lo que ocurrió con Cristina Fernandez, pero de forma especular. Todo, obvio, en una sociedad que puede combinar una apuesta secularizadora de avanzada con multitudes católicas ultramontanas sin ponerse colorada. Ambos lances son complejas y con éxito incierto pero desde ya que deben anotarse en el renglón de un ideario reactualizado como el que hemos visto desplegarse en estos 100 afiebrados días. Pero, de nuevo y para finalizar, recordemos que el Julio Argentino Roca peleado con la Iglesia de 1886 también dio paso a la misma versión de sí mismo abriendo los brazos al Vaticano en su segundo gobierno. En Argentina el Liberalismo (y casi cualquier otro ismo) siempre están a tiro de un pase por el taller para hacerse chapa y pintura.



## 7. O ridículo mata. Também na Europa

[http://rr.sapo.pt/artigo/54390/o\\_ridiculo\\_mata\\_tambem\\_na\\_europa](http://rr.sapo.pt/artigo/54390/o_ridiculo_mata_tambem_na_europa)

GRAÇA FRANCO - 17 mai, 2016 -

Os sociais-democratas podem estar a apostar na derradeira rasteira a passar via Bruxelas à “Geringonça”.

O ridículo mata. A máxima também se aplica às políticas europeias. Se amanhã, da análise dos variadíssimos atropelos aos chamados “Procedimentos por Défices Excessivos” por países tão diferentes quanto Portugal/Espanha/França resultasse a aplicação de uma qualquer sanção a Lisboa estaríamos perante um caso risível, se não fosse dramático.

Risível porque uma multa (que pode ir de 0,2 a 0,5% do PIB) seria em si mesma superior ao próprio desvio no défice nominal, sem contar com o “efeito Banif”, e mesmo que a multa se resumisse ainda ao chamado “depósito obrigatório” acabaria sempre aplicada ao único dos países “sob vigilância” que verdadeiramente se empenhou com excesso de zelo na concretização da maior parte do receituário. O erro foi mesmo o de subestimar o efeito perverso e recessivo do cardápio austeritário.

Por outro lado, se às multas possíveis se somassem as limitações de fundos estruturais, como também consta dos tratados, pior ainda. O efeito poderia ser mesmo dramático. Neste momento, com as exportações a cair 3,9% no primeiro trimestre, o investimento empresarial sem arrancar e a confiança dos próprios consumidores a interromper (em Abril) a melhoria registada desde o princípio de 2013, para já nem falar das vendas a retalho a desacelerar e da produção industrial a cair em Março face ao mesmo período de 2015, a única esperança de redinamização de uma economia anémica e em evidente desaceleração passa mesmo pela injeção

massiva na economia desses fundos, em programas como o da reabilitação urbana. Um dos poucos instrumentos que pode ter alguma eficácia, de curto prazo, na travagem da destruição do emprego em curso na economia (menos 48 mil postos de trabalho num único trimestre).

A aplicação de sanções a Portugal faria ainda a própria Comissão cair no ridículo de se ver forçada a chumbar na cadeira da “austeridade” aquele que sempre tinha apresentado como modelo de bom aluno, prova do sucesso do método de ensino e da excelência do professor. Absurdo ainda maior depois de ter premiado a França, que é o cábula assumido, com mais um ano para estudar a matéria antes de se apresentar a exame (só lá para 2017) e beneficiado a Espanha com um teste/programa, feito à medida, ao estilo “português suavíssimo” permitindo-lhe resgatar a banca sem que a isso se chamasse sequer resgate à economia.

Mas as sanções não existem para ser aplicadas? Claro. Preferencialmente com bom senso (o que, aliás, não caracteriza as próprias regras, impostas apenas para sossegar a fúria castigadora dos puritanos do Norte!); mas, a serem aplicadas, só faz sentido se o forem “a todos”. Se não se aplica aos fortes não vale a pena aplicá-las apenas e exemplarmente aos mais fracos. O caso grego deu no que deu.

Ora, é evidente a complacência assumida com a Alemanha, que está também sob vigilância devido à investigação já aberta pela Comissão Europeia ainda nos tempos de Barroso, por “desequilíbrios macroeconómicos”. Nesse âmbito o excedente comercial alemão não só não está a ser combatido, como impõem os tratados e recomendam as instituições, como está a agravar-se a olhos vistos. Alguém vai multar a Alemanha por estar com a sua política comercial a desequilibrar de forma injusta e grave a economia de toda a Zona Euro? Não.

E faz sentido que Passos e Maria Luís (os maiores responsáveis pelo incumprimento de 2011 a 2015) se juntem à “Geringonça” a pedir bom senso a Bruxelas? Claro que sim. É verdade que o incumprimento resulta menos de uma décima a mais no défice de 2015 do que de uma consolidação em três anos que não chega a metade do previsto, agravada por um disparo no défice estrutural, quando se impunha a sua redução – mas a verdade é que isso se deveu em boa parte aos danos colaterais nas contas públicas dos efeitos da própria austeridade. Assim Passos e Maria Luís estão um pouco na incómoda posição de “melhores da turma” obrigados a juntar-se aos “cábulas” para pedir a repetição de um teste onde o professor preferido dos “nerds” apresentou um exercício irresolúvel com um enunciado recheado de contradições insanáveis.

O que já não se entende é que os mesmos que se arriscam a ser agora apontados a dedo como incompetentes, vítimas da hipocrisia europeia, tenham no quadro do grupo Popular Europeu (onde se incluem) defendido uma política reforçadamente sancionatória para os chamados “incumpridores”, que em última instância se lhes aplica. Talvez Maria Luis, que esta noite será entrevistada no “Terça à Noite” da **Renascença**, possa explicar-nos melhor as razões deste aparente masoquismo e/ou contra-senso.

A menos que a verdadeira razão desta duplicidade de discursos sem nenhuma racionalidade económica se justifique apenas pela mera luta político-partidária interna, onde depois do Congresso do PSD Maria Luís passou assumidamente a também dar cartas.

A pressão do Partido Popular Europeu pode servir para reforçar as armas de Bruxelas para, a troco de não “punir” os desvios passados, exigir reforçadas medidas de cumprimento ou redução de desvios futuros, ou seja, serve no fundo para legitimar duplamente a pressão para a exigência de aplicação imediata do chamado Plano B (novo cardápio de medidas de austeridade). Envolta numa certa “sonsice” e de aparente consenso em torno do interesse nacional (tão grato ao Presidente da República), os

sociais-democratas podem estar, bem no fundo, a apostar na derradeira rasteira a passar via Bruxelas à “Geringonça”.

---

## 11. **Bela, recatada e do lar**



**Laura Carvalho** é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC). Escreve às quintas-feiras.

Aos que vivem dentro das muralhas que protegem o Norte, pode parecer que nos tornamos de vez um país de selvagens. Anátemas no governo eleito, agora há grande tolerância com o deficit elevado, o índice inflacionário do mês passado, os reajustes no salário de magistrados e mesmo com as pedaladas fiscais, hoje consideradas uma forma legítima de redução da dívida. A ausência de qualquer proposta para a retomada do crescimento não desafina o coro dos contentes.

O livro "A Nova Razão do Mundo", dos franceses Christian Laval e Pierre Dardot, recém-lançado pela Boitempo, nos ajuda a entender o fenômeno. O neoliberalismo não seria uma doutrina econômica, e sim um instrumento de desativação do jogo democrático. Já dizia Margaret Thatcher – referência da presidente interina do BNDES: "A economia é o método. O objetivo é mudar a alma".

A teoria econômica vem se mostrando bem-sucedida em evitar as consequências de uma radicalização da democracia pela conquista de direitos e cidadania. A solução, sob o véu da técnica, é criar outra forma de sujeição. A liberdade menor é travestida de liberdade maior. Vende-se a ideia de que a falta de liberdade deriva da submissão a um sujeito para o qual a sociedade não deve nada:

o Estado. Uma doutrina que promete a liberdade de escolha, mas é vendida sempre sob o slogan da falta de alternativas.

E aquele Estado, potencial garantidor das demandas dessa mesma sociedade por mais proteção social, melhores serviços e maior igualdade de tratamento, torna-se um inimigo. Não só no discurso mas também na prática, pois a tal doutrina econômica encarrega-se de mantê-lo sob o controle das oligarquias.

Friedrich Hayek, em sua visita ao Chile de Pinochet, não hesitou em deixar clara a sua preferência por "uma ditadura liberal, em vez de um governo democrático desprovido de liberalismo". Hayek, aliás, esteve presente – com Ludwig Von Mises – na reunião de 1938 em Paris que cunhou o termo "neoliberalismo", em uma reação ao que ambos enxergavam como uma ameaça quase tão perigosa quanto o nazismo e o comunismo: o surgimento da social-democracia, aquela do New Deal de Roosevelt e do incipiente Estado de Bem-Estar Social britânico.

Mas foi nas crises que a agenda ganhou mais terreno. Afinal, seus teóricos costumam aproveitar-se da distração da população para impor políticas impopulares, como documentou Naomi Klein em seu livro "A Doutrina do Choque". Tendo aprendido bem com o golpe chileno, Milton Friedman chega a descrever o furacão Katrina como uma "oportunidade para reformar radicalmente o sistema educacional de Nova Orleans". A maior parte do sistema de ensino público da cidade foi privatizada em 19 meses.

A crise econômica brasileira também se mostrou uma oportunidade de ouro para bloquear agendas democráticas crescentes –das mulheres, dos movimentos sociais, das minorias e da juventude– e viabilizar uma agenda ideológica de redução do tamanho do Estado.

A economia então sai de cena, estúpido, com o dever cumprido. Já pode descansar nestas últimas páginas de jornal, onde continuará a receber com pompa seus amigos de longa data. Sai das ruas para voltar a ser bela, recatada e do lar.

Gostaria que encaminhasse à lista uma breve resposta aos comentários do colega Carlos Eduardo Gonçalves em seu blog, se possível.

A presidente interina do BNDES evocou Margaret Thatcher em sua apresentação aos funcionários do banco no dia 6/6, e também em uma entrevista à jornalista Miriam Leitão na Globo News, se não me engano. Isso foi amplamente divulgado, mas talvez eu devesse ter usado alguns dos meus poucos caracteres para explicar.

Não vejo a menção como descortês, já que tanto ela, quanto o professor em seu comentário, parecem ter Thatcher como referência. Aliás, se disserem que considero Franklin Roosevelt uma referência, não ficarei ofendida.

Além disso, em nenhum momento sugeri que a inflação era culpa do governo interino ou de quem quer que seja. Apenas revelei a impressão de que as questões econômicas saíram de cena.

De todo modo, fico muito satisfeita que o Estado seja defendido enquanto garantidor das demandas da sociedade por todos os economistas. Por vezes tenho a impressão contrária, mas pelo visto estava enganada.

Agradeço muito toda a atenção dada a um texto que segundo o professor, sequer tem substância. Que o bom debate continue: o país merece.

Laura Carvalho - FOLHA

<http://blogs.estadao.com.br/prosa-curta/bela-recatada-e-do-lar-um-comentario/>



## 12. Bela, Recatada e do Lar: um comentário

Carlos Eduardo Gonçalves

16 junho 2016 | 14:51

### MISTÉRIOS

Pelo que entendi, ela é a Economia. E ele, quem seria? O leitor? Um colunista? Um economista? Um estúpido genérico?

### NON-SEQUITUR, DETOUR RAIVOSO

Minha primeira pergunta: qual o propósito de associar a nova presidente do BNDES (torçamos para que não seja apenas interina, dada sua enorme competência) à Thatcher, além de mero ataque pessoal? Prática, alias, que a colunista condena em outros colunistas (colunista, economista)? A redação, além de tudo, enfeada com esse non-sequitur raivoso.

### POBRE MARGARETH

Margareth pegou uma Inglaterra decadente e semeou as raízes do desenvolvimento. Os ingleses de hoje agradecem. Margareth tinha uma cabeça liberal demais para minhas preferências. Mas percebeu que há coisas onde o Estado não deve se meter. A Inglaterra, nesses 30 anos, evoluiu mais rapidamente que o resto da Europa.

### HAYEK E MILTON VS. LEVIATÃ

Hayek, ah aquele artigo de 1945 é Belo. Curioso: muito da pesquisa dita heterodoxa hoje vem de Hayek, das suas ideias sobre a disseminação não centralizada das idéias.

Ninguém que conheço é estúpido a ponto de vender a idéia de que se submeter ao Estado enseje falta de liberdade. De onde saiu isso? O Estado para os economistas é justamente onde a liberdade

individual é depositada, e em algumas dimensões constrangida, em prol do bem comum. Friedman e Hayek — vilipendiados no artigo Recatado e do Lar — entendiam isso perfeitamente. Pouca atenção às falhas de Mercado por parte deles? Concordo. Totalmente. Muita preocupação com o Leviatã? Verdade. Mas naqueles anos, falhas de governo eram gigantescas: comando e controle, milhões de assassinatos nas Ruas, nos Lares, em nome do bem coletivo — ó maior dos oxímoros. Fazia sentido se bater contra isso? *Surement!*

## NEOBOBEIRICE, TOLEIMA

Tampouco conheço alguém na equipe econômica do governo interino que seja contra o Estado garantidor das demandas da população. Ou algum neoliberal (termo que não diz muita coisa a quem estuda economia) que seja contra isso.

## DEDO NO OLHO NÃO VALE

Atribuir inflação alta do mês passado e rombo fiscal ao governo interino é algo que ultrapassa os limites do razoável. Minha filha de 10 anos entende que se eu assumo o comando em  $t=0$ , os dados relativos a  $t=-1$ , ou que foram gerados pela integral dos descaminhos em  $t<0$  não podem ser culpa minha. Sugerir isso é desonestidade intelectual. Mesmo na Guerra há regras que precisam ser seguidas. Mesmo no octógono não vale dedo no olho.

## INFLAÇÃO É DA RUA, AJUSTE FISCAL É DO LAR?

Não sejamos ingênuos a esse ponto: não há agenda ideológica de Estado Mínimo em curso. O governo do Brasil arrecada uns 37% do PIB. O que há é uma tentativa de impedir o país de quebrar — e que talvez nem funcione. Não exagero.  $Div/PIB=70\%$  do PIB, juro real à frente: 4%? Crescimento otimista à frente: 2%?

$(4\%-2\%)*70\% = 1.4\%$  de superávit para impedi-la de crescer. Hoje temos -2.5%. Precisamos de uma Bela virada de 4% do PIB.

Ou isso, ou mega inflação. A inflação é da rua ou do lar? É bela ou feia?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Menos aleivoisias, mais substância, por favor !

## RECOMENDAÇÃO DE LEITURA

Hayek, 1945, American Economic Review. “The use of knowledge in society”.

Friedman, 1962. “Price Theory”, Aldine Publishing.

--

Carlos Eduardo Soares Gonçalves

Professor Titular

Departamento de Economia, Universidade de São Paulo

tel. 55-11-30916012

cel. 55-11-989849388

<https://sites.google.com/site/carloseduardogoncalveshomepage/>

## PARTE II – A CRISE DO NEOLIBERALISMO

### **1. Críticas ao neoliberalismo**

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Cr%C3%ADticas\\_ao\\_neoliberalismo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cr%C3%ADticas_ao_neoliberalismo)

**Críticas ao neoliberalismo** são todas as críticas quanto à eficácia dos métodos e teorias econômico-políticas do Neoliberalismo, vindas de acadêmicos da área econômica ou de movimentos políticos.

### **Índice**

[\[esconder\]](#)

- **1 Síntese**

- [2Críticas aos resultados obtidos](#)
- [3Movimentos antineoliberalismo](#)
- [4Referências](#)
- [5Bibliografia](#)
- [6Ligações externas](#)
- [7Ver também](#)

Síntese[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

*Ver artigo principal: [Neoliberalismo](#)*

O **Neoliberalismo**, ou **Liberalismo neoclássico**, é um produto do [liberalismo](#) econômico clássico. O termo foi cunhado em [1938](#) no encontro de [Colloque Walter Lippmann](#) pelo sociologista alemão e economista [Alexander Rüstow](#)<sup>[1]</sup>. O termo se refere a uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias [econômicas neoclássicas](#).

O neoliberalismo pode ser visto como uma retomada, a partir da [década de 1970](#), do [liberalismo clássico](#). Devido isto, muitos dos estudiosos de tal doutrina rejeitam o termo neoliberal, e preferem simplesmente o termo liberal.<sup>[*carece de fontes*]</sup>

Críticas aos resultados obtidos[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

Na visão neoliberal da [Escola de Chicago](#), diferentemente da visão da [Escola Austríaca](#), bastaria estancar o [déficit público](#), e colocar a [inflação](#) sob controle, para que o capitalismo, esse *animal adormecido*, despertasse por sua própria conta, e a [mão invisível](#) iniciasse um espetáculo de crescimento. Já na visão da [Escola Austríaca](#) há tanto uma corrente que defende ser necessário a abolição do estado, o que é conhecido por [anarco-capitalismo](#), onde se destaca o economista e filósofo [Murray Rothbard](#), como correntes não anarquistas que defendem uma forte redução do estado que pode incluir a própria abolição do [Banco Central](#), visto como o grande responsável pelas crises do [capitalismo](#), tal como a grande depressão. Nessa segunda corrente se destaca [Ludwig von Mises](#). Entretanto, na história da economia mundial, apenas dois países experimentaram este tipo de espetáculo: a Inglaterra da [Revolução Industrial](#) e, no [século XX](#), os [Estados Unidos](#). Todos os outros países do mundo que se desenvolveram adotaram mecanismos derivados de composições e articulações entre classes capitalistas locais e internacionais, com a presença e intervenção do [Estado](#), como ocorreu nos casos

japonês, alemão e coreano. Na política econômica brasileira atualmente adotada (2007), o superávit fiscal toma entre 8% e 10% do PIB das mãos das empresas produtivas, e das pessoas consumidoras, e os transfere para os possuidores de títulos da dívida pública; o fato é que a riqueza das pessoas físicas e jurídicas está aplicada em títulos públicos. Nós subtraímos da economia a demanda que impulsionaria o crescimento e os que recebem o pagamento de juros, que são pagos com os impostos que todos clamam ser altos demais, continuam fazendo aplicações financeiras - muitas delas isentas de imposto de renda - porque não têm interesse em fazer investimentos de risco.

Os opositores dos neoliberais questionam suas premissas, que consideram simplistas. Uma crítica posta é que os princípios liberais seriam válidos quando uma transação envolve duas (e só duas) partes - cada um decidindo o que é melhor para si - mas que não se sustentaria quando, *em virtude de uma transação realizada entre duas partes*, um terceiro, que dela não participou, é prejudicado (ou beneficiado). Esse fenômeno é chamado, em Economia, de externalidade.<sup>[2]</sup> Os liberais apontam que o professor Ronald Coase ganhou o Prêmio Nobel de Economia de 1991 com seu trabalho que descreve como o livre mercado pode ser utilizado para tratar alguns casos de externalidades. Com base nas idéias de Coase foi instituído o Tratado de Kyoto e seu sistema de comercialização de Créditos de Carbono, sob os auspícios da ONU, com isso reduzindo globalmente a poluição e a emissão de gases causadores do efeito estufa. Entretanto, segundo Eric Maskin, um dos três vencedores do Prêmio Nobel de Economia de 2007, "*Sociedades não devem contar com as forças do mercado para proteger o ambiente ou fornecer um sistema de saúde de qualidade para todos os cidadãos (...) O mercado não funciona muito bem quando se trata de bens públicos*", disse Maskin.<sup>[2]</sup> Pesquisas mais atualizadas no campo da teoria econômica, como as de Stiglitz, já deixaram claro que mão invisível, que asseguraria que os recursos fossem alocados com a Eficiência de Pareto no sistema produtivo só funciona em determinadas condições ideais. Como a competição nunca é totalmente livre, a relação de oferta e demanda gera efeitos sociais que não são resolvidos naturalmente pela dinâmica da economia de mercado. Os economistas norte-americanos Leonid Hurwicz, Eric Maskin e Roger Myerson ganharam em 2007 o Prêmio Nobel de Economia por criarem as bases de uma teoria que determina quando os mercados estão funcionando de forma eficaz. "*A clássica metáfora de Adam Smith sobre a mão invisível refere-se a como o*

*mercado, sob condições ideais, garante uma alocação eficiente de recursos escassos. Mas, na prática, as condições normalmente não são ideais. Por exemplo, a competição não é completamente livre, os consumidores não são perfeitamente informados e a produção e o consumo desejáveis privadamente podem gerar custos e benefícios sociais*", explicou a nota da Real Academia Sueca de Ciências<sup>[3]</sup> Importante ressaltar aqui que esse trabalho de Leonid Hurwicz, Eric Maskin e Roger Myerson não se choca com as ideias anteriores de Ronald Coase, completa-as. Dá as bases teóricas para que se projete um mecanismo de regulamentação governamental que permita ao mercado funcionar com eficiência em relação a bens públicos.

O teorema de *Greenwald-Stiglitz* (1986)<sup>[4]</sup> recentemente demonstrou que *"sempre que os mercados são incompletos e/ou a informação é imperfeita (o que ocorre em virtualmente todas as economias do mundo) a alocação, mesmo em mercado competitivos, não é necessariamente "Pareto-otimizada"*.<sup>[4]</sup> Uma possível interpretação desse estudo é que o campo de atuação para as intervenções governamentais é muito mais amplo do que era aceito pelos que acreditavam que a intervenção governamental na economia só deveria ser utilizada em casos evidentes de *"falhas dos mercados"*.<sup>[5]</sup> Dessa forma, existiriam esquemas possíveis de intervenção governamental para induzir a um resultado que provoque uma "eficiência de Pareto" superior à obtida pelo livre-mercado, o que beneficiaria a todos os membros de uma sociedade.<sup>[4]</sup> Em 1986 o teorema de *Sappington-Stiglitz* "demonstrou que um governo 'ideal' poderia atingir um maior nível de eficiência administrando diretamente uma empresa estatal do que privatizando-a".<sup>[6]</sup>(Stiglitz 1994, 179).<sup>[7]</sup>

Leonid Hurwicz, Eric S. Maskin e Roger B. Myerson fincaram "as bases da *teoria do desenho de mecanismos*" nos mercados <sup>[8]</sup> <sup>[9]</sup>. Esta moderna teoria econômica estuda a elaboração do procedimento de decisão social em situações em que os agentes econômicos têm informação privada e a utilizam de forma estratégica. O primeiro a formalizar esta teoria foi Hurwicz, nascido em 1917 em Moscovo e que se mudou para os Estados Unidos na década de 1940. Os trabalhos dos três americanos ajudaram a identificar mecanismos eficientes na área comercial, esquemas regulatórios e procedimentos de votação. O Brasil já se beneficiou na prática com esses estudos. Na recente licitação para a concessão de rodovias federais, em que foi adotado o procedimento de decisão social na elaboração do edital de concessão, as

empresas que se saíram vitoriosas na licitação ofereceram-se para administrar as estradas por um pedágio médio de R\$ 0,02 por quilometro, o que representa um custo médio seis vezes inferior ao custo médio cobrado no pedágio das rodovias Anhanguera/Imigrantes, que foram privatizadas na década anterior. O emprego desses novos critérios licitatórios, que usaram a teoria do desenho de mecanismos, resultaram numa [Eficiência de Pareto](#) muito superior à obtida apenas pelo critério simplista, adotado anteriormente, de livre mercado absoluto. A economia obtida pela adoção dessa moderna tecnologia se refletirá em ganhos de competitividade para toda a economia brasileira. <sup>[10]</sup>

Em outro exemplo de simplificação da realidade que consideram excessiva, opositores discutem a decisão de um jovem sobre contribuir ou não, desde o início de sua carreira, para sua seguridade social. Na doutrina liberal, a opção de decidir se poupa ou não para a aposentadoria futura caberia ao próprio indivíduo. Os críticos dessa visão argumentam que antes do jovem poder decidir ele precisa ter um emprego com salário que possa em alguma medida poupar, e que em muitos casos esse emprego não existe, ou o salário não é suficiente para poupar. A aplicação de preceitos liberais foi contestada no [século XIX](#) por [Friedrich List](#),<sup>[11]</sup> que defendia para seu país ([Prússia](#)) exatamente o oposto do que pregavam os liberais de então, alegando que tais políticas só seriam benéficas para nações já adiantadas, o que não era o caso da [Prússia](#) de meados do século XIX. [Friedrich List](#) achava que não caberia ao Estado assistir passivamente ao desenrolar do livre-comércio, sendo necessário que o poder público, em nome da promoção do desenvolvimento e do bem-estar de toda a nação, interferisse ativamente nos assuntos relacionados ao comércio exterior, à construção de uma infra-estrutura local de produção e ao fomento à industrialização.<sup>[11]</sup>

O professor da [Universidade de Yale](#) [James Tobin](#), [Prémio de Ciências Económicas](#) em [1981](#) foi um severo crítico do [monetarismo](#) do economista liberal Milton Friedman, [Prémio de Ciências Económicas](#) em [1965](#). Tobin defendia, ao contrário de Friedman, a intervenção governamental nas economias nacionais.<sup>[12]</sup> Apesar disso Tobin se declarava a favor da globalização e do livre mercado como a melhor maneira de aumentar a prosperidade nos países em desenvolvimento.<sup>[12]</sup> Tobin foi um forte crítico do ["reaganismo"](#) e do [monetarismo](#), adotados no governo Reagan, prevendo que essas políticas: *"redistribuiriam a riqueza, o poder e a oportunidade para os que já eram ricos e*

poderosos, e para seus herdeiros".<sup>[12]</sup> De acordo com o vencedor do Prêmio Nobel em ciências econômicas, [Joseph Stiglitz](#), "a economia de mercado neoliberal fundamentalista sempre foi uma doutrina política a serviço de interesses específicos. Nunca recebeu o apoio da teoria econômica. Nem, agora fica claro, recebeu o endosso da experiência histórica. Aprender essa lição pode ser a nesga de sol nas nuvens que hoje pairam sobre a economia global".<sup>[13][14]</sup> Por sua vez, [Alan Greenspan](#) afirmou em 2009 que "o caráter de economia neoliberal é essencialmente religioso".<sup>[15]</sup>

No ano de 2016, um dos maiores defensores do neoliberalismo, o [Fundo Monetário Internacional](#), publicou um estudo de autoria de três economistas da instituição reconhecendo que o receituário neoliberal, prescrito pelo próprio FMI para nortear o crescimento econômico sustentável em países em desenvolvimento, pode ter efeitos nocivos de longo prazo uma vez que em vez de gerar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, colocando em risco uma expansão econômica duradoura, prejudicando o nível e a sustentabilidade do crescimento. De acordo com os economistas do FMI, apesar da abertura de capital ser benéfica até certo ponto em países em desenvolvimento, o fluxo pode ser de um capital de curto prazo, causando grande volatilidade nos mercados e aumentando as chances de quebra da economia. Além disso, a abertura financeira gera um aumento considerável da desigualdade social na população do país. Segundo os autores, as políticas de austeridade, que frequentemente reduzem o tamanho do Estado, não somente "geram custos sociais substanciais" mas também "prejudicam a demanda", além de aprofundar o desemprego.<sup>[16]</sup>

Movimentos antineoliberalismo[[editar](#) | [editar código-fonte](#)]

---

Como contraponto ao ressurgimento do liberalismo, tanto em países ricos quanto em desenvolvimento, surgiram movimentos antiliberalistas, que por vezes se confundem com movimentos antiglobalização.

Na [América Latina](#), a ascensão ao poder de políticos progressistas, tais como [Néstor Kirchner](#) ([Argentina](#)), [Evo Morales](#) ([Bolívia](#)), [Daniel Ortega](#) ([Nicarágua](#)), [Rafael Correa](#) ([Equador](#)), [Hugo Chávez](#) ([Venezuela](#)), [Lula da Silva](#) ([Brasil](#)),<sup>[17]</sup> e até mesmo a vitória dos [Partido Democrata](#) no [Congresso dos EUA](#), que renovam o discurso nacional-desenvolvimentista de meados do século XX, agora readaptado para os dias atuais com a denominação de "novo

desenvolvimentismo",<sup>[18]</sup> é vista por alguns analistas como sendo indicativa de um esgotamento do "modelo neoliberal".<sup>[19]</sup> O presidente Lula, em discurso proferido dia 6 de dezembro de 2007 em Belém, abordou esse tema dizendo: " (...) *o que aconteceu na América Latina é um fenômeno político que possivelmente os sociólogos levarão um tempo para compreender, porque foi tão rápida a mudança*". (...) "*Há um mapa exatamente antagônico ao mapa que existiu de 1980 a 1990 ou ao ano 2000*". Segundo Lula, o povo "*fez uma guinada completa, trocou o neoliberalismo pelo que tinha de mais avançado em políticas sociais*"<sup>[20]</sup>

A Newsweek promoveu uma pesquisa, realizada pelo Instituto Zogby International, com ajuda da Universidade de Miami que entrevistou 603 importantes políticos, empresários, funcionários de governo, intelectuais e jornalistas latino-americanos. Os entrevistados consideraram Michelle Bachelet o melhor modelo de liderança, com 28% dos votos, posição que foi imediatamente seguida por Lula, com 23%. Uma surpreendente maioria de 53% dos entrevistados considerou que a América Latina está no bom caminho..<sup>[21]</sup>

## Referências

---

1. [Ir para cima↑](#) Oliver Marc Hartwich: Neoliberalism: The Genesis of a Political Swearword
2. [↑ Ir para:a b](#) «Adam CoxHURDLE, Jon. Nobel de Economia diz que forças do mercado são falhas. Reuters Brasil, 15 de Outubro, 2007 8:18 GMT.».
3. [Ir para cima↑](#) «COX, Adam. Trio norte-americano ganha Nobel de Economia 2007. Reuters Brasil, 15 de Outubro, 2007 10:38 GMT.».
4. [↑ Ir para:a b c](#) GREENWALD, Bruce and STIGLITZ, Joseph E. 1986 *Externalities in Economies with Imperfect Information and Incomplete Markets*, Quarterly Journal of Economics, no. 90.
5. [Ir para cima↑](#) [ALDRIGHI, Dante Mendes. *Uma avaliação das contribuições de Stiglitz à teoria dos mercados financeiros*. São Paulo: Revista de Economia Política, vol.26 no.1, Jan./Mar. 2006]
6. [Ir para cima↑](#) «SAPPINGTON, David E. M. e STIGLITZ, Joseph E. Privatization, Information and Incentives. Columbia University; National Bureau of Economic Research (NBER) June 1988; NBER Working Paper No. W2196» (PDF).

7. [Ir para cima↑](#) «BOETTKE, Peter J. *What Went Wrong with Economics?*, *Critical Review* Vol. 11, No. 1, P. 35. p. 58» (PDF).
8. [Ir para cima↑](#) *Equilíbrio Bayesiano e Desenho de Mecanismo.*, Fundação Getúlio Vargas
9. [Ir para cima↑](#) *Mecanismo bem desenhado.* Especiais, Nobel, Economia UOL Online
10. [Ir para cima↑](#) SILVA, Cleide. *Infra-estrutura - A volta da privatização: Custo do pedágio põe rodovias paulistas em xeque.* São Paulo: Economia & Negócios, O Estado de S. Paulo, 10 de outubro de 2007, p. B4
11. [↑ Ir para:a b](#) LIST, Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política.* São Paulo: Abril Cultural, 1983.
12. [↑ Ir para:a b c](#) «Professor James Tobin. *The Times Daily Register*, (United Kingdom) 14/3/2002».
13. [Ir para cima↑](#) «STIGLITZ, Joseph E. O fim do neoliberalismo? *O Globo*, 16 de julho 16, 2008».
14. [Ir para cima↑](#) {{JOSEPH E. STIGLITZ}}
15. [Ir para cima↑](#) *Praying for a revolution in economics*Alex Andrews, *The Guardian*, Sábado, 11 de julho de 2009
16. [Ir para cima↑](#) «FMI diz que políticas neoliberais aumentaram desigualdade». *G1*. 2016.
17. [Ir para cima↑](#) «*Governo Lula termina mandato com melhor avaliação desde 2003, diz CNI/Ibope.* Brasil: Folha Online, 18/12/2006, 15h30».
18. [Ir para cima↑](#) «SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; e RENAUT, Michel. *Por que um novo desenvolvimentismo?*. *Jornal dos Economistas* no. 186, janeiro de 2005, p. 3-5» (PDF).
19. [Ir para cima↑](#) (em inglês) STIGLITZ, Joseph. *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus.* The 1998 WIDER Annual Lecture. Helsinki, Finlândia, 07/1/1998.
20. [Ir para cima↑](#) «BRANDT, Ricardo. *Lula: Chávez foi o primeiro progressista.*. Belém: Nacional/Diplomacia, O Estado de S. Paulo, 7 de dezembro de 2007, p. A14».
21. [Ir para cima↑](#) MANZANO FILHO, Gabriel. *Lula é vice no ranking de líderes, diz 'Newsweek'.* Nacional. *O Estado de S. Paulo*, p. A9, 10/1/2007.

- SUNDARAM, Jomo K. e BAUDOT, Jacques. *Flat World, Big Gaps: Economic Liberalization, Globalization, Poverty and Inequality*. Londres: Zed Books, 1ª edição, 2007. (em inglês) ISBN 9781842778340
- [STIGLITZ E. Stiglitz] (em português), J.E. *A Globalização e seus malefícios. A promessa não cumprida de benefícios globais*. São Paulo, Editora Futura, 2002.
- STIGLITZ, Joseph E. *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus*. The 1998 WIDER Annual Lecture. Helsinki, Finlândia, 07/1/1998. (em inglês)
- STIGLITZ, Joseph E. *There is no invisible hand*. London: The Guardian Comment, December 20, 2002. (em inglês)
- STIGLITZ, Joseph E. *The pact with the devil*. Beppe Grillo's Friends interview (em inglês)
- (em espanhol) MONCKEBERG, María Olivia. *La Privatización de las Universidades. Una historia de dinero, poder e influencias*, Editorial Copa Rota, Santiago, 2005, 603 pp.
- CROTTY, James. *The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance on Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era*. July 2003 Research Brief 2003-5 (em inglês)

## 2.Três Nobel de economia surram neoliberais

Postado em 28 de maio de 2013 por Juremir Machado - Publicado cpovo – POA RS

<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/juremirmachado/2013/05/4293/tres-nobel-de-economia-surram-neoliberais/>

Um prêmio Nobel incomoda muita gente.

Dois Nobel incomodam muito mais.

Três Nobel incomodam, incomodam, incomodam...

Aí não tem preço.

Paul Krugman, Joseph Stiglitz e Amartya Sen têm muitas diferenças e dois pontos interessantes e divertidos em comum: ganharam o prêmio Nobel de economia e vivem surrando neoliberais desavisados e redundantes.

Colunista do New York Times, reproduzido no Brasil pela Folha de S. Paulo e pelo Estado de S. Paulo, toda semana Paul Krugman dá uma bofetada na cara dos perfeitos e repetitivos idiotas neoliberais latino-americanos.

Contra os clichês liberais, repetidos como mantras esotéricos, ele escreveu: “Como as coisas deram tão errado? A resposta que você ouve o tempo todo é que a crise do euro foi causada por irresponsabilidade fiscal. Ligue sua TV e você provavelmente encontrará algum especialista declarando que se os Estados Unidos não cortarem gastos, nós acabaremos como a Grécia”.

A bofetada desferida por ele continua ecoando. A crise não resultou de excesso de gastos: “Mas a verdade é quase o oposto. Apesar dos líderes europeus continuarem insistindo que o problema é o gasto excessivo nos países devedores, o problema real é gastos insuficientes na Europa como um todo. E seus esforços para consertar as coisas, exigindo austeridade cada vez mais dura, têm exercido um grande papel no agravamento da situação”.

O buraco, mostra Krugman em outro artigo, é maior e privado: “A propósito, grande parte dos empréstimos foi concedida ao setor privado, não para governos. Apenas a Grécia apresentava grandes déficits orçamentários durante os anos bons; a Espanha na verdade apresentava superávit às vésperas da crise. Então a bolha estourou. Os gastos privados nos países devedores caíram acentuadamente. E a pergunta que os líderes europeus deveriam ter feito era como impedir que esses cortes de gastos causassem uma recessão por toda a Europa. Em vez disso, eles responderam aos inevitáveis aumentos de déficit, causados pela recessão, exigindo que todos os governos – e não apenas os dos países devedores – cortassem gastos e aumentassem impostos. Os alertas de que isso aprofundaria a recessão foram rebatidos. “

Repito o que já escrevi aqui: como é que deram um Nobel de economia para um ignorante desses? Como é que não deram o Nobel para os articulistas brasileiros e estrangeiros que só falam em cortar gastos? Krugman não perdoa: “A combinação de austeridade para todos e uma obsessão mórbida do banco central com a inflação impossibilita que os países devedores escapem da armadilha da dívida, o que é uma receita para vários calotes de dívida, corridas aos bancos e colapso financeiro geral. Eu espero,

para nosso bem assim como para o deles, que os europeus mudem de curso antes que seja tarde demais. Mas, para ser honesto, eu não acredito que mudarão. Na verdade, é muito mais provável nós os seguirmos na trilha para a ruína”.

Provoca com a segurança de quem sabe estar batendo em quem merece: “Assim, da próxima vez que você ouvir alguém dizendo que se não cortarmos gastos nós nos transformaremos na Grécia, sua resposta deve ser a de que se cortarmos gastos enquanto a economia ainda está em depressão, nós nos transformaremos na Europa. De fato, nós já estamos a caminho”.

É como eu sempre digo sabiamente, para falar isso o cara só pode nada entender de economia. Um néscio. Por que não lhe tomam o Nobel?

Ele não está sozinho. Outro ignorante em economia, também ganhador do Nobel, Joseph Stiglitz, disse assim: “O pensamento da direita sobre a economia de mercado – provou-se agora – está errado”. Mais: “Não há dúvida sobre isso. A direita dizia que os mercados se regulariam por si, se ajustariam por si, que se houvesse algum problema os mercados arranjariam-se por si e muito rapidamente”. Stiglitz entende que ainda existem esquerda e direita. Que atraso! Como não sabe que as ideologias acabaram?

Por que não vem fazer um curso no Brasil com os economistas da revista Veja? Segundo ele, a crise de 2008 “fragilizou todas as teorias da direita”.

A crise, sustenta, não foi causada por excesso de gastos governamentais: “Foram estruturas de incentivos ruins que levaram a esse pensamento de curto prazo. Havia problemas de governança corporativa. Havia bancos grandes demais. Havia incentivos para a tomada de risco porque os contribuintes pagariam a conta das eventuais perdas”.

Outro Nobel, outro ignorante, outro néscio, Amartya Sen, contesta a política de austeridade como solução para a crise: “Os cortes de gastos, se necessários, precisam ser seletivos. A Europa estaria em uma situação bem mais confortável, neste momento, se perseguisse políticas que estimulassem o crescimento em vez de concentrar seus esforços na austeridade. Nenhum país foi capaz, em toda a história, de reduzir a sua dívida pública em um contexto de ausência de crescimento econômico, como tentam fazer hoje alguns países europeus”.

Insiste: “Não faz sentido essa ideia de primeiro reduzir o endividamento para em seguida ver a economia avançar. Como resultado, a crise europeia é bem mais severa do que deveria ser”.

Ousa: “Mas, como disse anteriormente, a busca pelo crescimento não deve ser um fim em si mesmo, e sim uma maneira de aprimorar indicadores sociais, como saúde e educação – e também para reduzir o endividamento público, se preciso”.

Esmurra o pensamento da Veja nas páginas da Veja:

“– Alguns analistas enxergam no custo elevado do estado de bem-estar social o maior obstáculo à recuperação europeia. Qual a sua avaliação?”

– Discordo. A gigantesca crise financeira de 2008 teve início com falhas no funcionamento dos mercados financeiros. Mas, quando os governos gastaram bilhões para socorrer os mercados, os países acabaram acumulando dívidas colossais. Com exceção da Grécia, talvez, a culpa pela crise não pode ser debitada aos governos. As políticas sociais apenas se tornam um peso para o Estado quando a economia permanece estagnada, porque aí não há os recursos necessários para financiar a assistência.”

Três Nobel de economia.

Três ignorantes.

Como é delicioso citá-los!

### 3. Não deu certo

Além do Consenso de Washington" propõe o abandono do neoliberalismo e dos mandamentos que provocaram o desemprego, aumentaram a pobreza e esvaziaram as geladeiras na América Latina

Célia Chaim

[http://istoe.com.br/26083\\_NAO+DEU+CERTO/](http://istoe.com.br/26083_NAO+DEU+CERTO/)

16.10.02 - 10h00

35

O que vem depois do fiasco do neoliberalismo ainda não tem nome, mas seu principal instrumento, o chamado Consenso de Washington, de 1989, uma espada nas mãos dos técnicos de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, está caindo em desgraça. A Argentina, uma espécie de laboratório avançado do livre mercado no Terceiro Mundo, ruiu clamorosamente. Agora é o Brasil que, ao trocar de presidente, pode também optar pela troca de modelo econômico. O movimento enterra a era do mercado (o financeiro) como redentor de uma nação. E abre uma outra, teoricamente mais voltada aos mercados que interessam na vida real (aqueles onde se adquire a cesta básica que, aliás, vem batendo recorde atrás de recorde de preços altos), e que economistas como Joseph Stiglitz, Nobel de Economia em 2001, e Dani Rodrik, professor de economia política da John F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard, chamam de “Além do Consenso de Washington”.

Na verdade, o chamado Consenso não teve nada de consenso: foi um documento adotado a partir de uma reunião realizada em Washington em 1989 entre acadêmicos e economistas americanos, funcionários do governo, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Seus mandamentos para salvar países são os mesmos, seja para a África ou a Rússia, seja para o México ou a Ásia: disciplina fiscal, reforma tributária, taxas de juros positivas, determinadas pelo mercado, câmbio competitivo, desenvolvimento de políticas comerciais liberais, maior abertura ao investimento estrangeiro, privatização, profunda desregulamentação, proteção à propriedade privada. A prescrição desse receituário único deu no que deu. O Brasil foi três vezes ao FMI em apenas quatro anos e a Argentina deixou pobre cerca de 50% de sua população, só para ficar entre vizinhos. Quem escapou dos mandamentos, como a

China, também escapou dos revezes. O país cresceu 7,3% em 2001. Em matéria de privatização, menina dos olhos do neoliberalismo, as empresas transnacionais transformaram, na América Latina, os monopólios estatais em monopólios privados, aumentaram o desemprego, mantiveram as exportações centradas em setores de uso intensivo de recursos naturais e mão-de-obra barata e aumentaram a insegurança econômica dos pobres e da classe média em relação ao emprego.

O discurso político que prevalece nestas eleições parece conectado com o pensamento da corrente intelectual que, em favor de uma nova ordem econômica, propõe o abandono do neoliberalismo e do receituário do Consenso de Washington. Luiz Inácio Lula da Silva introduz prioridades como a redução da pobreza, distribuição de renda e melhora das condições sociais que ajudam a América Latina a se manter como a zona do planeta com maior espaço entre pobres e ricos. O grande desafio desse rompimento com os dogmas de Washington – apontado por Dani Rodrik em artigo publicado no jornal Valor – está em oferecer um conjunto alternativo de diretrizes políticas para promover o desenvolvimento sem cair na armadilha de promulgar um outro plano impraticável, supostamente correto para todos os países em todos os tempos. Em seu artigo, Rodrik – um economista muito elogiado por José Serra – disse que os poucos exemplos de sucesso ocorreram com países que seguiram seu próprio caminho (e que dificilmente seriam modelos de neoliberalismo), citando a China, o Vietnã e a Índia. “Todos violaram virtualmente cada regra do manual neoliberal, mesmo quando avançavam para uma direção mais orientada pelo mercado.”

Joseph Stiglitz diz o seguinte: “O Consenso de Washington defendeu o uso de pequeno repertório de instrumentos para atingir o crescimento econômico; o pós-Washington diz que o repertório tem que ser maior, assim como são bem maiores os objetivos.” A busca, diz Stiglitz, é pela elevação do nível de vida, incluindo saúde e educação, e não somente avanços no PIB; por desenvolvimento sustentável, o que inclui preservação dos recursos naturais e de um meio ambiente saudável; por um desenvolvimento equilibrado, não reservado apenas às elites. Tudo isso num clima de amplo desenvolvimento democrático, em que as pessoas participem de várias maneiras das decisões que afetam suas vidas. “Fazer o mercado funcionar exige mais do que baixa inflação”, diz Stiglitz. “Requer uma regulamentação financeira idônea, política de competitividade, de

facilidades para transferência de tecnologia e de estímulo à transparência, algumas das questões fundamentais negligenciadas pelo Consenso de Washington.”

**Pressão** – Os países da América Latina, torpedeados (e pressionados) pelas teorias de globalização e neoliberalismo, entraram com tudo. Ou melhor, com todo o ímpeto e sem o básico do jogo: uma economia competitiva. Toda a ênfase foi dada ao combate à inflação, à privatização, a minimizar ou evitar qualquer movimento da economia, inclusive “o excesso de emprego”, o que representou custos sociais e econômicos devastadores: famílias destruídas, aumento da pobreza, queda no padrão de moradia, conflitos políticos e sociais (como na Argentina). O Brasil pode ser a primeira tentativa séria de a América Latina dar um passo adiante e enterrar de uma vez por todas o que o economista americano John Williamson criou em 1989: o Consenso de Washington, que fez da América Latina seu grande laboratório. Faltou consenso. Ou melhor, o novo consenso está além do Consenso de Washington.

Não se trata de dar as costas à globalização. “A globalização chegou para ficar. A questão é: como fazê-la dar certo”, diz Stiglitz. “A mudança mais fundamental e necessária para fazer a globalização funcionar diz respeito ao seu gerenciamento. Isso exige do FMI, do Banco Mundial e de todas as instituições econômicas internacionais uma alteração nos direitos de voto. Não estou confiante de que as reformas chegarão logo, mas estou esperançoso. Se a globalização continuar a ser conduzida da maneira pela qual tem sido até aqui, ela não só fracassará em promover o desenvolvimento, como continuará a criar pobreza e instabilidade. Segundo esse pensamento, as nações em desenvolvimento devem elas mesmas assumir a responsabilidade por seu próprio bem-estar. O que devem pedir à comunidade internacional – escreveu Stiglitz – é apenas isto: a aceitação de sua necessidade e o direito de fazer suas próprias escolhas.

4. Notícias Finanças Tecnologias Estilo de Vida Cotações Mais  
Joshua Roberts / REUTERS Stiglitz diz-nos por que razão o  
“neoliberalismo morreu” 22

<https://pt-br.insider.pro/economics/2016-08-22/stiglitz-diz-nos-por-que-razao-o-neoliberalismo-morreu/>

AgostoEconomia442 Joseph Stiglitz, economista vencedor do prêmio Nobel da Economia e antigo conselheiro de Bill Clinton quando presidente dos EUA, avançou que o consenso ao redor do pensamento econômico neoliberal chegou ao fim. A falar com o Business Insider depois do lançamento do seu último livro “The Euro: How a Common Currency Threatens the Future of Europe” – que argumenta que as falhas do euro e da economia europeia em geral estão causando grandes problemas para o continente e arriscando a sua queda – Stiglitz argumentou que o neoliberalismo, a escola de pensamento econômico dominante no Ocidente nos últimos 30 anos, está chegando ao fim. Desde finais dos anos 1980 e do Consenso de Washington que o neoliberalismo – essencialmente a ideia de que o comércio livre, mercados abertos, privatizações, desregulamentações, redução de gastos governamentais e aumento do papel do setor privado são as melhores formas de impulsionar o crescimento – dominou o pensamento das maiores economias do mundo e de organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. No entanto, desde a crise financeira de 2008 que tem havido uma onda de opiniões, em círculos econômicos e políticos, sugerindo que o consenso neoliberal poderá não ser o caminho certo para o mundo. Nos últimos anos, com baixo crescimento e desigualdade desenfreada, essa onda tem vindo a ganhar força. Stiglitz, que venceu o Prémio Nobel da Economia em 2001 pelo seu trabalho sobre a assimetria da informação, tem sido um dos maiores críticos do neoliberalismo em anos recentes. Avançou que a “euforia neoliberal” que caracterizou o mundo desde a década de 1980 acabou. Afirmou: “Os jovens estudantes não estão interessados em estabelecer que o neoliberalismo funciona – estão tentando perceber onde os mercados falham e o que fazer em relação a isso, com um entendimento de que as falhas estão presentes. É verdade para a micro e macroeconomia.” E continuou: “Nos círculos de formulação de políticas penso que se trata do

mesmo. É claro que há pessoas, como de direita nos Estados Unidos, que não o reconhecem. Mas até mesmo muitas pessoas de direita reconhecem que os mercados não trabalham bem – mas o seu problema é que os governos são incapazes de corrigi-lo.” Stiglitz passou a argumentar que um dos princípios centrais da ideologia neoliberal – a ideia de que os mercados funcionam melhor se deixados sozinhos e que um mercado não regulamentado é a melhor forma de aumentar o crescimento econômico – é agora praticamente refutado. “Fomos da euforia neoliberal, de que os ‘mercados funcionam bem a maioria do tempo’ e que tudo o que precisamos fazer é manter os governos, para ‘os mercados não funcionam’ e agora o debate rodeia a questão de como levamos os governos a funcionar de formas que possam aliviar isto.” Por outras palavras Stiglitz diz: “O neoliberalismo morreu tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento.” Fonte: Business Insider

Leia mais no <https://pt-br.insider.pro/economics/2016-08-22/stiglitz-diz-nos-por-que-raza-o-neoliberalismo-morreu/>

### **5.O fim do neoliberalismo?**

[http://arquivoetc.blogspot.pt/2008/07/o-fim-do-neoliberalismo-joseph-e\\_16.html](http://arquivoetc.blogspot.pt/2008/07/o-fim-do-neoliberalismo-joseph-e_16.html)

#### **JOSEPH E. STIGLITZ**

Defensores do fundamentalismo de mercado querem culpar por falha do mercado

O mundo não tem sido bom para o neoliberalismo, este apanhado de idéias baseado na noção fundamentalista de que os mercados são autocorrigíveis, alocam recursos de forma eficiente e atendem bem ao interesse público. Foi esse fundamentalismo de mercado que sustentou o Thatcherismo, o Reaganomics e o chamado Consenso de Washington em favor da privatização, da liberalização e do foco dos bancos centrais no controle da inflação. Durante um quarto de século, houve uma competição entre os países em desenvolvimento e os perdedores foram claramente os

que adotaram políticas neoliberais. Mesmo quando cresceram, os benefícios se acumularam de forma desproporcional em relação aos vencedores. Embora os neoliberais não queiram admiti-lo, sua ideologia não passou em outro teste. Ninguém pode argumentar que os mercados financeiros fizeram um belo trabalho ao alocar recursos no fim da década de 90, quando 97% dos investimentos em fibras óticas levaram anos para ver alguma luz. Mas esse erro gerou ao menos um benefício: como os custos de comunicação foram reduzidos, Índia e China se tornaram mais integradas à economia global. Mas é difícil enxergar tais benefícios na errada alocação maciça de recursos para a construção civil. As novas residências construídas para famílias que não podiam pagar por elas viraram lixo, e milhões de residentes tiveram de deixar suas casas. Em algumas comunidades, o governo finalmente entrou no circuito para remover os destroços. Em outras, a destruição se amplia. Dessa forma, mesmo aqueles que foram modelos de cidadão, cuidadosos em seu endividamento e na manutenção de seus lares, agora verificam que o mercado desvalorizou suas residências além do que podiam suportar seus piores pesadelos. A bem da verdade, houve alguns benefícios de curto prazo no excesso de investimentos no mercado imobiliário: alguns americanos (talvez durante apenas alguns meses) gozaram do prazer de ter sua própria casa e de morar numa residência maior do que a que poderiam ter. Mas a que custo para eles mesmos e para a economia mundial! Milhões ficaram sem as economias de toda a vida quando perderam suas casas. E os arrestos de residências provocaram uma desaceleração global. Há um crescente consenso a respeito do prognóstico: ela será prolongada e abrangente. Os mercados também não nos prepararam para os custos ascendentes do petróleo e dos alimentos. É claro que nenhum dos dois setores serve de exemplo de livre mercado, mas este é, em parte, o ponto: a retórica do livre mercado tem sido usada seletivamente — abraçada quando serve a interesses especiais, descartada quando não o faz. Talvez uma das poucas virtudes do governo de George W. Bush é que o fosso entre a retórica e a realidade é menor do que no tempo

de Ronald Reagan. Apesar de toda a retórica de Reagan sobre o livre comércio, ele impôs livremente sanções comerciais, incluindo a notória restrição “voluntária” das exportações de automóveis de concorrentes dos EUA. As políticas de Bush foram piores, mas a abrangência com que ele serviu abertamente ao complexo industrial militar americano foi mais aparente. A única vez que o governo Bush se vestiu de verde foi na questão dos subsídios ao etanol (de milho), cujos benefícios ambientais são duvidosos. Distorções no mercado de energia (especialmente via sistema fiscal) continuam, e se Bush tivesse acabado com elas, as coisas ficariam ainda piores. Essa mistura de retórica de livre mercado e intervenção governamental foi particularmente ruim para os países em desenvolvimento. Foi-lhes dito para deixar de intervir na agricultura, expondo assim seus fazendeiros à devastadora concorrência dos Estados Unidos e da Europa. Eles poderiam competir com seus pares americanos e europeus, mas não com os subsídios dos EUA e da União Europeia. Não surpreende que os investimentos em agricultura tenham caído nos países em desenvolvimento, ampliando o fosso entre os que têm e os que não têm o que comer. Os custos recairão sobre os habitantes dos países em desenvolvimento, especialmente os pobres. Este ano, deveremos assistir a um grande aumento da pobreza, especialmente se a medirmos corretamente. Para simplificar, num mundo de abundância, milhões nos países em desenvolvimento ainda não conseguem os ingredientes nutricionais mínimos. Em muitos países, aumentos nos preços de alimentos e energia terão um impacto devastador sobre os pobres, porque esses itens respondem por uma percentagem maior de seus gastos. A raiva ao redor do mundo é palpável. Especuladores, não é surpresa, recebem uma parte pequena dessa ira. Eles argumentam: não somos a causa do problema; estamos apenas engajados em “descobrir preços”, em outras palavras em descobrir — um pouco tarde demais para fazer algo a respeito este ano — que há escassez. Mas essa resposta não é sincera. Expectativas sobre volatilidade de

preços em alta encorajaram centenas de milhões de fazendeiros a tomar precauções. Eles poderiam ganhar mais se guardassem um pouco de seus grãos para vender mais tarde; e se não o fizerem, poderão não consegui-lo depois se a colheita do ano seguinte for menor do que o previsto. Um punhado de grãos retirado do mercado por centenas de milhões de fazendeiros em todo o mundo faz diferença. Defensores do fundamentalismo e mercado querem transferir a culpa pela falha do mercado para o governo. Um alto funcionário chinês disse que o problema foi que o governo dos EUA deveria ter feito mais para ajudar os americanos de baixa renda na crise hipotecária. Eu concordo. Mas isso não muda os fatos: os bancos americanos erraram no cálculo dos riscos numa escala colossal, com conseqüências globais, enquanto os responsáveis por essas instituições saíram de cena com bilhões de dólares em recompensas. Hoje, há um descompasso entre o retorno social e o privado. A menos que sejam corretamente alinhados, o sistema de mercado não pode funcionar bem. O mercado neoliberal fundamentalista foi sempre uma doutrina política a serviço de certos interesses. Nunca recebeu o apoio da teoria econômica. Nem, agora fica claro, recebeu o endosso da experiência histórica. Aprender essa lição pode ser a nesga de sol nas nuvens que hoje pairam sobre a economia global.

Posted by Artigos at [9:52 AM](#) 

Enviar por e-mail [BlogThis!](#) [Compartilhar no Twitter](#) [Compartilhar no Facebook](#) [Compartilhar com o Pinterest](#)

Labels: [O GLOBO](#)

**6.FMI x FMI - O Fundo Monetário Internacional (FMI) está rachado.**



Gilson Schwartz

27/05/2016 – REVISTA EXAME

<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/iconomia/2016/05/27/fmi-x-fmi/>

Dos pesquisadores, brota uma visão crítica do chamado “neoliberalismo”. Nas áreas operacionais, a ortodoxia ainda predomina. Essa é a visão que o economista Dani Rodrik apresenta na mesma edição de “Finance and Development” em que três economistas do Fundo abrem o software do receituário “neoliberal” para uma visão bem relativista dos benefícios econômicos dos modelos de rigoroso ajuste fiscal.

FMI x FMI? É boa notícia num momento em que o governo interino inicia o processo de repactuação federativa e fiscal no Brasil.

Os críticos neoliberais ao neoliberalismo colocam em dúvida dois grandes mitos da ortodoxia financeira: a abertura global aos fluxos de capitais e a imposição de processos de consolidação fiscal (em uma palavra, “austeridade”).

Não é pouca coisa. E os ortodoxos brasileiros, súbitos especialistas em pedaladas fiscais, estarão preparados para acompanhar o FMI na revisão conceitual dos supostos benefícios de longo prazo da austeridade fiscal?

A teoria econômica não tem a menor pista sobre a trajetória adequada ou sustentável da dívida pública. A afirmação não é de José Eduardo Cardoso ou Luciano Coutinho, mas dos economistas do FMI. Eles parecem agora defender uma “descriminalização da dívida pública”.

Citando pesquisas realizadas entre 2007 e 2013, os economistas do Fundo ressaltam a evidência de baixa probabilidade de crise de dívida em países com tradição reconhecida de responsabilidade fiscal. É justamente o vigor das instituições por trás da política econômica a fazer a diferença e justificar “decisões de não aumentar impostos ou cortar gastos produtivos quando o nível de endividamento se eleva”.

Em países organizados do ponto de vista institucional necessário à credibilidade de políticas econômicas (monetária, fiscal e cambial), os benefícios de uma redução do endividamento como um seguro contra uma futura crise fiscal são relativamente pequenos. Sim, a austeridade pode não valer a pena! E isso mesmo para níveis elevados de endividamento público em relação ao PIB.

A economia brasileira precisa de um ajuste e, de fato, esse ajuste vem ocorrendo. Parte importante do ajuste fiscal necessário é possível sem necessariamente mudar o modelo de Estado, os direitos sociais ou a institucionalidade subjacente às contas públicas. Tem razão quem acredita, como Henrique Meirelles, que uma mudança na credibilidade do ajuste em curso é a mais essencial variável num momento em que a inflação já dá sinais de recuo, os juros poderão em breve sair da zona de turbulência e a inserção comercial internacional do Brasil foi “despiorada” com o ajuste cambial.

Mudanças estruturais e austeridade profunda exigem consensos sociais, políticos e até mesmo ideológicos que nem mesmo o FMI hoje em dia é capaz de ostentar. Eles podem surgir, no médio prazo, por meio de eleições e até plebiscitos. Parece mais realista que o rei, no entanto, querer de repente implantar no Brasil a monarquia. Se confirmado, o governo de transição fará muito se desmontar casuísmos fiscais e preparar o país para as inadiáveis reformas estruturais.

## LINK

Finance and Development, International Monetary Fund, Vol. 53, n.2, Junho, 2016

[Neoliberalism: Oversold? \(em inglês\)](#)

---

## 7. A LIQUIDAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

EconomiaOpiniãoPolítica — 12 junho 2016 -

<http://www.alemdeeconomia.com.br/blog/?p=18428>

Por Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo – Da Revista CartaCapital



O nacionalismo xenófobo de Donald Trump nos Estados Unidos, o referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia, a tensão entre a Alemanha e a política monetária do senhor Mario Draghi na Zona do Euro, o Japão à beira da recessão e a desaceleração chinesa são sintomas dos achaques e estertores que acometem o arranjo geoeconômico erigido nos últimos 40 anos.

Desde o fim dos anos 1970, a reestruturação do capitalismo, ora em risco, envolveu mudanças profundas no modo de operação das empresas, na integração dos mercados e, sobretudo, nas relações entre o poder da finança e a soberania do Estado.

O verdadeiro sentido da globalização é o acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada, comandada pelo poder do dólar.

Sob os auspícios do capital financeiro e de um sistema monetário internacional capenga, ocorreu a brutal centralização do controle das decisões de produção, localização e utilização dos lucros em um núcleo reduzido de grandes empresas e instituições financeiras à escala mundial. A centralização do controle impulsionou e foi impulsionada pela fragmentação espacial da produção.

A convergência entre a centralização do controle pela finança, a fragmentação espacial da produção e a centralização do capital financeiro alterou profundamente a estratégia da grande empresa.

Até os anos 1960 do século XX, a Revolução dos Gerentes estava comprometida com a obsessão pelo crescimento da grande empresa no longo prazo. Dotada de uma estrutura burocrática hierarquizada, a grande corporação abrigava com segurança os *blue collars* no chão de fábrica e, nos escritórios, acomodava a classe média *white collar* em bons empregos e saudáveis remunerações.

Naqueles tempos, a cada 12 dólares gastos na compra de máquinas ou construção de novas fábricas, apenas 1 dólar era despendido com os dividendos pagos aos acionistas. Nas décadas seguintes, a proporção começou a se inverter: mais dividendos, menos investimento nas fábricas e na contratação de trabalhadores.

A associação de interesses entre gestores e acionistas estimulou a compra das ações das próprias empresas com o propósito de valorizá-las e favorecer a distribuição de dividendos.

A isso se juntam a febre das fusões e aquisições, o planejamento tributário nos paraísos fiscais, o afogadilho das demonstrações trimestrais de resultados e as aflições das tesourarias de empresas e bancos, açoitadas com o guante da *marcação a mercado*.

A migração das empresas para as regiões onde prevalecem relações mais favoráveis entre produtividade, câmbio e salários desatou a “arbitragem” com os custos salariais e estimulou a flexibilização das relações de trabalho, na verdade a desqualificação e eliminação de trabalhadores impostas pelo

avanço das tecnologias da informação e da automação na indústria e nos serviços. A evolução do regime do “precariado” constituiu relações trabalhistas que se desenvolvem sob as práticas da flexibilidade do horário.

A flexibilização das relações trabalhistas não só subordinou o crescimento da renda das famílias ao aumento das horas trabalhadas, como aprisionou definitivamente os gastos de consumo ao endividamento.

O circuito de formação da renda na economia como um todo começa a falhar. O desemprego e a queda dos rendimentos dos trabalhadores reduzem o gasto das empresas no pagamento de salários e também desestimulam a aquisição de meios de produção de outras empresas.

Em seu livro *The Road To Recovery*, o economista Andrew Smithers demonstra que, no período de 1981 a 2009, o investimento das empresas privadas calculado sobre o PIB caiu 3 pontos percentuais nas economias desenvolvidas. O investimento deixou de apresentar o comportamento cíclico de outros tempos em que os gastos com Capex acompanhavam as flutuações da economia.

Assim, a grande empresa contemporânea move a economia capitalista na direção da concentração da riqueza e da renda. Enredada nas armadilhas da acumulação financeira e enfiada no pântano da liquidez curto-prazista, empurra a economia global para a estagnação secular, falhando com grande escândalo em sua capacidade de gerar empregos. Um curto-circuito nas cadeias de geração e de apropriação do valor.

As evidências indicam que a dinâmica da economia mundial aponta mudanças estruturais que descortinam uma nova fase, edificada entre tropelias e contradições. O ranger de dentes levou o FMI a questionar, neste mês, as ideias e princípios do neoliberalismo econômico.

O artigo “Neoliberalism: Oversold?” aborda especificamente os efeitos de duas políticas inscritas na agenda da globalização neoliberal, a remoção das restrições ao movimento de capitais (liberalização das contas de capital) e a consolidação fiscal (“austeridade” para reduzir déficits fiscais e o nível da dívida).

O estudo afirma que alguns influxos de capitais, como investimento direto estrangeiro, parecem impulsionar o crescimento no longo prazo, mas o impacto de investimentos de portfólio e, especialmente, de influxos de aplicações especulativas de curto prazo não estimula o crescimento e muito menos garante um financiamento estável do balanço de pagamentos.

A ocorrência, desde 1980, de aproximadamente 150 convulsões com influxos de capitais em mais de 50 mercados emergentes credencia a reivindicação do economista de Harvard Dani Rodrik de que esses “difícilmente são efeitos ou defeitos secundários nos fluxos de capital internacional, eles são a história principal”.

Segundo o estudo, as políticas de austeridade não só geram substanciais custos ao bem-estar pelos canais da oferta, como deprimem a demanda e o emprego. A noção de que a consolidação do orçamento pode ser expansionista (isto é, aumenta o crescimento e o emprego), por elevar a confiança do setor privado e o investimento, não se confirmou na prática.

Episódios de consolidação fiscal foram seguidos por reduções mais do que expansões no crescimento. Na média, a consolidação de 1% do PIB eleva a taxa de desemprego em 0,6% no longo prazo, e o Coeficiente de Gini (concentração de renda) em 1,5% dentro de cinco anos. O estudo conclui que os benefícios das políticas da agenda neoliberal aparentemente foram um pouco exagerados.

No aguardo de dias melhores e prestes a ser banido de quase todas as economias do globo, o neoliberalismo procura exílio em um país tropical com vista para o Atlântico.

### **8.Free exchange - The consensus crumbles**

[http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21701501-economists-who-foresaw-backlash-against-globalisation-consensus?fsrc=scn%2Ftw\\_ec%2Fthe\\_consensus\\_crumbles](http://www.economist.com/news/finance-and-economics/21701501-economists-who-foresaw-backlash-against-globalisation-consensus?fsrc=scn%2Ftw_ec%2Fthe_consensus_crumbles)

### **The economists who foresaw the backlash against globalisation**

Jul 2nd 2016 | From the print edition



- 
- 
-



AFTER the second world war, the leaders of the Western world tried to build institutions to prevent the horrors of the preceding decades from recurring. They sought to foster both prosperity and interdependence, to “make war not only unthinkable but materially impossible”. Their work has borne fruit. There has been no armed conflict in western Europe since. Expanded global trade has raised incomes around the world. Yet, as the Brexit vote demonstrates, globalisation now seems to be receding. Most economists have been blindsided by the backlash. A few saw it coming. It is worth studying their reasoning, in order to work out whether a retrenchment is inevitable or might be avoided.

Even economists realise that free trade can be a hard sell politically. The political economy of trade is treacherous: its benefits, though substantial, are diffuse, but its costs are often concentrated, giving those affected a strong incentive to push for protectionism. Since 1776, when Adam Smith published “The Wealth of Nations”, those pressing for global openness have won more battles than they have lost. Yet opposition to globalisation seldom disappears, and often regroups. And a position once considered near-heretical, that globalisation itself seems to create forces that erode political support for integration, is gaining currency.

Dani Rodrik of Harvard University is the author of the best-known such critique. In the late 1990s he pointed out that deeper economic integration required harmonisation of laws and regulations across countries. Differences in rules on employment contracts or product-

safety requirements, for instance, act as barriers to trade. Indeed, trade agreements like the Trans-Pacific Partnership focus more on “non-tariff barriers” than they do on tariff reduction. But the consequences often run counter to popular preferences: the French might find themselves barred from supporting a French-language film industry, for example.

Deeper integration, Mr Rodrik reckoned, will therefore lead either to an erosion of democracy, as national leaders disregard the will of the public, or will cause the dissolution of the nation state, as authority moves to supranational bodies elected to create harmonised rules for everyone to follow. These trade-offs create a “trilemma”, in Mr Rodrik’s view: societies cannot be globally integrated, completely sovereign and democratic—they can opt for only two of the three. In the late 1990s Mr Rodrik speculated that the sovereignty of nation states would be the item societies chose to discard. Yet it now seems that economic integration may be more vulnerable.

Alberto Alesina of Harvard University and Enrico Spolaore of Tufts University presented a different but related view of the trade-offs entailed by global economic integration in “The Size of Nations”, published in 2003. They note that there are advantages to being a large country. Bigger countries can muster more resources for national defence, for instance. They also have large internal markets. But bigness also carries costs. The larger and more heterogeneous a country, the more difficult it is for the government to satisfy its citizens’ political preferences. There is less variation in political views in Scotland, to take one example, than across Britain as a whole. When policy is made by the British parliament (rather than in Edinburgh, Belfast and so on) the average Briton is slightly less satisfied with the result.

Global integration, Messrs Alesina and Spolaore argue, reduces the economic cost of breaking up big countries, since the smaller entities that result will not be cut off from bigger markets. Meanwhile the benefits of separatism, in terms of being able to cater better to the preferences of voters, are less diminished. So the global reduction in barriers to trade since the second world war, the pair contend, at least partly explains the simultaneous growth in the number of countries, even if national fractures often involve, or lead to, political instability and violence.

And then there is the question of how the benefits of globalisation are shared out. Joseph Stiglitz, a Nobel prizewinner, has warned that rent-seeking companies' influence over trade rules harms workers and erodes support for trade liberalisation. Raghuram Rajan, the head of India's central bank, has argued that clumsy government efforts to compensate workers hurt by globalisation contributed to the global financial crisis, by facilitating excessive household borrowing, among other things. David Autor, David Dorn and Gordon Hanson have documented how the costs of America's growing trade with China has fallen disproportionately on certain cities. And so on.

### **Open and shut**

Branko Milanovic of the City University of New York believes such costs perpetuate a cycle of globalisation. He argues that periods of global integration and technological progress generate rising inequality, which inevitably triggers two countervailing forces, one beneficial and one harmful. On the one hand, governments tend to respond to rising inequality by increasing redistribution and investing in education; on the other, inequality leads to political upheaval and war. The first great era of globalisation, which ended in 1914, gave way to a long period of declining inequality, in which harmful countervailing forces played a bigger role than beneficial ones. History might repeat itself, he warns.

Such warnings do not amount to arguments against globalisation. As many of the economists in question are quick to note, the benefits of openness are massive. It is increasingly clear, however, that supporters of economic integration underestimated the risks both that big slices of society would feel left behind and that nationalism would continue to provide an alluring alternative. Either error alone might have undercut support for globalisation—and the six decades of relative peace and prosperity it has brought. In combination, they threaten to reverse it.

## **9. Estado versus Mercados, uma falsa dicotomia**



### Estado vs. Mercados: uma falsa dicotomia

JULHO 25, 2015 / 53 VIEWS

[HTTP://PLATAFORMAPOLITICASOCIAL.COM.BR/ESTADO-VS-MERCADOS-UMA-FALSA-DICOTOMIA/](http://plataformapoliticasocial.com.br/estado-vs-mercados-uma-falsa-dicotomia/)

#### **Mariana Mazzucato**

Professora de Economia da Inovação da Science Policy Research Unit (SPRU) da Universidade de Sussex e autora de *O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado* (2014, Cia. das Letras).

#### **Caetano**

#### **C.R.**

#### **Penna**

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador associado da Science Policy Research Unit (SPRU) da Universidade de Sussex.

O debate sobre os papéis relativos do Estado e do mercado em economias capitalistas tende a oscilar ao longo do tempo nas mentes e nos corações da opinião pública e dos decisores de políticas públicas: os períodos em que o Estado é defendido por seu papel no desenvolvimento econômico são sempre substituídos por um ataque à sua intervenção no “bom funcionamento” de mercados. Foi assim ao longo do século XX (ver REINERT, 2009, para uma análise de como as oscilações deste pêndulo estão ligadas a mudanças na agenda de investigação predominante da economia). E é isso o que aconteceu desde a mais recente crise financeira global e da recessão econômica: um breve período logo após a sua erupção, quando era quase um consenso que o Estado tinha um papel fundamental a desempenhar na promoção do

desenvolvimento e do crescimento através da política industrial, foi rapidamente apreendido por aqueles que diziam o contrário. A austeridade tornou-se o prato do dia, enquanto as políticas industriais ativas transformaram-se no modismo da última estação.

O Brasil, que foi um retardatário na adoção de políticas neoliberais na década de 1990, chegou novamente atrasado no baile: a austeridade só agora é a principal agenda econômica do país. E com ela vem o ataque usual às instituições do Estado – agências, empresas, bancos – que, no Brasil, foram responsáveis por permitir que as poucas áreas de competitividade internacional surgissem (incluindo a “conquista do Cerrado” pelo agronegócio, a área aeroespacial, a exploração de petróleo em alto-mar, dentre outros).

De fato, em todas as economias capitalistas, o Estado fez e continua a fazer o que os mercados não fazem (MAZZUCATO, 2014). Tome-se o setor financeiro, por exemplo. Um sistema financeiro que funcione bem deve financiar o consumo e a produção, promovendo o crescimento econômico e, assim, um aumento do nível de vida (bem-estar) da população. No entanto, já há alguns anos o setor não tem financiado investimentos em inovação ou a economia real, mas sim financiado ativos financeiros. Desde os anos 1970, inovações financeiras juntamente com desregulamentação de mercados tornaram mais fácil obter lucros de investimentos especulativos em ativos financeiros (EPSTEIN, 2005; KRIPPNER, 2005; DORE, 2008; LAZONICK, 2013). No Brasil, a questão assume uma forma idiossincrática: devido ao alto rendimento, à curta maturidade e ao baixo risco relativo de títulos do Tesouro, bancos comerciais e de investimento preferem comprar dívida governamental a financiar investimentos de longo prazo na indústria, em infraestrutura, ou em inovação – que são ou capital-intensivos ou altamente incertos (ou ambos).

Investimentos produtivos exigem ‘paciência’ na forma do que chamamos em outro lugar de “capital paciente e comprometido com o longo prazo” (MAZZUCATO, 2013; MAZZUCATO e PENNA, 2015). Nos EUA, capital paciente é fornecido através da atividade de diferentes instituições públicas como Defense Advanced Research Projects Agency (Darpa), National Institutes of Health (NIH), National Science Foundation (NSF), National Aeronautics and Space Administration (NASA), os programas de Small Business Innovation Research (SBIR), a iniciativa nacional de nanotecnologia, dentre muitos outros. Um papel ativo do Estado é também encontrado em países como Alemanha, Finlândia, Israel, e,

claro, a China, mas em cada país os tipos de instituições públicas responsáveis pelo fornecimento de financiamento paciente assumem diferentes formas. No Brasil, ele vem de bancos públicos, nomeadamente, BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (ver MAZZUCATO e PENNA, 2014, para uma análise dos papéis desempenhados pelos bancos de desenvolvimento estatais), mas também de empresas estatais. Sim, suas operações podem e devem ser melhoradas. Mas atacar e diminuir a importância destas instituições estatais é ser desonesto com a história.

O exemplo da Embraer (BERNARDES, 2000; CASSIOLATO et al, 2002; FORJAZ, 2005) ilustra a importância do Estado como agente de liderança na promoção da mudança técnica, industrialização e desenvolvimento, bem como o seu papel de principal “financista paciente.” A Embraer foi fundada em 1969 a partir de uma visão concebida pelo Estado brasileiro para criar uma indústria aeroespacial a partir do zero. O sucesso da Embraer após a sua privatização, em 1994, é frequentemente reconhecido como um exemplo paradigmático da superioridade do setor privado sobre o Estado. É verdade, as finanças da empresa estavam em condições terminais no início da década de 1990 (muito por conta de como as empresas estatais brasileiras foram usadas na década de crise de 1980). Mas suas competências tecnológicas básicas, que foram a chave para o sucesso dos jatos regionais em mercados globalizados, foram adquiridas muito antes, no final da década de 1970, quando era controlada pelo Estado e foram firmados acordos de cooperação com outros países, como a Itália. Além disso, quando a Embraer assinou um de seus primeiros grandes contratos de venda, com a American Airlines (AA), a operação não foi financiada por bancos privados, que fugiam de seu perfil de risco e de longo prazo, mas pelo BNDES. Foi esse acordo com AA que colocou em evidência a Embraer, e a ajudou a se tornar um dos líderes mundiais no mercado de jatos regionais.

A importância das empresas estatais e das finanças públicas pacientes não é exclusiva de países em desenvolvimento. De fato, outro exemplo da indústria aeroespacial ilustra bem este ponto. Em um país onde, na imaginação do público, se pratica o liberalismo por excelência – a Grã-Bretanha – foi o apoio do Estado que salvou a Rolls-Royce (LAZONICK e PRENCIPE, 2005). Custos crescentes oriundos de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para um novo motor de avião colocaram a icônica empresa em falência. Em vez de deixar a empresa morrer, o governo britânico fez o que a City londrina não fez: deu o seu apoio, através de uma

nacionalização inicial (em 1971; logo em seguida o Estado britânico se desfez da divisão de automóveis para concentrar na área aeroespacial) e, em seguida, através de uma sequência de empréstimos pacientes. Em 1987, a empresa estava forte o suficiente para ser privatizada. A Rolls-Royce logo se tornaria uma das líderes no mercado global para motores aeroespaciais.

Conforme um de nós demonstra (MAZZUCATO, 2013), o próprio Vale do Silício na Califórnia (EUA) é em si o resultado de uma intervenção maciça do Estado. Cada tecnologia por trás do iPhone (e de celulares inteligentes em geral) foi financiada diretamente por diferentes organizações governamentais, principalmente no Departamento de Defesa dos Estados Unidos, cujo modelo foi copiado mais tarde também no Departamento de Saúde e no Departamento de Energia. De fato, a atual revolução do gás de xisto através da técnica de fraturamento hidráulico é o resultado de décadas de investimentos pelo Departamento de Energia dos EUA, que também foi responsável por fornecer o financiamento paciente para Elon Musk (o novo herói do Vale do Silício) para o carro Tesla S.

Na verdade, as empresas de Musk – Tesla Motors, SolarCity, e SpaceX – são muito competentes em surfar a onda de tecnologia desenvolvida e financiada pelo Estado e em obter a ajuda estatal. Juntos, esses empreendimentos de alta tecnologia beneficiaram-se de 4,9 bilhões de dólares de governos locais, estaduais e federal, incluindo subvenções, incentivos fiscais, investimentos na construção de fábricas, e empréstimos subsidiados. O governo dos Estados Unidos também forja demanda – cria o mercado – para os seus produtos, através da concessão de créditos fiscais e descontos para os consumidores de painéis solares e veículos elétricos, e assinando com SpaceX 5,5 bilhões dólares em contratos com a NASA e a Força Aérea dos EUA. Embora este apoio governamental tenha sido recentemente o foco de artigos e notícias (ver HIRSCH, 2015), o que passa relativamente despercebido é o fato de que Tesla Motors, SolarCity, e SpaceX também se beneficiaram de investimentos diretos em tecnologias radicais pelo Departamento de Energia dos EUA, como no caso de tecnologias de bateria e painéis solares, e pela NASA, no caso de tecnologias de foguetes. Nada disto deve ser visto como surpreendente ou injustificado. Pelo contrário, o Estado está por trás do desenvolvimento da maioria das tecnologias-chave que são posteriormente integrados pelo setor privado em inovações revolucionárias. Além disso, essas empresas estão ajudando a

empurrar a fronteira da inovação através do desenvolvimento posterior de tecnologias concebidas e financiadas pelo Estado, e, crucialmente, contribuindo para uma transição para uma economia ambientalmente mais sustentável.

Mas como são investimentos públicos como estes – e de fato o papel do Estado na economia – justificados e analisados por economistas? Normalmente, eles afirmam que o papel do Estado na economia é o de corrigir falhas de mercado: casos em que os mercados competitivos falham na alocação eficiente de recursos (ARROW, 1962; STIGLITZ, 1989; MEDEMA, 2003; LEDYARD, 2008). Por exemplo, no caso de bens públicos – aqueles que podem ser consumidos por todos, como o ar limpo ou grandes infraestruturas – os mercados não alocam recursos para sua produção. Nesses casos, seria justificável o Estado intervir na economia para garantir a sua produção. No entanto, ainda que convincente, este arcabouço das falhas de mercado está associado a muito limitadas análises de custo-benefício dos investimentos públicos, que buscam medir se os benefícios que se obtêm a partir deles cobrem eventuais custos (incluindo custos de oportunidade) (MAZZUCATO, 2015).

Há três problemas nessas análises: primeiro, é um exercício analítico estático do processo intrinsecamente dinâmico de desenvolvimento econômico e de mudança técnica, que é cumulativo e se desenrola em direções imprevisíveis (quem poderia dizer que as tecnologias desenvolvidas para o exército dos EUA acabariam nas mãos de milhões de usuários ao redor do mundo sob a forma de smartphones?). Em segundo lugar, tais análises requerem estimar cada custo e benefício em valores monetários, o que não é fácil mesmo se for possível e desejável (o que é o valor monetário de ar limpo ou de empregos altamente qualificados?). Em terceiro lugar, análises de custo-benefício podem levar a um resultado semelhante ao que motivou os investimentos em primeiro lugar: a falta de investimento em projetos-chave, devido a elevados riscos e incertezas vis-à-vis outras oportunidades de investimento existentes. Deveria o Estado agir como um investidor privado e aplicar os seus recursos na melhor oportunidade de investimento alternativo (no caso do Brasil, investindo em títulos do Tesouro de alto rendimento e baixo risco)? Bem, se fosse o caso, hoje não teríamos uma Embraer, uma Rolls-Royce, e, possivelmente, uma Apple (uma vez que a maioria das tecnologias de informação e comunicação não existiria) – com todas as consequências em

termos de perdas de emprego, capacidade tecnológica, e bem-estar.

O arcabouço das falhas de mercado não é adequado para justificar e analisar casos reais em que o Estado agiu empreendedora e (MAZZUCATO, 2015). Quando o Estado concebeu, deu forma e criou novos mercados – e não “corrigiu” os já existentes. Ou quando investiu em áreas devido ao interesse público, sejam elas a industrialização e mudança técnica ou de segurança nacional e capacitação tecnológica. Nenhum país jamais conseguiu desenvolver-se e industrializar-se baseando suas decisões de investimentos públicos na avaliação de “falhas de mercado”, o que levaria a investimentos minguados e concentrados no máximo em P&D à montante (e não em toda a cadeia de inovação – pesquisa básica, pesquisa aplicada, e ainda no financiamento de empresas de alto risco – como aconteceu no Vale do Silício, por exemplo). Ignorar esta história significa usar o arcabouço das falhas de mercado e a associada dicotomia “Estado vs. mercados” para fins políticos, não econômicos. Sucesso nas economias capitalistas cada vez mais depende de parcerias sinérgicas entre os setores público e privado. Como os exemplos acima mostram, ambos têm papéis fundamentais a desempenhar no desenvolvimento econômico de um país: Embraer e Rolls-Royce desenvolveram as suas competências tecnológicas guiadas pela mão visível do Estado, mas alcançaram sucesso no mercado global sob gestão privada, depois de suas respectivas privatizações. Apple, Tesla, Solarcity, SpaceX são exemplos-chave da capacidade para inovação das empresas privadas com acesso a tecnologias inovadoras financiadas publicamente e ao capital paciente estatal. Os países mais bem-sucedidos na economia global têm o que se poderia chamar de um ecossistema simbiótico de inovação e de produção, em que agentes públicos e privados se beneficiam e lucram de ações e interações mútuas. Nestes casos, a iniciativa privada não “captura” o Estado, nem o Estado se torna uma ferramenta para favores políticos.

A questão, portanto, não é quem deve liderar e guiar a economia, o Estado ou o mercado (setor privado). Ambos são cruciais. A questão é como promover essas parcerias sinérgicas. Ainda que não haja receita mágica, uma coisa é certa: quanto mais ousado for o Estado em sua iniciativa estratégica, menos provável que seja capturado pela iniciativa privada. Isso significa definir as principais “missões” societárias – desde “colocar um homem na lua”, passando por garantir a segurança nacional e energética, até combater e

mitigar as mudanças climáticas, por exemplo – que irão guiar as políticas públicas e ações privadas a longo prazo (MAZZUCATO e PENNA, 2015). Em vez de focar em muito duvidosos benefícios de curto prazo de um programa de austeridade – e esperar que um futuro aconteça – o Brasil estaria muito mais bem posicionado se definisse as suas missões fundamentais – e fizesse o seu próprio futuro acontecer.

### **Referências:**

- ARROW, K., 1962. Economic welfare and the allocation of resources for invention, in: Nelson, R.R. (Ed.), *The Rate and Direction of Inventive Activity*. Princeton University Press, Princeton, NJ, pp. 609-626.
- BERNARDES, R., 2000. *Embraer: elos entre Estado e mercado*. Editora Hucitec.
- CASSIOLATO, J.E., BERNARDES, R., LASTRES, H., 2002. *Innovation Systems in the South: a case study of Embraer in Brazil*. UNCTAD-DITE investment policy and capacity-building branch. New York and Geneva, United Nations.
- DORE, R., 2008. Financialization of the Global Economy. *Industrial and Corporate Change* 17, 1097-1112.
- EPSTEIN, G.A., 2005. *Financialization and the world economy*. Edward Elgar Publishing.
- FORJAZ, M.C.S., 2005. The origins of Embraer. *Tempo Social* 17, 281-298.
- HIRSCH, J., 2015. Elon Musk's growing empire is fueled by \$4.9 billion in government subsidies, *Los Angeles Times*, 30 de Maio.
- KRIPPNER, G.R., 2005. The financialization of the American economy. *Socio-Economic Review* 3, 173-208.
- LAZONICK, W., 2013. The Financialization of the U.S. Corporation: What Has Been Lost, and How It Can Be Regained. *Seattle University Law Review* 36, 857-909.
- LAZONICK, W., PRENCIPE, A., 2005. Dynamic capabilities and sustained innovation: strategic control and financial commitment at Rolls-Royce plc. *Industrial and Corporate Change* 14, 501-542.
- LEDYARD, J.O., 2008. Market Failure, in: DURLAUF, S.N., BLUME, L.E. (Eds.), *The New Palgrave Dictionary of Economics*. Palgrave Macmillan, Basingstoke.
- MAZZUCATO, M., 2013. Financing innovation: Creative destruction vs. destructive creation. *Industrial and Corporate Change* 22, 851-867.
- MAZZUCATO, M., 2014. *O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. Cia. das Letras, São

Paulo.

MAZZUCATO, M., 2015. Beyond market failures: shaping and creating markets for innovation-led growth, in: Mazzucato, M., Penna, C.C.R. (Eds.), Mission-Oriented Finance for Innovation: New Ideas for Investment-Led Growth. Rowman & Littlefield, London, pp. 147-159.

MAZZUCATO, M., PENNA, C.C.R., 2014. Beyond Market Failures: State Investment Banks and the 'Mission-Oriented' Finance for Innovation. SPRU Working Paper Series 2014-21.

MAZZUCATO, M., PENNA, C.C.R., 2015. Mission-Oriented Finance for Innovation: New Ideas for Investment-Led Growth. Rowman & Littlefield, London.

MEDEMA, S.G., 2003. The economic role of government in the history of economic thought, in: Samuels, W.J., Biddle, J.E., Davis, J.B. (Eds.), A companion to the history of economic thought. Blackwell, Oxford, pp. 428-444.

REINERT, E.S., 2009. Financial Crises, Persistent Poverty, and the Terrible Simplifiers in Economics: A Turning Point Towards a New '1848 Moment', Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics. The Other Canon Foundation & Tallinn University of Technology.

STIGLITZ, J.E., 1989. Markets, Market Failures, and Development. The American Economic Review 79, 197-203.

### PARTE III – BRASIL DE RÉ/Temer

#### **1. O impeachment e o realinhamento neoliberal na América**

**Latina** - Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais —

publicado 13/04/2016 05h07, última modificação 13/04/2016

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-impeachment-e-o-realinhamento-neoliberal-na-america-latina>

#### **2. Entrevista Naomi Klein: "A Democracia brasileira está sob ataque Aliança RECOs"**

<http://port.pravda.ru/cplp/brasil/04-06-2016/41096-democracia-brasileira-0/>

<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1551d3aa34c04723>

### **3. Busca de nexos políticos - Paulo Metri –**

: <http://www.paulometri.blogspot.com.br/>

### **4. O mundo do FMI e o mundo de Temer – Marcelo Zero**

<http://www.brasil247.com/>

#### **1. O impeachment e o realinhamento neoliberal na América Latina**

*Se juntos possuem mais força e condição de barganha, separados os países latino-americanos ficam à mercê dos interesses dos mais poderosos*

por Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais —  
publicado 13/04/2016 05h07, última modificação 13/04/2016

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-impeachment-e-o-realinhamento-neoliberal-na-america-latina>

inShare6

Gobierno de Córdoba, Yenny Muñoz/CubaMINREX e Lula Marques/Agência PT



Os últimos acontecimentos relacionados a estes três não estão desconectados de um plano mais amplo

Leia também

## **Sombras do passado marcam eleições no Peru**

## **Honduras e Paraguai, motivos de inspiração**

## **A visita de Obama à América Latina: e o Brasil com isso?**

## **A maturidade democrática: o Mercosul aos 25**

## **Até onde vai a abertura econômica de Cuba?**

*Por Pedro P. Bocca*

A ser votado até o próximo dia 17 de abril, o [impedimento da presidenta Dilma Rousseff](#) não se trata de um fato isolado da conjuntura nacional. O fundo da disputa política dos últimos meses em nosso país é um processo continental de realinhamento neoliberal, em que o Brasil representa a mais urgente e importante batalha.

O ciclo progressista que venceu a maior parte das eleições presidenciais latino-americanas nos últimos 15 anos, em reação ao desmonte dos Estados sob a égide do Consenso de Washington, chega a um momento de esgotamento não apenas pelos efeitos da ressaca da Crise de 2008, mas graças a uma nova ofensiva das frações de classe que ainda sustentam o projeto neoliberal em nosso continente.

Este novo momento, que tem como pano de fundo a polarização política e o crescimento de movimentos conservadores organizados, visa não apenas retomar a hegemonia política interna, mas reavivar uma política externa subserviente e alinhada com os interesses das potências capitalistas.

Neste sentido, a eleição de [Mauricio Macri](#) na Argentina, o acirramento da pressão ao governo [Nicolás Maduro](#) na Venezuela e

a disputa em torno do [impeachment de Dilma Rousseff](#) não pode ser desconectado de um plano mais amplo: o enfraquecimento ou a dissolução dos atuais mecanismos de integração regional, frutos do ciclo progressista e que reposicionaram a América Latina no tabuleiro político e econômico mundial sob a liderança destes três países.

O destino de instituições como a Unasul e a Celac, fundamentais para a consolidação da autonomia latino-americana no cenário regional e internacional, depende fundamentalmente do capital político das lideranças regionais em seguir confrontando a agenda estadunidense para a região, substituindo paulatinamente a OEA por novos espaços de decisão e articulação política. Importantes vitórias do campo progressista nesse espaço serão postas em xeque neste novo alinhamento econômico e ideológico do continente.

As mais profundas ações, porém, se darão no campo econômico (que não deixa de nenhuma maneira de ser ideológico e político, claro). O fortalecimento do Mercosul, operado nos últimos anos a partir de políticas neodesenvolvimentistas e de empoderamento local, é o principal entrave às políticas neoliberais no continente – e a campanha de enfrentamento ao bloco protagonizada pela direita brasileira durante (e após) as eleições de 2014 não deixa dúvidas a este respeito.

A solução neoliberal para a crise segue o “modelo chileno”, de proliferação de tratados de livre-comércio pontuais, em especial com os países centrais da economia capitalista, criando uma complexa rede de supostas vantagens comerciais que minam o desenvolvimento da América Latina enquanto região.

O [Mercosul](#) é um profundo entrave à este tipo de política justamente porque garante aos países do bloco melhores condições de

negociação, seja em acordos pontuais, seja nas rodadas de negociação multilaterais no âmbito da OMC.

Se juntos possuem mais força e condição de barganha, separados os países latino-americanos – fundamentalmente economias dependentes e ainda muito frágeis – ficam à mercê dos interesses dos mais poderosos, em relações desbalanceadas e com profundos efeitos a longo prazo.

Neste cenário, mais do que nunca o Brasil se torna peça central no jogo político-econômico regional. Se não bastasse ter sido responsável pelo sucesso destas iniciativas, o país, enquanto liderança política e econômica da região, é também o elo entre a integração latino-americana, suas relações para além do continente e o fortalecimento das relações Sul-Sul.

É através do papel brasileiro nos últimos anos, por exemplo, que se tornou possível a aliança entre os países latino-americanos e os BRICS, cujo principal logro foi a criação do Acordo de Reservas de Contingência e o Banco de Desenvolvimento dos BRICS-Celac.

O objetivo destas instituições é o financiamento de programas de infraestrutura e desenvolvimento na região, como alternativa ao financiamento predatório realizado pelo FMI e o Banco Mundial. Em um momento de disputa político-econômica mundial, o aumento da influência chinesa e russa na América Latina é uma profunda ameaça aos interesses dos Estados Unidos e seus aliados na região, e o Brasil é o elemento fundamental desta balança.

Em disputa também estão os recursos naturais, em especial o petróleo, questão fundamental no atual cenário internacional. O projeto de entrega do Pré-Sal, formulado por José Serra (autoproclamado articulador de um governo pós-Dilma) já em tramitação na institucionalidade brasileira é a ponta do iceberg de um processo de rapina de recursos coordenado internacionalmente.

Não por coincidência, Brasil e Venezuela possuem duas das principais reservas de petróleo do mundo, e a Petrobrás é a testa de frente do ataque ao governo Dilma Rousseff através do chamado “petrolão”.

Assim, a substituição do atual governo brasileiro por uma composição mais simpática a este reordenamento neoliberal cumpre um papel complexo – ao mesmo tempo em que promove uma virada conservadora no plano interno, implode a construção de alternativas independentes no plano externo, causando um retrocesso histórico em nosso continente.

Ainda que o governo Dilma Rousseff, e em especial sua política externa, mereçam boa parte das críticas recebidas, é inegável o papel que o Brasil assume neste confuso contexto regional e internacional.

A compreensão destes fatores é fundamental para o completo entendimento do momento político de nosso País.

Ainda que boa parte da imprensa e dos analistas aponte que o processo de impeachment é oriundo de uma crise econômica, do questionamento da efetividade da gestão da máquina pública e do conflito entre “petralhas e coxinhas”, o que se apresenta neste golpe à paraguaia é o ataque a um projeto de desenvolvimento nacional e regional e a disputa de valores e ideias que visam um retrocesso desastroso aos povos de nosso continente.

Mais do que a defesa de um governo, a resistência neste momento se faz necessária em defesa da democracia e da soberania dos Estados latino-americanos.

*\*Pedro P. Bocca é integrante do Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais/[GR-RI](#).*

## 2. – Entrevista Naomi Klein

Aliança RECOs  
Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras

*“...O que sabemos é que se continuarmos fazendo o que estamos fazendo, alcançaremos um nível de aquecimento insustentável. Estamos em um momento em que o capitalismo e a busca pelo crescimento perpétuo estão em guerra contra a vida na Terra. Estamos chegando a um nível em que boa parte do planeta será inabitável por humanos. Está acontecendo mais rápido do que o imaginado. O branqueamento dos corais ano passado foi em uma escala sem precedentes. A **Índia** e o **Paquistão** estão passando por ondas de calor de 51° C - algo que os humanos não conseguem aguentar. E isso representa, na média global, um aumento de apenas 1° C - e nós estamos caminhando para um aumento de 6° C, a não ser que ações governamentais diferentes das que estão sendo implementadas até agora sejam tomadas...”*

[http://port.pravda.ru/cplp/brasil/04-06-2016/41096-democracia\\_brasileira-0/](http://port.pravda.ru/cplp/brasil/04-06-2016/41096-democracia_brasileira-0/)

<https://mail.google.com/mail/u/0/#inbox/1551d3aa34c04723>

**A Doutrina do Choque**, publicado em 2007, marcou uma geração ao apresentar como, ao contrário do que se afirmava, a implementação do neoliberalismo tinha poucas relações com o avanço da democracia liberal pelo mundo. A jornalista canadense **Naomi Klein** (foto), autora da obra, afirmava: as visões da **Escola de Chicago** foram primeiramente postas em prática em regimes autoritários, justamente porque contrariam as necessidades da maior parte da população.

As ideias neoliberais, para **Klein**, se aproveitariam de momentos de crise para avançar. Ela concedeu uma entrevista exclusiva para o **Brasil de Fato** na qual analisou o momento vivido por nosso país à luz dos debates de seu livro.

Segundo ela, o programa defendido pelo governo interino de **Michel Temer** teria poucas condições políticas de ser implementado através de eleições. "Não há dúvida de que a democracia brasileira está sob ataque. É um tipo diferente de golpe", afirma. "Eles estão

explorando uma situação de caos, uma falta de democracia, para impor algo que eles não conseguiriam sem crise e com uma democracia real", completa.

A entrevista é de **Rafael Tatemoto**, publicada por **Brasil de Fato**, 01-06-2016.

**Eis a entrevista.**

**Em seu livro, você denuncia o que considera a falsa relação entre neoliberalismo e democracia política. As ditaduras militares latino-americanas ocupam um papel importante no seu argumento. Você poderia explicar isso para nós?**

O argumento que eu desenvolvo neste livro é o de que nos contaram um conto de fadas sobre como esta forma extrema do capitalismo colonizou o mundo. Essa versão fantasiosa é a de que ela se espalhou pacificamente através das democracias, que a teriam escolhido. Entretanto, se olharmos para a história dos primeiros lugares onde o neoliberalismo foi imposto, ele foi imposto exatamente no oposto [do que nos é dito]: foi necessária uma derrubada da democracia para que ele se desenvolvesse.

As raízes do pensamento neoliberal estão na **Universidade de Chicago**, que recebeu muito apoio dos industriais norte-americanos, que estavam bastante preocupados com uma virada à esquerda nos **EUA**. Ela recebeu apoio, por exemplo, do presidente do **Citibank**. Havia muita preocupação de que, nos anos 1960, o espectro ideológico estivesse se movendo muito à esquerda.

O que é muito interessante é que quando houve um presidente [norte-americano] de direita no final dos anos 1960 e início dos 1970, **Richard Nixon**, apesar de ele ter contratado conselheiros que vieram da **Universidade de Chicago**, eles não conseguiram impor essas mesmas ideias neoliberais extremas em uma democracia, porque essas ideias eram muito impopulares. É famoso o fato de que Nixon foi contra os conselhos dados pelos economistas da **Escola de Chicago**, como **Milton Friedman**. Ele introduziu uma série de regulações ambientais e medidas de controle de salários e preços, porque a inflação estava muito alta. **Friedman** disse que "**Richard Nixon** foi o presidente mais socialista dos EUA" [risos]. O que é importante é que enquanto este projeto falhou nos **EUA** naquele momento, esses mesmos economistas introduziram as ideias neoliberais na **América Latina** durante a década de 1970, mas apenas após a realização de golpes de Estado.

O exemplo mais famoso é o **Chile**: após a queda do [presidente **Salvador**] **Allende**, quando os militares fizeram uma parceria com os economistas da **Escola de Chicago**, tornando o

país um laboratório para essas ideias. **Friedman** sempre afirmou que a implementação dessas ideias através da brutalidade não tinha relação com as ideias em si, mas pessoas como **Orlando Letelier** [diplomata chileno durante o governo **Allende**] diziam que eram dois lados da mesma moeda: nunca é possível introduzir, através da democracia, esse tipo de ideias em países com uma grande população pobre que se beneficia de políticas redistributivas.

**Você demonstrava esperança sobre a resistência aos "choques", já que as pessoas teriam aprendido com experiências anteriores. Como você vê, por exemplo, o que aconteceu na Europa após 2008, quando a crise financeira internacional estourou e políticas de austeridade foram implementadas nos países do sul daquele continente?**

Esta é uma pergunta muito boa. Eu publiquei **A Doutrina do Choque** em 2007, pouco antes do colapso financeiro. Honestamente, eu diria que quando escrevi, eu era ingênua. No meu entendimento de como resistir a esta tática, eu acreditava que se as pessoas realmente entendessem a tática - as crises e o caos sendo aproveitados pelas elites para defender políticas inaceitáveis que as enriquecem e empobrecem a maioria - e dissessem "não", a resistência funcionaria. Mas eu acho que o que nós vemos com a experiência do que ocorreu na **Grécia** e na **Espanha**, e, na verdade, em todo o sul da **Europa**, é que resistir somente dizendo "não" - "não queremos a austeridade" - é apenas o primeiro passo, não é suficiente.

O caso do **Syriza** é exemplar: mesmo quando governos antineoliberais ganham, há maneiras de cercá-los. É necessário haver um "não" forte à "doutrina do choque", mas, especialmente em momento de grandes crises econômicas, também deve haver um "sim" no qual acreditar: deve haver uma articulação simultânea das alternativas à "doutrina do choque", que devem ir além do status quo. Esses momentos de crises demandam uma resposta. As crises dizem que alguma coisa está errada com o sistema. Nós sabemos que a direita tem a tática do choque, mas também deve haver o que eu chamo de "choque popular": uma forma alternativa de responder às crises.

Essa é a razão pela qual eu escrevi **This Changes Everything** [Isto Muda Tudo, sem edição em português], porque vivemos em um tempo de múltiplas crises, nas quais o sistema está falhando em várias dimensões. Está falhando economicamente, mas também ecologicamente. O que eu acredito é que nós precisamos responder a essas múltiplas crises desenvolvendo uma visão corajosa sobre

como a próxima economia deva ser, que possa nos tirar dessa situação de crises em série.

A falha da centro-esquerda, em geral, foi a de não conseguir articular uma alternativa audaciosa o suficiente não só ao neoliberalismo, mas à economia extrativista de forma ampla.

**Como você analisa o impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff? Alguns analistas brasileiros utilizam suas ideias para explicar o que está ocorrendo. Você concorda com eles?**

Eu vi essas análises aplicando a doutrina do choque ao que está acontecendo neste momento no Brasil, e eu penso que elas são convincentes. O fato de que ela [Dilma] foi reeleita certamente frustrou as elites brasileiras. Também está claro que há temores [dos políticos] em serem investigados nos escândalos [de corrupção], o que também impulsionou este desejo [de ver Dilma fora do governo]. Eu não sei qual é a grande motivação, mas há diversas coisas acontecendo: o desejo de se livrar das acusações de corrupção e o oportunismo de "nunca desperdiçar uma crise". Esta é uma frase de **Rahm Emanuel**, prefeito de **Chicago**. Ele impôs uma série de políticas neoliberais que foram incrivelmente destrutivas, particularmente para a educação e para a habitação.

O **PT**, sob nenhum aspecto, foi perfeito. Entretanto, a redistribuição levou a uma redução da desigualdade e se combateu a pobreza extrema. Isso é significativo e criou as condições para a reeleição.

Eu realmente não sei qual foi a força motriz, mas a reeleição de **Dilma** certamente desmoralizou as elites brasileiras e as fez entender que não tinham as condições [políticas] de impôr essas políticas lucrativas para elas.

Responder a crises não é algo novo. O que eu argumento no livro **A Doutrina do Choque** é que o neoliberalismo foi uma maneira oportunista de fazer isso, não para resolver as causas das crises, mas apenas para impor políticas que enriquecem as elites e causam mais crises. É isso que estamos vendo no **Brasil**.

O **FMI** [Fundo Monetário Internacional] acabou de publicar um relatório há alguns dias no qual diz que o neoliberalismo falhou completamente: não produziu crescimento, produziu desigualdade massiva e instabilidade. E essas são precisamente as políticas que estão sendo impostas no **Brasil** como uma suposta solução à crise econômica, ainda que saibamos que não funciona. Isso não ocorre porque as elites brasileiras não leram o relatório do **FMI**, mas sim porque são políticas incrivelmente lucrativas para uma minoria da população. Eles estão explorando uma situação de caos, uma falta de democracia, para impor algo que eles não conseguiriam sem crise e com uma democracia real.

### **Você concorda com a ideia de que se trata de um golpe?**

Não há dúvida que a democracia brasileira está sob ataque. O combate à corrupção foi apenas um pretexto para se livrar da presidenta eleita democraticamente. É um tipo diferente de golpe. Não se trata de um golpe militar, com tanques nas ruas - e nós não devemos dizer que são a mesma coisa -, mas, efetivamente, há um profundo ataque à democracia acontecendo.

**A "história oficial" do neoliberalismo aponta os governos Reagan [EUA] e Thatcher [Reino Unido], em países tidos como democráticos, como a origem dessas políticas. Em seu livro, porém, você cita como Thatcher combateu os sindicatos. Até mesmo em democracias, o neoliberalismo é autoritário? Devemos esperar a mesma situação no Brasil?**

O que eu argumento em **A Doutrina do Choque** é que **Thatcher** não foi capaz de impôr a agenda neoliberal no Reino Unido no seu primeiro mandato. Ela até escreveu uma carta a **[Friedrich von] Hayek** que eu cito no livro: em uma democracia, é impossível fazer o que foi feito no Chile. O que aconteceu é que a **Guerra das Malvinas** [da Inglaterra contra a Argentina] estourou e ela explorou o sentimento hipernacionalista e se reinventou como a "primeira-ministra para tempos de guerra", tal como **Churchill**, e conseguiu ganhar sua reeleição, e então atacou os sindicatos.

Os sindicatos são sempre uma grande barreira à implementação da agenda neoliberal. Eu conto a história do que ocorreu na **Bolívia** nos anos 1980, quando líderes sindicais eram sequestrados para que não pudessem se organizar, enquanto o choque neoliberal era imposto.

Obviamente, haverá algum tipo de estratégia para desmobilizar. Mas eu acredito que, no Brasil, o jogo ainda não terminou. As histórias estão mudando a todo momento, as pessoas estão fazendo exatamente o que elas deveriam fazer, resistindo nas ruas. Os vazamentos das conversas revelando a trama antes do golpe continuam a criar uma crise [política]. Isso precisa ser divulgado fora do Brasil, colocando pressão sobre governos estrangeiros. Nós não precisamos aceitar a ideia de que tudo vai continuar como está.

**Recentemente, tivemos um grande desastre ambiental no Brasil. Em sua última obra, This Changes Everything, você coloca que o capitalismo não só aumentou as desigualdades, mas, hoje, também representa um risco para a própria existência da humanidade. Pode nos explicar isso?**

O que sabemos é que se continuarmos fazendo o que estamos fazendo, alcançaremos um nível de aquecimento insustentável. Estamos em um momento em que o capitalismo e a busca pelo

crescimento perpétuo estão em guerra contra a vida na Terra. Estamos chegando a um nível em que boa parte do planeta será inabitável por humanos. Está acontecendo mais rápido do que o imaginado. O branqueamento dos corais ano passado foi em uma escala sem precedentes. A **Índia** e o **Paquistão** estão passando por ondas de calor de 51° C - algo que os humanos não conseguem aguentar. E isso representa, na média global, um aumento de apenas 1° C - e nós estamos caminhando para um aumento de 6° C, a não ser que ações governamentais diferentes das que estão sendo implementadas até agora sejam tomadas.

As crises são sinais nos dizendo que há algo errado na forma como organizamos nossa sociedade. As crises econômicas apontam para o fato de que é algo sistêmico. Quando nós pensamos nas décadas de 1920 e 1930, quando ocorreu a **Grande Depressão**, a esquerda respondeu com alternativas muito fortes: propostas sobre como reinventar aquele sistema. Quando nós enfrentamos um choque climático - enchentes, incêndios, grandes tempestades - nós devemos responder tentando mudar o sistema para que nós paremos de enfrentar esses choques.

O **Acordo de Paris** [sobre o clima] não está próximo o suficiente das nossas necessidades, ele não tem poder vinculativo - é por isso que **Donald Trump** disse que cancelaria [a participação dos **EUA** no acordo].

Isso está ocorrendo porque temos um sistema que nos encoraja a empreender uma busca pelo crescimento infinito a qualquer preço. Nós temos economias extrativistas, e vemos que governos de esquerda também falharam em confrontar essa lógica. Isso é verdade para a **Venezuela**, o **Equador** e para o Brasil também.

É por isso que digo que, nesses momentos de crise, o sistema revela a si mesmo como irrealizável. Nós devemos dizer "não" à doutrina do choque, mas também devemos ir além, propor um "sim". Temos que elaborar uma visão que vá até a raiz, tanto da instabilidade econômica, como da ecológica. Nesse momento, esse é o verdadeiro desafio para as brasileiras e os brasileiros. O que nós sabemos de outros países é que o "não" sozinho não é suficiente, porque em crises econômicas, as pessoas querem soluções. Elas não querem a doutrina do choque, então a pergunta é: Qual a solução? Qual o plano?

**Essa era minha próxima pergunta...**

Eu não posso responder para o contexto brasileiro, mas eu posso dizer que no **Canadá**, onde vivo, estive envolvida em um processo com diversos movimentos sociais que culminou no **Manifesto do Salto** [Leap Manifesto]. É uma antevisão da sociedade que

queremos: como passar de uma economia extrativista - que explora sem fim a Terra, os corpos e a sociedade - para um modelo que respeite o planeta e que garanta o respeito pelo outro. Nós elaboramos 15 demandas por políticas que nos fariam chegar lá. Foi um processo maravilhoso de conectar movimentos - ambientalistas; organizações contra austeridade, contra tratados de livre comércio como o **TTTP**; a favor dos direitos indígenas.+

Nossa perspectiva se fundamentou na visão de mundo dos povos originários, aprendendo com as primeiras nações do nosso país. Defendemos, por exemplo, o uso de energia 100% renovável, mas queremos também mudar a forma de propriedade: nem o controle das grandes corporações, nem do grande poder estatal, queremos controle comunitário. Além disso, os primeiros beneficiários desse novo modelo devem ser as comunidades atingidas pela indústria suja. Assim, [no Canadá], em primeiro lugar os indígenas e, logo em seguida, os latinos e negros.

É o que chamamos de transição justa para a próxima economia. Nós tentamos elaborar isso, talvez seja útil para as pessoas no **Brasil** conhecerem e se inspirarem a realizar um processo semelhante: se juntar e imaginar o desenho de uma economia pós-extrativista.

Fonte: Brasil de Fato/IHU On Line

[Foto Fonte](#)

### 3. Busca de nexos políticos

(Veiculado pelo Correio da Cidadania a partir de 03/06/16)

**Blog do autor:** <http://www.paulometri.blogspot.com.br/>

**Paulo Metri** – conselheiro do Clube de Engenharia e colunista do Correio da Cidadania

Acontecimentos políticos do país, com fortes repercussões econômicas e na esfera do poder, estão merecendo melhores explicações. Sinto-me, muitas vezes, assediado por versões grotescas dos fatos. Ouço a cantilena de pessoas que são repassadoras de informações da Globo, Folha, Veja, Época, CBN e outros canais de mídia do capital, a dizer coisas do tipo: *“Tudo ocorre porque governos gastaram mais do que conseguem arrecadar. Então, criaram déficits públicos e, como não há mais a possibilidade de tomar empréstimos, passa-se a dar pedaladas e a*

*pegar dinheiro em bancos públicos*". Argumentos como este são ouvidos em diversos lugares.

Tudo se resume em definir prioridades para onde o dinheiro público deve ir. Se vai para beneficiar os mais ricos, como no caso do Proer, ou os mais carentes, como o Bolsa Família. Por exemplo, não há um canal de mídia que proponha a auditoria da dívida como forma de descobrir se ocorreram fraudes no seu cálculo e, dependendo do resultado, diminuir o pagamento das parcelas de juros. O Equador fez auditoria da sua dívida e encontrou erros que a reduziram em 70%.

A alternativa única daqueles que são vassallos dos donos de papéis do governo brasileiro é retirar recursos dos programas sociais para pagar os juros da dívida, mesmo discurso da Globo e caterva. Henrique Meireles se subordina, como bom vassallo, também a este pensamento. Eles não se importam se tais juros carregam suor e sangue de brasileiros. Estes juros são intocáveis, como um décimo primeiro mandamento de Deus.

Em compensação, os neoliberais simplesmente não falam da inclusão social que ocorreu nos governos petistas. São 36 milhões de pessoas que saíram da linha da miséria, além de outro tanto, que não eram miseráveis e ascenderam a níveis superiores. Deveria ser considerada como um "roubo" a ineficiência dos governantes anteriores a Lula, que não propiciaram esta ascensão. Ou seja, eles furtaram dos miseráveis melhorias na condição de vida. Quando se fala aos neoliberais sobre a inclusão social dos governos petistas, eles argumentam que Fernando Henrique foi o criador do Bolsa Família, como tergiversação para iludir eventuais ouvintes inocentes, pois os tucanos não promoveram inclusão social significativa.

É louvável a busca para descobrir os roubos que existiram no país. É criticável a tendência de se buscar criminalizar só o PT, quando, por exemplo, atos altamente comprometedores aconteceram na Petrobrás, na administração do presidente Fernando Henrique Cardoso. Sobre este tema vale a pena ler o artigo "*Em defesa da Petrobrás*", que está no site do Clube de

Engenharia. Como já é lugar comum, o governo deste presidente foi blindado contra qualquer acusação, muitas das quais eram possíveis casos verdadeiros, pelo “seu” procurador geral Geraldo Brindeiro.

Entretanto, os humanos, que na verdade são estações repetidoras da Globo, não cansam de dizer que o governo Lula foi o mais corrupto do país. Quem diz isto não pode estar falando sério. Para se afirmar tal coisa, seria necessário saber quanto roubo ocorreu em cada governo brasileiro passado. Isto não existe! Quem rouba busca esconder o malfeito. Os que querem ser iludidos, porque têm esperança de virem a fazer parte da elite ou são simples adoradores dela, acreditam, por exemplo, que o governo Fernando Henrique Cardoso é o paradigma da retidão.

No entanto, imaginem todas as privatizações sendo realizadas “no limite da irresponsabilidade”. Mas como o judiciário e a mídia divulgam seletivamente os erros do PT, nos últimos tempos, não é de se estranhar o ódio criado na sociedade ao partido. Contudo, o roubo fazia parte da política nacional, inclusive porque dele provinham os recursos pagos a congressistas que chantageavam o Executivo para a aprovação de projetos colocados por este poder. Quiçá, agora, o roubo seja reduzido e o Congresso moralizado.

Quando houver provas sobre roubos praticados, quem roubou deve sofrer as penalidades da lei. Mas a tese do “domínio do fato” afronta o princípio da presunção da inocência, porque é sempre usada quando não há provas irrefutáveis. Pela presunção da inocência, é preferível errar livrando um criminoso a penalizar um inocente. No entanto, na situação absurda de não prevalecer este princípio, que façam a tese prevalecer indiscriminadamente e se leve para a cadeia também o Fernando Henrique. Para ele, bastaria um julgamento, cuja tramitação deve ser menos demorada, o da compra de votos para a reeleição, pois para testemunhar existe um réu confesso, o ex-deputado Ronivon Santiago, e um delator da Lava-Jato, o ex-deputado Pedro Corrêa.

Cito alguns enigmas políticos não bem decifrados, para mim. Quais são as forças políticas internas e externas que querem o

impeachment e com quais intuitos? Supondo que o governo Dilma seja extinto, qual será a missão do Temer, depois de abocanhar o poder? Por que razão forças, tanto de direita quanto de esquerda, estão querendo fazer eleição direta para presidente já?

Com relação ao primeiro enigma, as forças políticas são a oligarquia interna, exploradora da massa trabalhadora, e as corporações estrangeiras, que querem se apoderar dos lucros proporcionados pelo mercado brasileiro e dos nossos recursos naturais, em especial, o Pré-Sal. Em outras palavras, querem continuar retirando parcela do fruto do trabalho da sociedade e parcela dos recursos naturais do país. Ou seja, querem voltar a dominar a sociedade brasileira, dominação esta que não estava tão bem assentada nos governos petistas.

O objetivo do governo Temer é dar um choque neoliberal na nossa sociedade, com extinção ou redução de programas de alto impacto social, como o Bolsa Família, o Minha Casa, Minha Vida, o Fies, o Pronatec, o sistema de cotas e outros. O capital não dá trégua. Merece alertar que os péssimos ministros, aos olhos da esquerda, que Temer escolheu, são os ideais para impor o programa neoliberal e antissocial pretendido.

No entanto, a implantação deste programa está sendo caótica. Não escolher uma mulher e um negro no seu primeiro ministério foi um erro. Diminuir o status da Cultura, do Desenvolvimento Agrário e de outros órgãos, assim como juntar Ciência, Tecnologia e Inovação com Comunicações, chega a beirar a estupidez. Não haverá ministro que consiga se aprofundar em todos os temas deste novo Ministério.

O capital insistirá em impor as teses liberais na economia, enquanto existir a humanidade, pois os seres gananciosos sempre existirão. O antídoto contra estes seres prejudiciais ao conjunto da espécie é a conscientização política e não é por outra razão que o governo Temer já busca modificar o currículo estudantil, retirando as cadeiras de sociologia e filosofia e restringindo o ensino de história e biologia. Temer cutuca os movimentos sociais com a mesma vara curta que se cutuca temerariamente a onça.

Neste momento, parte da direita está querendo tirar Temer, após a defenestração da Dilma, exatamente pelos erros políticos citados, que possivelmente continuarão a acontecer. Os erros já ocorridos chegam ao ponto de Dilma ameaçar o resultado da próxima votação do impeachment no Senado, reconduzindo-a à presidência, apesar de todo apoio da mídia. Irão querer comprar o voto de eventuais senadores corruptos, se existirem, para garantir a perda de Dilma nesta próxima votação.

Assim, parte da direita quer eleição direta para os cargos de presidente e vice-presidente, mesmo que a última vacância se dê na segunda metade do mandato da chapa. Porque, se for na primeira metade, a própria Constituição já prevê que haja eleição direta para tais cargos. Notar que a Carta Magna prevê também eleição indireta pelo Congresso dos dois cargos, no caso da vacância do vice-presidente ocorrer na segunda metade do mandato. Esta opção não é aceita pela própria direita, que tem medo do nascimento de um novo Temer, produto fisiológico das bancadas majoritárias do Congresso: as da bala, do boi, da Bíblia, dos planos de saúde, da educação privada e outras. A sociedade também não quer eleição indireta, por lembrar a ditadura.

Para que a segunda vacância ocorra, em qualquer época, é necessário que Temer renuncie, o que não é garantido, haja vista o que este senhor fez por uma perspectiva esdrúxula de poder. A bem da verdade, existe também a possibilidade de o TSE julgar o processo de impugnação da chapa Dilma e Temer, hoje em tramitação, os afastando. Este pode ser um instrumento para retirada de Temer.

Entretanto, a direita não quer eleição direta com Lula presente por medo de perder. Para resolver a questão, o juiz Moro tem a incumbência de criminalizar Lula para tirar seus direitos políticos. Além disso, o PT precisa ser definido como organização criminosa para perder seu registro como partido e, assim, retirar a possibilidade de um Haddad, por exemplo, vir a substituir Lula como candidato à presidência. Chamam esta possibilidade de golpe dentro do golpe. Contudo, creio que estão esquecendo Roberto

Requião em outro partido, pois o PMDB nunca dará legenda a ele, ou Ciro Gomes.

Minha grande estranheza é ver integrantes da esquerda também proporem eleições diretas já. Se existir algum senador, correligionário da presidente, com dúvida com relação à próxima votação no Senado, não por achar que ela cometeu crime de responsabilidade, mas por ter cometido erros na economia, eticamente não deve expressar seu desejo de eleição direta.

A presidente cometeu erros (sim!), sendo o último deles o de aceitar o projeto de lei 131 do José Serra, emendado por Romero Jucá, que permite a entrada das petrolíferas estrangeiras no Pré-Sal como operadoras. Contudo, votar a favor do retorno de Dilma é certamente a melhor opção. Não se pode comparar os erros dela com o desastre que seria o governo Aécio. Além do mais, teve grandes acertos também, principalmente nas áreas social e de relações internacionais.

Por último, lembro que não se deve interromper, nunca, regras estabelecidas pela Constituição em cima dos acontecimentos, por se tratar de casuísmo. Não se pode confundir a sociedade, que precisa cada vez votar melhor, e para aprender, através de tentativa e erro, precisa de constantes votações nas épocas constitucionalmente previstas.

#### 4. O mundo do FMI e o mundo de Temer

1 de Junho de 2016 - <http://www.brasil247.com/>

**MARCELO ZERO** = Sociólogo, especialista em relações internacionais e assessor da Liderança do PT no Senado

---



O FMI já não é mais o mesmo. Está fazendo, já há algum tempo, uma revisão de seu credo liberalizante e de sua ortodoxia fiscal.

Num artigo recente intitulado "Neoliberalismo: Sobre-estimado?" os economistas Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani, e Davide Furceri, todos do Departamento de Pesquisa do FMI, fazem um espécie de mea culpa relativo ao apoio indiscriminado que a instituição deu, no passado, à adoção de políticas neoliberais.

Não que o FMI tenha se convertido ao keynesianismo ou a um desenvolvimentismo estruturalista cepalino. Não, não é isso. Os economistas do FMI ainda acreditam que algumas políticas neoliberais são benéficas. Entre elas, tais economistas destacam o crescimento do comércio mundial propiciado pela abertura das economias, a liberalização dos fluxos de investimentos produtivos diretos e as privatizações.

Mas há duas políticas neoliberais que, de acordo com as reflexões desses economistas, não só não estão resolvendo problemas econômicos como os estão agravando.

A primeira tange à abertura da conta de capitais, particularmente no que se relaciona aos capitais especulativos de curto prazo. Essa abertura financeira, de acordo com o artigo dos economistas do FMI, além de não contribuir efetivamente para o crescimento econômico, aumenta muito a probabilidade das economias sofrerem crises que limitam o desenvolvimento num prazo longo. Além disso, as crises associadas a essa abertura financeira, conforme vários estudos feitos, aumentam muito as desigualdades socioeconômicas, na maior parte dos casos.

Por isso, os economistas do FMI assinalam que, hoje em dia, há uma crescente aceitação da necessidade de controle de capitais. Para eles, o controle de capitais, particularmente dos capitais especulativos, não só é "política viável", como, em alguns casos, é a única solução para evitar bolhas especulativas que resultam em graves crises financeiras.

A segunda e principal política de cunho neoliberal que vem sendo criticada pelo próprio FMI tange à política de consolidação fiscal, mais conhecida como política de austeridade.

As políticas de austeridade fiscal prometem a recuperação econômica pela via da reconquista da confiança dos investidores privados, que passariam a investir mais, compensando a retração do gasto público. Entretanto, conforme vários estudos recentes mencionados por esses economistas do FMI, o que se observa é que tais políticas conduzem, na maior parte dos casos, ao agravamento e ao prolongamento das recessões e das crises. Mas além de não induzirem o crescimento, tais políticas aumentam o desemprego e as desigualdades sociais. Os economistas do FMI argumentam que, em vários casos, é preferível o país conviver com dívidas altas, apostando na sua redução suave de longo prazo, do que tentar reduzi-las com cortes fiscais abruptos e contraproducentes.

Em síntese, os economistas do FMI concluem que essas políticas:

- Não trazem benefícios claros, em relação à retomada do crescimento.
- Têm altos custos sociais, principalmente no que refere ao aumento expressivo das desigualdades sociais.
- Mais importante ainda, esse aumento das desigualdades sociais compromete o nível e a sustentabilidade de longo prazo do crescimento econômico.

Vê-se, portanto, que o FMI está mudando seu enfoque. Essa instituição aprendeu com a crise recente, a qual demonstrou que as políticas de ajuste são frequentemente contraproducentes para induzir o crescimento, além acarretarem custos sociais muito altos. Na realidade, o aumento das desigualdades nos países avançados é a causa última desta grande crise mundial. A bolha especulativa

que a desencadeou foi produzida num contexto de encolhimento das classes médias e da participação dos salários na economia.

A grande lição que fica da crise recente é a de que o aumento das desigualdades sociais compromete estruturalmente o desenvolvimento sustentável. A pobreza e a desigualdade impedem o crescimento. O FMI entendeu isso e mudou, ao menos parcialmente.

Quem não mudou nada, porém, foram nossos neoliberais, os quais aparentemente são incapazes de aprender com as experiências recentes. E, por não aprender com o presente, querem a volta a um passado que hoje é condenado pelo próprio FMI.

O programa da pinguela para o passado e o recente pacote anunciado pelo novo ministro da Fazenda pretendem reduzir fortemente os gastos sociais, inclusive em saúde e educação, tolher direitos trabalhistas, diminuir salários e aposentadorias e até mesmo congelar, de forma "permanente", por PEC ou lei ordinária, as despesas primárias do governo, algo que nenhum país fez. Ademais, pretende-se privatizar "tudo o que for possível" e entregar o pré-sal às multinacionais.

Trata-se de um pacote ultraneoliberal, uma loucura que leva a superada ortodoxia econômica a um limite insuspeitado.

Nem mesmo o Chile de Pinochet e sucessores fez semelhante insanidade. Lá, no experimento conduzido pelos Chicago Boys, houve a implantação de mecanismos de controle de capitais especulativos, para evitar crises financeiras, e os setores estratégicos da economia, como o cobre, permaneceram na mão do Estado. Isso explica, em parte, porque o Chile passou relativamente incólume pelas crises da década de 1990 que arreventaram a Argentina e o Brasil. Os próprios economistas do FMI reconhecem que o relativo sucesso do Chile deveu-se a um "equilíbrio" entre políticas liberais e mecanismos de controle estatais.

Se submetido às urnas, o pacote brasileiro de insanidades não passaria do primeiro turno. Daí a necessidade do golpe para implantá-lo. Se submetido ao FMI e ao Banco Mundial, esse pacote celerado despertaria estupor e risos de incredulidade. Na certa se perguntariam: em que mundo eles vivem?

Pois eles vivem no mundo de Temer. Um mundo sem voto e sem democracia. Um mundo sem sensibilidade social e também sem racionalidade econômica. Um mundo no qual não cabem a Constituição Cidadã e a CLT. Um mundo no qual não cabem os direitos e os sonhos dos brasileiros.

Um mundo preso a um passado há muito superado. Um mundo sem esperança e sem futuro. Um mundo sem "jéssicas". Uma Casa Grande distópica.

Um mundo a se temer.

### **5. CARLOS LESSA - BNDES quer privatizar o Brasil. A sociedade quer isso?**

Para Carlos Lessa, um projeto nacional tem de promover o trabalho e o emprego. Ex-presidente do BNDES, ele teme que o banco hoje atue para “vender barato o patrimônio que custou caro aos brasileiros”

por Maurício Thuswohl, para a Revista do Brasil - 12/08/2016  
12:14, última modificação 12/08/2016 16:29

Publicado em [www.desenvolvimentistas.com.br](http://www.desenvolvimentistas.com.br)

VITOR VOGEL/RBA

**Lessa: no Brasil, a taxa de inflação não é o horror, o horror é a taxa de desemprego**

O economista e professor Carlos Lessa é figura sem par no pensamento político e econômico brasileiro. Conhecido por seu perfil nacionalista, ele faz sobre o atual momento do país uma análise que ultrapassa os limites do embate ideológico, ao se posicionar de forma crítica em relação à política econômica do governo interino de Michel Temer e ao que classifica como “falta de rumo” do Brasil nos últimos anos, incluindo a era Lula e Dilma,

quando o país não teria sabido definir o caminho para garantir seu crescimento econômico.

Lessa lamenta que, no governo interino, o BNDES, uma das principais ferramentas de promoção do setor produtivo e do desenvolvimento, tenha voltado à “era tucana” e se tornado um “instrumento de corretagem para facilitar a venda dos ativos brasileiros”. Presidente da instituição em 2003, ele diz se orgulhar de ter sido demitido por ter “brigado” com o então presidente do Banco Central do governo Lula, Henrique Meirelles, hoje ministro da Fazenda. “Eu sou inimigo do Meirelles.”

A receita econômica de Michel Temer e Henrique Meirelles, que inclui aumento de impostos e venda de ativos, é o melhor caminho para que se estabilize a economia brasileira?

Há uma discussão – do meu ponto de vista quase que histórica – sobre o corta ou o não corta, sobre põe imposto ou não põe imposto. No Brasil, a taxa de inflação não é o horror, o horror é a taxa de desemprego.

**O Brasil tem muito petróleo muita energia, mas estão privatizando. É isso o que quer a sociedade brasileira? Precisamos crescer e afastar a maldição do desemprego das famílias**

**Quais medidas seriam necessárias para a retomada?**

A grande discussão a ser feita é: crescer em que direção? Eu, por exemplo, acho que deve crescer pela construção da casa própria. Eu acho o programa Minha Casa, Minha Vida uma ideia absolutamente correta. Para construir uma casa você usa um terreno, usa materiais locais, como areia e pedra, usa a mão de obra local e ao mesmo tempo usa cimento e ferro de construção, que são produtos nacionais. Então, você tem a cadeia produtiva virada para dentro da economia. Se você constrói casa, todos esses fornecimentos são ativados.

**Como o senhor avalia a proposta do governo de estabelecer um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos?**

Isso é uma bobagem, é uma besteira. Não existe essa coisa de teto. Quer dizer: você está com sua perna arrebatada, mas não

pode consertá-la porque há teto de gastos? A questão é saber se o gasto público é relevante e se está sendo produzido de uma maneira correta. O problema não é o que você gasta, mas como você gasta.

**O sistema de exploração do pré-sal a partir do regime de partilha e com participação mínima de 30% da Petrobras em cada campo está em vias de ser desmontado pelo Congresso e pelo governo interino. O que o senhor acha dessa mudança?**

Eu acho que a questão do petróleo está sendo mal discutida no Brasil por uma razão muito simples. Na verdade, tem muita gente que diz que o Brasil tem de retirar o petróleo com a maior rapidez possível. Isso significa converter o Brasil em um exportador de petróleo. Ser mero exportador de petróleo no mundo é uma maldição. Eu só conheço um país onde a exportação de petróleo gerou uma vida social sofisticada, organizada e correta, que é a Noruega. O resto dos grandes países exportadores são Arábia Saudita, Irã, Indonésia... A Indonésia é impressionante: foi fundadora da Opep e hoje importa petróleo.

O que eu quero dizer é que ter petróleo é uma vantagem colossal para um país, mas ser exportador de periferia é sempre uma situação muito vulnerável. Eu não quero ser uma Arábia Saudita, um Qatar, não me inspiro em Abu Dhabi. Para o Brasil, eu quero que cada família viva direito, tendo a energia necessária para viver direito.

**Com o anúncio de iniciativas para incentivar concessões e privatizações, o perfil do BNDES no governo Temer é diferente daquilo que o banco vinha representando nos últimos anos.**

**Para o senhor, qual o papel ideal do BNDES na economia?**

A descaracterização do BNDES é mortal para o Brasil. Essa moça que está lá (*Maria Silvia Bastos Marques*) voltou a fazer o discurso da era tucana, a pior de todas. Agora, vamos entender bem. Eu não quero fazer esse tipo de julgamento, mas, infelizmente, sou obrigado a fazer. O BNDES veio se aproximando muito dessa atual orientação tucana porque, ao priorizar o mercado de capitais, se desviou de sua função que é dar prioridade ao sonho brasileiro de crescimento. O Brasil está crescendo em que direção? Para onde? Para ser celeiro do mundo ou para ser uma pátria sem fome? O Brasil está dando prioridade para quê? Para que cada família tenha

um poder de compra mínimo para sua dignidade? Isso significa gerar empregos para os brasileiros. Eu não sei qual é a prioridade do crescimento brasileiro pelo simples fato de que ele não está explicitado, o que leva o BNDES a uma situação muito difícil. Hoje, o projeto que o BNDES tem para o país é privatizar o Brasil. O BNDES é um instrumento de corretagem para facilitar a venda dos ativos brasileiros. Como os ativos brasileiros estão muito baratos, nós vamos cometer um crime contra a brasilidade. Vender barato o que custou o sangue e o suor dos brasileiros. Para quê? Para virar celeiro do mundo e manter a fome no Brasil? É esse o projeto nacional brasileiro? Eu faria essa pergunta à presidente interdita, Dilma Rousseff, e ao presidente em exercício, Michel Temer. Nenhum dos dois vai responder. Tente fazer essa pergunta ao ministro Henrique Meirelles e aos ex-ministros Guido Mantega e Antonio Palocci. Singelamente. Na verdade, eu acho que essa pergunta cada brasileiro deve fazer para si mesmo. Você quer deixar seu vizinho desempregado? O morador do seu bairro passando fome?

### **Por que o senhor saiu do BNDES?**

Eu sou suspeito porque fui presidente do BNDES e fui demitido pelo presidente Lula. Isso é uma coisa da qual eu me orgulho porque naquela ocasião eu briguei com o Henrique Meirelles. Eu sou inimigo do Meirelles, que na época já era uma figura promovida pelo PT, infelizmente. Eu acho que o BNDES tem que ser o antigo BNDES, ligado à industrialização brasileira, para empurrar para frente a economia brasileira, para gerar emprego para os brasileiros. É esse o BNDES que eu acho importante. Esse BNDES, por exemplo, não deveria fazer campanha publicitária nos grandes jornais, porque todo mundo conhece a instituição. Tem que gastar dinheiro nos pequenos jornais do interior, aí sim a propaganda poderá atingir pessoas que não saibam o que é o BNDES.

O BNDES é a grande invenção que a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos deu para o Brasil. É uma história muito curiosa, porque o Brasil, mesmo tendo participado da Segunda Guerra Mundial, não recebeu nenhum apoio do Plano Marshall. Mas criou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos porque os americanos diziam que queriam nos ajudar. Eles não ajudaram, mas

propuseram a criação de um banco de fomento. Esse banco de fomento chama-se BNDES, que foi a melhor sugestão que os americanos fizeram para o Brasil até hoje.

Sou inteiramente favorável à ideia de um projeto nacional, à democracia. Antes de o Brasil ser celeiro do mundo não pode mais haver fome no país

### **O Brasil tem saída no futuro imediato?**

Antes de o Brasil ser celeiro do mundo não pode mais haver fome no país. Antes de o Brasil imaginar exportar energia tem que usar a energia para melhorar a vida dos brasileiros. Usar a energia com a tecnologia de utilização dessa energia. Uma das coisas que os vendedores de petróleo ficam falando é que se eles não venderem, a era do petróleo vai acabar. E daí? A era do carvão, na 1ª Revolução Industrial, acabou, mas quem ainda tem carvão tem uma vantagem espetacular. O Brasil tem muito petróleo potencial, tem muita energia elétrica potencial, mas estão privatizando a parte de energia elétrica e despedaçando a rede de energia brasileira. É isso o que quer a sociedade brasileira? Precisamos crescer e afastar a maldição das famílias desempregadas, precisamos dar comida para o povo brasileiro.

### **É possível um realinhamento das forças progressistas em torno de um projeto para o país?**

O Brasil está sem um projeto nacional explícito e organizado há muito tempo. Não é de hoje. Eu não gosto muito da divisão esquerda-direita porque ela se refere a um cenário histórico mundial completamente diferente do cenário atual. Sobre isso, eu volto a perguntar, em bom português: qual é o projeto brasileiro. É o projeto de globalização? Então, qual é a nossa referência na globalização? É claro que nós precisamos estar ligados à economia mundial e devemos fazer uma política para fortalecer essas ligações. Porém, essa política é uma política nacional, não é adotar internamente diretivas enunciadas abstratamente pelo país líder. Não é adotar o Consenso de Washington.

### **Como o senhor se define politicamente?**

Quando me perguntam o que eu sou, eu digo: sou nacionalista. E digo outra coisa: sou populista. O progresso social na América Latina se dá por figuras que são execradas como populistas porque avançam. Mas a tragédia do populismo é que nunca consegue fazer o sucessor. É sempre um processo complicado, porém as conquistas sociais que os populistas introduziram ficam. O peronismo existe até hoje porque Perón avançou socialmente a Argentina. O getulismo ainda existe no Brasil porque houve Getúlio Vargas. Eu acho que, dadas as condições latino-americanas e ibéricas, com uma organização partidária fraca, são figuras que empurram a sociedade, e isso é chamado pela ciência política de populismo. Mas eu prefiro as figuras que empurram a sociedade às figuras que desarticulam a sociedade e nos jogam em uma situação subordinada e periférica.

### **O nacionalismo está fora de moda?**

Eu sou inteiramente favorável à ideia de um projeto nacional, à democracia como forma básica de organização da sociedade, a partidos que se alternem no poder com respeito a uma regra para não eliminar o outro. Essas regras são singelas, porém são tornadas obscuras para discussão. As pessoas agora têm vergonha de dizer que são nacionalistas porque se criou uma espécie de execração do nacionalismo. Mas, meu amigo, fora da nação não há solução. Eu até adoraria ver o mundo todo preocupado com os problemas do mundo, mas isso é um sonho da humanidade. Eu tenho, em primeiro lugar, que me preocupar com o meu país, me preocupar com os meus vizinhos. Isso significa melhorar a qualidade de vida dos povos sul-americanos, que é muito ruim. Ser nacionalista é dar prioridade ao desenvolvimento e à qualidade de vida do seu povo.